

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

GUILHERME FERNANDO SOARES DE ARAÚJO

DO PRECONCEITO À EXPERTISE
Percepção de suspeitos em abordagens policiais

Belo horizonte, MG - Brasil
2017

GUILHERME FERNANDO SOARES DE ARAÚJO

DO PRECONCEITO À EXPERTISE
Percepção de suspeitos em abordagens policiais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGEP-UFMG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Área de concentração: Pesquisa operacional e engenharia de manufatura.

Linha de pesquisa: Estudos Sociais da Tecnologia, Trabalho e Expertise – ESTTE.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima.

Belo Horizonte, MG - Brasil
2017

A663d	<p>Araújo, Guilherme Fernando Soares de. Do preconceito à expertise [recurso eletrônico] : percepção de suspeitos em abordagens policiais / Guilherme Fernando Soares de Araújo. - 2017. 1 recurso online (148 f. : il., color.) : pdf. Orientador: Francisco de Paula Antunes Lima.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia.</p> <p>Glossário e apêndices: f. 124-148.</p> <p>Bibliografia: f. 116-123. Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.</p> <p>1. Engenharia de produção - Teses. 2. Policiais militares - Minas Gerais - Teses. 3. Percepção - Teses. 4. Processo decisório - Teses. I. Lima, Francisco de Paula Antunes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Engenharia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 658.5(043)</p>
-------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

DO PRECONCEITO À EXPERTISE: Percepção de suspeitos em abordagens policiais

GUILHERME FERNANDO SOARES DE ARAUJO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, área de concentração PESQUISA OPERACIONAL E ENGENHARIA DE MANUFATURA, linha de pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia, Trabalho e Expertise.

Aprovada em 25 de agosto de 2017, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Francisco de Paula Antunes Lima - Orientador

UFMG

Prof(a). Gilberto Protásio dos Reis
Polícia Militar de Minas Gerais

Prof(a). Laura Soares de Freitas

UFMG

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2017.

CONFERE COM O ORIGINAL

29/08/2017

Marcos Rodrigues Leão S. M. Aguiar
Secretário do Prog. Pós-Graduação em Eng. de Produção
Comissão de Engenharia / UFMG - Insc. 24897-5

GUILHERME FERNANDO SOARES DE ARAÚJO

DO PRECONCEITO À EXPERTISE
Percepção de suspeitos em abordagens policiais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGEP-UFMG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

APROVADO EM:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Orientador

Dr. Gilberto Protásio dos Reis
Tenente-Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)

Prof. Dr. Lauro Soares de Freitas
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas)

Álvaro,

filho tua alegria me traz felicidade,

teu abraço tranquilidade e paz,

teu olhar a certeza que ainda existe pureza no mundo,

meu amor por você é imenso.

Você me ensinou o que é amar e me fez uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Obrigado meu Deus, por tudo. Pela saúde, sabedoria, perseverança, família, amigos, oportunidade, condições financeiras, etc. Contudo, mesmo que “... tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse seu amor, nada seria” (1 Coríntios 13:2).

Dedico esta obra a todos aqueles que me ajudaram a dar o primeiro passo nesse longo caminho de lutas e aflições, mas com determinação e alegria. Agradeço aos meus pais, Darcilândia Soares de Araújo e José Antônio Moreira, que me apoiaram em tudo, e cujo apoio foi fundamental para minha educação e criação, sem vocês eu não seria nada, amo-os eternamente, não pelo que fizeram por mim, mas pelas pessoas que são. Sem a ajuda de vocês esse sonho não seria possível. Agradeço também a minha família que me auxiliou em momentos difíceis dessa caminhada, com palavras de apoio e motivação.

Agradeço a minha noiva e futura esposa, que me esperou com paciência, apesar de todos os contratemplos e turbulências da vida. Obrigado por fazer o papel de pai e mãe em diversos momentos que não estava presente. Amo-te por completo.

Nunca me esquecerei das amizades conquistadas nesse caminho tão árduo e ao mesmo tempo tão maravilhoso. Os produtivos bate-papos com Danielle e Rayra, quantas risadas. Todas as cumplicidades, todos os risos, as angústias, tristezas e lágrimas, foram importantíssimas para minha vida como profissional e ser humano, nunca me esquecerei de vocês.

Agradeço ao Ten. Cel. Jair Antônio Pontes Neto, Comandante do 26º Batalhão da Polícia Militar e todos os policiais pela participação, oportunidade e atenção. Ressalvo a elevada estima e distinta consideração a todos vocês.

Sou profundamente grato aos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG) pela dedicação e ensino, em especial aos professores Francisco de Paula Antunes Lima e Rodrigo Magalhães Ribeiro. Sempre presentes de forma ativa, dedicada e brilhante. Sem sombra de dúvidas foram fundamentais para a conclusão deste curso, enfim a todos que me ajudaram de alguma forma. Apesar de escrever este trabalho de forma impessoal, ele é fruto do “nós”. Nele tem um pouco de todos vocês.

Tenho certeza de que estão torcendo por mim, para a conquista e sucesso desse objetivo. Agradeço a Deus pela vida de todos vocês. Que Deus os guarde na palma de sua mão, hoje e sempre.

Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.(Romanos 8:38-39)

DO PRECONCEITO À EXPERTISE

Percepção de suspeitos em abordagens policiais

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a complexidade da tomada de decisão e do julgamento de policiais militares do 26º Batalhão de Polícia de Minas Gerais, fazendo uso do seu poder discricionário de polícia em ação de abordagem policial. Desta forma, o objetivo geral será de evidenciar as variáveis e os fatores associados a esse “poder”, por meio de observações e autoconfrontações em campo. Os objetivos específicos podem ser delineados em quatro: 1º) compreender o processo de abordagem, captando outras perspectivas, ampliando os casos em que o poder discricionário traria julgamentos em situação para identificar suspeitos e proteger a equipe; 2º) investigar o que influencia os julgamentos e percepções policiais em situação de abordagem; 3º) investigar o processo de tomada de decisão e julgamento, e 4º) propor melhorias na estruturação das equipes e nos treinamentos no batalhão estudado. Todo o texto trará análises sobre a seguinte problemática: como diferenciar abuso da força necessária? O que se percebeu é que grande parte das decisões e julgamentos tomados são baseados em habilidades, advindas das percepções que são criadas entre o policial e o comportamento do suspeito, resultado do acoplamento adequado das experiências do agente com a situação encontrada. O ponto-chave da habilidade são as experiências e vivências acumuladas em situações diversas. O policial usa a estratégia de detecção de traços de suspeição ajustando-a a cada ocorrência, produzindo inclusões e exclusões de possibilidades de atuação. Logo, toda a habilidade em detecção é relativa; depende do contexto e do suspeito. Se a competência depende primordialmente da situação e da prática (a habilidade do corpo entrelaçada às regras), e esta não é adquirida por meio de representações, é somente em situação e pela prática que a seleção e ação policial, podem resultar no desenvolvimento da ação eficaz e proporcional.

Palavras-chave: Atividade policial; Abordagem policial; Tomada de decisão; Julgamento; Percepção; Tácito.

PRECONCEPTION TO THE EXPERTISE

Perception of suspects in police approaches

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the complexity of decision-making and the trial of military police of the 26th battalion of Police of Minas Gerais, making use of your discretion in police action of police approach. In this way, the overall objective will be to show the variables and factors associated with this "power", through observation and autoconfrontações in the field. The specific objectives can be delineated into four: 1) understanding the process approach, picking up other perspectives, enlarging the cases in which the discretion would bring trials in situation to identify suspects and protect the team; 2nd) investigate what influence the judgments and perceptions cops in approach; 3rd) to investigate the decision-making process and trial, and 4) propose improvements in the structuring of teams and in training at battalion studied. All the text will bring about the following problem analysis: what's the difference between abuse of force necessary? What if you've noticed is that most of the decisions and judgments taken are based on skills, arising from perceptions that are created between the officer and the suspect's behavior, result suitable coupling agent experiences with the situation found. The key point of skill are the experiences and experiences accumulated in different situations. The officer uses the strategy of detecting traces of suspicion by adjusting every occurrence, producing inclusions and exclusions of possibilities. Soon, all the skill in detection is on; depends on the context and the suspect. The competence depends primarily on the situation and practice (the ability of the body entwined the rules), and this is not acquired through representations, it is only in this situation and for the selection and police action may result in the development of effective and proportionate action.

Keywords: Police activity; Police approach; Decision making; Judgment; Perception; Tacit Knowledge.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Agressão a Rodney King 1992.	30
FIGURA 2 – Etapas da intervenção policial em uma abordagem.....	55
FIGURA 3 – Modelo: Uso diferenciado de força.....	60
FIGURA 4 – Esquema da operação policial intitulada “corredor preventivo ostensivo”.....	61
FIGURA 5 –Área de Segurança e área de risco	62
FIGURA 6 –Posição do balizador no centro da pista de rolamento	78
FIGURA 7 –Movimento de suspeição “ <i>escondida</i> ”	80
FIGURA 8 –Direção do olhar na expressão “ <i>ao redor deles</i> ”	82
FIGURA 9 –Pontos de atenção ao vero suspeito abordado	83
FIGURA 10 – Movimentação do balizador e do vistoriador objetivando a segurança	84
FIGURA11 –Olhando a aproximação dos carros	84
FIGURA12 –Olhando o mato.....	85
FIGURA13 –Olhando os pedestres	86
FIGURA14 –Vistoriador 2: 3º Sargento (7) ~ 20 anos de profissão	87
FIGURA15 –Posição de aproximação do vistoriador, sentido do movimento e pontos de atenção.....	88
FIGURA 16 – Encadeamento da primeira ação no cidadão suspeito	91
FIGURA 17 – Encadeamento da segunda ação no cidadão abordado.....	91
FIGURA18 – Profundidades das categorias intermediárias.....	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Mortes Decorrentes de Intervenção Policial	17
TABELA 2 – Policiais Militares Mortos em serviço ou fora de serviço	17
TABELA 3 – Participantes da autoconfrontação Amostra de Policiais.....	43
TABELA 4 – Amostra de Policiais.....	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Importância da fala no poder discricionário policial	39
QUADRO 2 –Caminho metodológico.	46
QUADRO 3 – Dez pontos centrais emersos dos procedimentos e de verbalizações.....	47
QUADRO 4 – Algumas Publicações nos últimos 5 anos sobre detecção de mentiras	52
QUADRO 5 –Elementos da comunicação em relação à postura do policial	59
QUADRO 6 –Descrição das características emersas das subcategorias da supremacia de força	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AET	Análise Ergonômica do Trabalho
BCM	Base Comunitária Móvel
BPMMG	Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais
CB	Cabo
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
COEP	Comitê de Ética e Pesquisa
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
IMPO	Instrumento de Menor Potencial Ofensivo
PC	Polícia Civil
PM	Polícia Militar
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
RPD	<i>Recognition-primed Decision Making</i>
SA	<i>Situation Awareness</i>
SD	Soldado
SGR	Sargento
TEN	Tenente
TEN. CEL.	Tenente Coronel
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
ZQC	Zona Quente de Criminalidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. A VIOLÊNCIA POLICIAL: Preconceitos, legitimidade e abusos	24
2.1.O CASO RODNEY KING (1992)	30
2.2. O CASO DE UMA REPÓRTER POLICIAL	34
2.3.ANALISANDO A DINÂMICA DAS MICRO-HISTÓRIAS: uma crônica da abordagem policial.....	38
3. PERCURSOS E DEFINIÇÕES METODOLÓGICOS	42
4. ABORDAGEM POLICIAL: o passo a passo do processo de abordagem e organização do trabalho	55
4.1. ETAPAS DA INTERVENÇÃO.....	56
4.2. FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM POLICIAL À PESSOA EM ATITUDE SUSPEITA	57
4.3. VERBALIZAÇÃO DO POLICIAL FACE AO COMPORTAMENTO DO ABORDADO	58
4.4. USO DIFERENCIADO DE FORÇA	60
5. ENTRE A LEI E O COTIDIANO: o saber-prático policial	62
5.1. AUMENTANDO O FOCO SOBRE O USO DA FORÇA	70
5.2. ANÁLISE DA ABORDAGEM EM AÇÃO:o vídeo trazendo confrontos.....	78
5.2.1. A atividade policial e suas imbricações.....	93
6. ENGANA-ME SE PUDESSES: detectando um mentiroso	99
6.1. COMPORTAMENTO DO SUJEITO	99
6.2. DETECÇÃO DE MENTIRAS NA ATIVIDADE POLICIAL.....	104
6.2.1. <i>Bias</i> funcional.....	105
6.2.2. O poder da situação na detecção de mentiras.....	106
6.3. DO PRECONCEITO À EXPERTISE	108
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
GLOSSÁRIO SOBRE A ATIVIDADE POLICIAL	124
APÊNDICE A –Vídeo sem áudio e com áudio	129
APÊNDICE B – Ofício 1(Permissão para entrada em campo)	143
APÊNDICE C - Questões norteadoras as entrevistas abertas realizadas na análise geral da tarefa.....	144
APÊNDICE D – Ofício 2(Permissão para filmagem).....	145
APÊNDICE E– Crônica	146
APÊNDICE F –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	148

1. INTRODUÇÃO

Os serviços públicos de proteção social executados por policiais, bombeiros e paramédicos são vitais para o bom funcionamento comunitário, gerando bem-estar e qualidade de vida a toda a sociedade. No entanto, é comum que ações policiais sejam lembradas pela violência, pelo uso desmedido de força ou pela arbitrariedade. Muitos julgamentos e decisões dos agentes são executados em condições inéditas, incertas e ambíguas, de forma intuitiva, espontâneas e fluidas, no decorrer da ação (SINCLAIR, 2014). Certamente, abusos podem acontecer; resta saber, como avaliá-los e discriminá-los da força necessária.

Nas ocorrências diárias, os agentes devem fazer o uso da força com equilíbrio, apenas o necessário para quebrar a resistência dos suspeitos ou infratores da lei. Contudo, o labor diário acontece sob condições organizacionais e sociais diversas [operações em locais perigosos, deficiência de equipamentos ou materiais, ocorrências de alto risco, afastamento familiar etc.], predominantemente de caráter negativo, podendo contribuir para a aplicação excessiva ou deficitária da força na manutenção da ordem (SILVA, 2010). Assim, o trabalho dos policiais militares é um dos ofícios mais estressantes descritos pela literatura, dado que trabalham constantemente com conflitos sociais e, por necessidade de ofício, recorrem a técnicas de coerção física, coerção psicológica e controle social (PORTELA; BUGHAY FILHO, 2007).

“A convivência diária com a injustiça social, violência urbana e, sobretudo, com o risco de matar ou morrer no atendimento a ocorrências, influencia consideravelmente o comportamento, as decisões e a forma de ver, ouvir e entender as realidades da vida” (SILVA; VIEIRA (2008) *apud* SANTANA; SABINO (2017, p. 4)).

As interações conflituosas entre o policial, o cidadão – que pode se tornar suspeito – e o marginal desenvolvem-se nessas condições de conflito social aberto ou potencial. Geralmente, os agentes são treinados para atuar em situações potencialmente violentas, mas com foco mais na capacidade de demonstrar bom domínio tático (em que se enfatizam, por exemplo, as habilidades de posicionamento, velocidade, segurança, técnica e força) e menos na capacidade de julgar e tomar decisões em situação, face aos dilemas encontrados (como disparar ou não disparar, abordar ou não abordar etc.) (SUSS; WARD, 2013). Isso pode contribuir para os maus resultados nas intervenções policiais, uma vez que grande número de policiais e cidadãos são mortos em diversas operações (os cidadãos mortos pelas Polícias entre

2009-2015, somam 17.688. Os policiais Mortos, neste mesmo período, somam 733. FBSP, 2016, p. 7). Os dados de 2013, 2014 e 2015 são apresentados a seguir, nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Mortes decorrentes de intervenção policial

Brasil e unidade federativa	Mortes decorrentes de intervenção policial	
	Números absolutos	
	2014	2015
Brasil	3146	3345
Minas Gerais	126	105

Referência: FBSP, 2015, p. 17, e FBSP, 2016, p. 19.

Tabela 2 - Policiais militares mortos em serviço ou fora de serviço

Brasil e Unidade Federativa	Fora de serviço		
	Números absolutos		
	2013	2014	2015
Brasil	267	330	290
Minas Gerais	3	9	9

Referência: FBSP, 2015, p. 22-23, e FBSP, 2016, p. 18.

Apesar dos elevados índices de mortes de ambos os lados, a população reconhece as dificuldades enfrentadas pela polícia brasileira, dado que 64% daquela acredita que os policiais são caçados pelo crime, 63% acham que os policiais não têm boas condições de trabalho, e 50% afirmam que a PM é eficiente em garantir a segurança da população. Contudo, 59% da população relata ter medo de ser vítima de violência policial, e 70% acreditam que as polícias – militar e civil – exageram na aplicação do uso da força de seu poder de polícia (FBSP, 2016, p. 6).

O poder de polícia ou poder discricionário de polícia é inerente às atividades de abordagem. Ele pode ser entendido como um conjunto de normas táticas capazes de limitar ou ampliar a tomada de decisão e julgamento e sancionar ou autorizar a intervenção do Estado na verificação de cada indivíduo, executada pelos seus agentes policiais militares quando está em jogo o interesse social. Tal poder é necessário para um bom funcionamento social, organizacional e coletivo (REIS, 2016). O art. 78. do Código Tributário Nacional considera poder de polícia:

a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 2010).

Ao longo da história da polícia militar, o uso da força foi utilizado para a manutenção da ordem social e do bem comum. O uso da energia policial é legitimado quando se pretende assegurar a ordem pública ou proteger a segurança de terceiros, reprimindo ações delituosas individuais (REIS, 2016). Os policiais militares, enquanto corporação, construíram um “sentido de missão”, de “serviço para o bem coletivo” e de “suspeição em relação aos cidadãos”, os quais constituem três aspectos da cultura policial (REIS, 2016, p. 86).

O sentido de missão está relacionado ao “[...] sentimento de que o policiamento não é apenas um trabalho, mas um meio de vida com um propósito útil, pelo menos a princípio” (REINER, 2004, p. 136). O sentido de serviço para o bem coletivo pode ser traduzido como um sentir-se como alguém que exerce “[...] um papel essencial na salvaguarda da ordem social. O mito da indispensabilidade da polícia, de sua missão essencial de ‘proteger e servir’” (REINER, 2004, p. 137). O aspecto da suspeição constitui, por sua vez, um “[...] produto da necessidade de manter certa atenção para a sinalização de problemas, de perigo potencial e de pistas de crimes. É uma resposta ao perigo [...] e também um efeito do sentido de missão” (REINER, 2004, p. 139-140).

Segundo Reiner (2004), analisar e compreender como se constrói a visão policial acerca do mundo social e de sua razão de ser nesse mundo auxiliam no conhecimento sobre suas construções sociais, que atribuem valores e sentidos ao que há no mundo. Mas, de acordo com o mesmo autor, “a cultura da polícia não significa simplesmente atitudes de polícia” (2004, p. 131). Para entender tal cultura, é necessário extrapolar e aprofundar a análise ao nível da atividade real, ao nível da prática.

Esta pesquisa foi motivada pela preocupação de entender o processo de tomada de decisão, percepção e julgamento de policiais militares em ação, antes de abordar ou não um suspeito. As decisões e julgamentos não mostraram ser produto de uma cognição⁸ consciente, como descrito pela escola clássica cognitivista, que recorre a modelos lógico-formais para investigar os estados de consciência. Em vez disso, como mencionado, trata-se de julgamentos e decisões intuitivos, gerados em contexto e na ação, de forma espontânea (SADLER-SMITH; AKINCI, 2015).

Assim, ao buscar entender com mais detalhes o processo de tomada de decisão no contexto de atuação policial – no qual o uso da força é um recurso previsto e, na medida certa, legítimo –, esta pesquisa não se propõe apenas a aplicar análises teóricas, mas pode se mostrar oportuna também para melhorar a segurança pública. Embora tenha havido significativos

⁸Segundo Daniellouet *al.* (2013, p. 23), a cognição compreende a pesquisa de informação, a construção de representações, o raciocínio, a tomada de decisão, a planificação da ação e o controle de seu resultado.

avanços teóricos⁹ no estudo das tomadas de decisão e julgamento em situações naturais, há poucas pesquisas empíricas da atividade policial (SINCLAIR, 2014). Este trabalho visa estudar tais atividades e preencher uma parte dessa lacuna.

Os agentes policiais tomam suas decisões em ambientes dinâmicos. Assim, as dimensões tácita e corporificada surgem como suporte à tomada de decisão e ao julgamento, possibilitando que a atividade seja executada com habilidade e eficácia (SUSS; WARD, 2012). Para compreender com profundidade como a habilidade policial é construída ao longo do tempo, é importante analisar a relação existente entre a situação, as tomadas de decisão e os julgamentos, advindos das percepções dos policiais. Trata-se de um componente necessário à análise do trabalho e ao entendimento da prática profissional (THEUREAU, 2014).

Alguns estudos indicam que esses agentes, em situação de abordagem, são capazes de melhor julgar indícios – verbais ou não verbais – de mentira e suspeição do que a população civil o é (ASK; GRANHAG, 2003; VRIJ, 2000; VRIJ; MANN, 2001). Segundo Vrij (2000), militares experientes se tornam detectores de mentirosos à medida que absorvem experiências em suas ações. Tal competência tornou-se objeto de estudos e análises, que visavam entender melhor esse processo (EKMAN, 2009).

Segundo Ribeiro (2013), profissionais que possuem tal habilidade são capazes de atuar e agir em meio a diversas situações – de problema ou não, de normalidade ou anormalidade, de segurança ou perigo –, trazendo maior eficiência aos processos organizacionais da corporação militar e à tomada de decisão policial.

Uma vez que há pouca ou nenhuma pesquisa no Brasil que aborde empiricamente o processo de tomada de decisão em ação de abordagem policial (AZEVEDO *et al.*, 2012), um dos focos desta análise será trazer à luz aspectos das ações policiais que permanecem uma “caixa-preta”, alimentando a representação social de que policiais agem movidos por preconceito de classe ou étnico. Um relato encontrado na literatura ilustra muito bem a complexidade da tomada de decisão na solução do dilema que consiste em abordar ou não abordar:

[...] Ao entardecer do dia... o meu parceiro e eu avistamos três membros de uma gangue andando pela calçada, de costas para nós [...]. Era evidente que eles estavam procurando um lugar para onde correr. Os dois rapazes nas extremidades dividiram-se... O cara do meio não sabia qual o caminho a percorrer e simplesmente congelou na nossa frente. Nós fomos para a direita quando paramos a, talvez, dez metros de distância. Como eu estava saindo da porta do passageiro do carro, ele começou a

⁹Existem três principais vertentes que abordam a tomada de decisão atualmente: a primeira é chamada de tomada de decisão de reconhecimento-carregado (KLEIN, 1989); a segunda é chamada de consciência em situação (ENDSLEY, 1995a); e a terceira é chamada de teoria da criação de sentido de (ZIMMERMAN, 2008).

procurar algo na cintura com a mão direita. Então eu podia ver que ele estava chegando próximo da região da virilha. [...]. Ele tentava chegar próximo da área da sua coxa esquerda, como se tentasse pegar algo que caía da perna da calça. Ele estava começando a virar-se para mim [...]. Ele olhava diretamente para mim, e eu gritava com ele para não se mover: “Pare! Não se mexa! Não se mexa! Não se mexa!” [...]. Como eu estava lhe dando ordens, eu tirei meu revólver. Quando cheguei a cerca de cinco metros do cara, ele veio com uma arma. Então, assim que sua mão chegou à área central do seu estômago, ele deixou cair a arma na calçada. Nós o levamos sob custódia... (KLINGER, 2004, p. 61, tradução nossa).

Segundo Harris *et al.* (2006), policiais experientes, em situações de abordagem, tomam decisões adequadas, como, por exemplo, alvejar um suspeito na tentativa de uso de arma de fogo. Isso sugere que o bom desempenho alcançado por esses agentes está relacionado com a capacidade dos militares de intuir situações futuras de agressão, e não somente com o treinamento teórico/tático [Conhecimento oficial] e com a socialização que adquirem na academia. Logo, a *expertise*¹⁰ de se fazer julgamentos e tomar decisões torna-se determinante para a aquisição de vantagens operacionais, porque esta *expertise* fornece elementos para a aplicação sensata das regras, criando, por vezes, novas quando necessárias e cumprindo com um importante papel na concretização das metas de prevenção institucionais da polícia militar (como diminuição de roubos, de assaltos, de homicídios, de agressões e de mortes) (SILVA, 2004).

O *expert*¹¹ está disponível às ações e as percepções que demandam o engajamento de si no uso de suas habilidades em função das exigências impostas no e pelo trabalho. A intuição floresce quando o indivíduo se mostra aberto e acessível às influências singulares do trabalho e das situações nas quais opera. Assim, tanto o sujeito escolhe as situações encontradas (através das experiências), quanto as situações encontradas o solicitam a agir (MERLEAU-PONTY, 1999).

O poder da situação por vezes é subestimado nesse agir intuitivo. A detecção da mentira é um excelente exemplo de tema em ciências sociais no qual o poder da situação é subestimado (ENDSLEY, 1995a). Assim, Blair *et al.* (2010) orientam que, para diminuir a influência dos vieses [criados pela não consideração da situação em pesquisas sobre a mentira] e, conseqüentemente, melhorar as chances de detecção de mentiras, deve-se considerar o contexto encontrado pelos policiais nos momentos em que as mentiras são ditas.

¹⁰Para Leplat (1986 *apud* AMALBERTI *et al.*, 1988, p. 52), “a *expertise* corresponde a certo nível de habilidade e competência”.

¹¹ Segundo Dreyfus (2004), a capacidade dos *experts* [perito] torna-se parte integrante dele mesmo, não necessitando prestar mais atenção do que aquela que dão ao seu próprio corpo. Assim, sua perspectiva é vivenciada, sua decisão intuitiva, e seu processo analítico é situacional.

No mesmo sentido, Gladwell (2005) ressalta a importância de se analisar a atividade em situação, possibilitando ao indivíduo chegar a conclusões muito mais adequadas rapidamente. Para Matsumoto *et al.* (1993, citados por Castillo *et al.*, 2012), é importante que o policial se familiarize com o contexto onde trabalha para atuar de maneira mais dinâmica. Tal familiaridade com o contexto, o ajudaria a ajustar os detalhes que compõem sua tomada de decisão, não ficando preso a julgamentos prematuros.

Contudo, Bazarian (1986) citado por De Paula (2007), considera a intuição em situação apenas mais uma variável teórica pouco sólida e passageira. Nesse sentido, as teorias mais clássicas, próprias do cognitivismo e da lógica formal, defendidas por Bazarian, caracterizam-se por um foco míope dos estados psicológicos internos. Como resultado dessa lógica formal, as análises sobre a mentira têm procurado dados a respeito do tema em lugares menos adequados (ambientes controlados) (BLAIR *et al.*, 2010). Apesar dos limites de análises em ambientes simulados, as pesquisas continuam, praticamente, na mesma direção, como nos estudos de Endsley (1995a), onde os participantes são submetidos a ambientes simulados, nos estudos de Zimmerman (2008), onde apresenta um vídeo para análise de agentes, novamente, em ambiente controlado.

Portanto, com a inclusão da situação e do contexto, na análise desta dissertação, espera-se que a capacidade de desconfiança cresça e o acerto na detecção de mentiras e suspeição seja mais preciso, possibilitando um uso mais adequado da força. Assim, o objetivo deste estudo será evidenciar as variáveis e os fatores associados ao poder discricionário de polícia em ações de abordagem, por meio de observações em campo, analisando elementos do processo de tomada de decisão na seleção de pessoas em atitude suspeita. Os objetivos específicos podem ser delineados em quatro: 1º) compreender o processo de abordagem, captando perspectivas e ampliando os casos em que o poder discricionário traria julgamentos em situação para identificar suspeitos e proteger a equipe; 2º) investigar o que influencia os julgamentos e percepções de policiais em situação de abordagem; 3º) investigar o processo de tomada de decisão e julgamento; e 4º) propor melhorias na estruturação das equipes e nos treinamentos do batalhão estudado. Para tratar esses objetivos, esta dissertação, além desta introdução, está dividida em 6 capítulos.

A *violência policial* será trazida ao debate no capítulo 2, que trata do uso da força em abordagens policiais, cujos excessos, por parte da polícia no Brasil e no mundo, justificando a necessidade desse estudo. Ao apresentar diferentes abordagens explicativas da violência policial, explicitaremos nossa tese que não compartilha a representação social e de alguns

teóricos críticos de que a violência é alimentada pela discriminação contra os pobres e as minorias raciais, que são, em sua maioria, vítimas de homicídio (os que morrem são jovens entre 15 a 24 anos [54%] e são pretos ou pardos [73%] - FBSP, 2016; MACHADO; NORONHA 2002). No desenrolar do texto, serão apresentadas diferentes profundidades de percepção sobre o assunto, partindo da análise do caso Rodney King, ocorrido em 1992. O texto apresentará, ainda, a perspectiva de uma repórter policial e, por último, uma crônica sobre um vídeo de abordagem analisado por um tenente. Essa revisão possibilita situar nossa tese de que, antes de agir por preconceito ou de forma discriminatória, os policiais são trabalhadores dotados de uma expertise específica que lhes dá capacidade de agir em função de características situacionais, dentre as quais as reações dos suspeitos abordados. Essa tese não pretende negar que existam abusos e violência nas ações policiais, como fica evidente nas extorsões e atos de corrupção, mas sim que isto não pode ser generalizado a todas as intervenções policiais em contato com a população civil. Qualquer um que tenha vivenciado uma abordagem, acredita que houve abuso de força por se tratar de uma pessoa honesta. No entanto, isso somente fica definido ao final da abordagem e, no início, o que o policial tem como evidências são comportamentos suspeitos que progressivamente se confirmam ou não. Esse processo de abordagem e formação da força de convicção no curso da ação (Theureau, 2014) é será trazida à luz pelas análises aqui apresentadas. Sem isso, experiências pessoais, a mídia e certas teorias apenas reforçam a representação social de ações preconceituosas e discriminatórias dos policiais.

No capítulo 3, serão apresentados os caminhos e cuidados metodológicos que o pesquisador tomou para aproximar-se do campo e para a coleta e tratamento dos dados empíricos. O método utilizado caminhou por 4 etapas, a saber: 1ª etapa: pré-campo e formulação da demanda – foram feitas análises documentais e entrevistas exploratórias; 2ª etapa: exame do contexto e das características globais do trabalho – foram feitas entrevistas individuais com policiais experientes [entre 7 e 23 anos]; 3ª etapa: análise da atividade durante a ação – foram realizadas filmagens de abordagens policiais e, posteriormente, autoconfrontações com os policiais participantes; e 4ª etapa: análise dos dados de campo – foram feitas análises das entrevistas e das autoconfrontações, estruturando-as em um texto sistemático.

No capítulo 4 *serão* descritas as etapas da tarefa constantes dos procedimentos de abordagem da PM: as etapas da intervenção, os fundamentos da abordagem policial à pessoa

em atitude suspeita, as verbalizações do agente face ao comportamento do abordado e o uso diferenciado de força.

No capítulo 5, serão aprofundadas as categorias (ponto de foco, ponto quente, área de segurança, área de risco, Processo mental, Estado de alerta laranja, superioridade de força, forma proporcional, velocidade adequada e força moderada) emergentes da análise da tarefa e que estão diretamente ligadas à execução da atividade policial. A sequência apresentada não será descrita na ordem em que é exposta nos procedimentos, mas segundo o encadeamento em que tais categorias apareciam no curso da análise.

No capítulo 6, será apresentada uma revisão da literatura, discutindo-se as principais teorias e a importância da detecção de mentiras para a atividade policial, passando sobre o *bias* funcional, o poder da situação na detecção, os comportamentos dos suspeitos abordados e a relação entre expertise e preconceito.

Nas considerações finais, serão trazidos à discussão aspectos positivos e negativos e as limitações desta dissertação, além dos resultados principais com recomendações pontuais e globais para melhorar o uso da força na prática.

2. A VIOLÊNCIA POLICIAL: Preconceitos, legitimidade e abusos

Diversas reclamações e queixas da população quanto ao excesso de força utilizada pela polícia no Brasil e no mundo são frequentemente manchetes de jornais e estimulam o debate sobre a necessidade de se compreender o uso da força em ações policiais (PORTO, 2004).

No Brasil, persistem os maus-tratos e outras práticas abusivas cometidas por agentes da lei. O governo tem feito esforços para conter a violência praticada por policiais, mas os resultados dessas ações ainda são inexpressivos. Segundo o relatório divulgado anualmente pela organização *HumanRightsWatch*, um dos principais desafios do Brasil permanece sendo a violência policial desmedida (HRW, 2016).

As mortes humanas causadas pelos agentes – cujos índices, mesmo com o aumento das políticas de segurança pública (por exemplo, Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), base comunitária móvel etc.) – continuam piorando (de 3.146 mortes de suspeitos abordados em 2014 para 3.345 em 2015) (FBSP, 2016, p. 19).

No entanto, essa situação não é exclusividade do nosso país. Nos Estados Unidos, por exemplo, os casos de violência policial que mais repercutem são aqueles de que são vítimas jovens negros. Nesses casos, quase sempre os policiais envolvidos são absolvidos das acusações, o que gera protestos por parte da população negra estadunidense contra o uso da força motivado pela cor da pele, e não pela conduta dos indivíduos (WACQUANT, 2001).

Em 2014, a morte de Eric Garner, estrangulado por um policial, em Nova Iorque, provocou indignação em toda a nação estadunidense. Um mês mais tarde, no Missouri, o adolescente Michael Brown foi alvejado por praças¹² em um tiroteio, desencadeando diversas manifestações, em especial após a absolvição dos agentes envolvidos no caso. Em novembro do mesmo ano, Tamir Rice, que tinha apenas 12 anos de idade, foi morto por policiais em Ohio, quando brincava com sua pistola de brinquedo. Em 2015, na Carolina do Sul, Walter L. Scott foi morto por um policial após uma *blitz*. No mesmo ano, Freddie Gray foi morto enquanto era conduzido à delegacia.

O policial envolvido no caso de Walter L. Scott foi acusado de homicídio, com base em um vídeo amador. Em Baltimore, o motorista da viatura policial em que Freddie Gray foi morto foi acusado de assassinato em segundo grau. Em todos os casos anteriores, não houve acusações formais do Estado contra seus agentes.

¹²Há duas formas de ingresso na Corporação PM: por meio da carreira de praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) ou do quadro de oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis).

No Brasil, o caso Amarildo (Rio de Janeiro, julho de 2013) tornou-se símbolo de abuso de autoridade e de violência policial. O ajudante de pedreiro foi retirado de sua casa, na favela da Rocinha, em direção à UPP. Ele não foi mais encontrado, sendo dado como morto pelas autoridades judiciárias.

Segundo Pinheiro (1997), a violência policial no Brasil e no mundo tem base num passado *histórico-cultural* fundamentalmente marcado por raízes autoritárias socialmente implantadas:

[...] as práticas autoritárias seriam ainda resultado direto da continuidade e de uma longa tradição de autoritarismo das elites contra as não elites que, por sua vez, são reproduzidas entre os mais pobres. Essas práticas autoritárias e violentas são empregadas também pelos *órgãos encarregados de fazer a segurança e promover a justiça em nosso país* [...] (PINHEIRO, 1997, p. 47, grifo nosso).

A figura do suspeito contracenava com as dos policiais, desde que o Brasil império constituiu órgãos de controle social. Contudo, percebe-se que as características do suspeito se altera a medida que diferem as características do cenário social. No final do século XVIII e início do século XIX, os suspeitos eram os capoeiras. As operações policiais eram pautadas para a repressão e captura de indivíduos que se enquadravam nessa categoria. Nessa época, a dança capoeira era praticada, principalmente, por negros, escravos e libertos, geralmente com uso de instrumentos de percussão (HOLLOWAY, 1997). Assim, qualquer cidadão que se enquadrasse nessas características poderia ser preso ou reprimido.

A capoeira foi um paradigma cultural que estigmatizou determinado grupo social (negros) em determinado período histórico. Assim, como os cidadãos que não possuíam vínculo empregatício, comprovados em carteira de trabalho, eram enquadrados na categoria “vadio”. Percebe-se, o destaque que o estado Brasileiro, possuía e possui, como agente ativo no processo de construção dos paradigmas *histórico-culturais* de suspeição e ilegalidade, gerando controles sociais, preconceituosos.

Essas práticas – repressão de vadios e capoeiras – refletiam a manutenção da ordem e a política de repressão do estado, especialmente das instituições policiais. A maioria das prisões efetuadas pela polícia era pautada na ordem pública e na política econômica vigente (escravocrata). Segundo Holloway (1997), a constituição da ordem pública era preocupação frequente das instituições policiais e dos policiais, que no cumprimento da lei faziam julgamentos prematuros baseados nas características que a lei impunha. Gerando violência, preconceito legalizado e *controle social*.

A justiça policial, que contorna a justiça [judiciário], afronta o estado de direito. Com a intenção de entender melhor tal “justiça”, Skolnick (1966) avalia a atuação policial em uma cidade do estado da Califórnia que fosse representativa dos casos de abuso. Segundo o autor, a violência policial, associada às práticas e experiências dos agentes, gira em torno da relação entre perigo e autoridade, sendo o primeiro o gatilho que estimulará o emprego da autoridade em ações policiais. Nesse sentido, o uso da força varia conforme a percepção construída de perigo ao qual o agente está exposto em situação, legitimando-o a aplicar e ampliar o uso da força, o que pode gerar abusos legalizados.

Em certas comunidades ou cidades, o uso excessivo de força contra pessoa pertencente a um grupo minoritário – negros, indígenas, mulheres, gays etc. – pode provocar inúmeras manifestações públicas. Já em outras localidades, o mesmo fato pode não despertar interesse na mídia ou na população. Essa variação de comportamentos frente à ação policial tem por base quatro aspectos: a orientação dos governantes quanto ao uso da violência policial; a consciência dos cidadãos da comunidade; o nível de consentimento social em relação à violência na resolução de conflitos; e o relacionamento entre governo e população (CHEVIGNY, 1995).

Considerando-se esses aspectos, pode-se pensar que a violência legal está ligada à *violência estrutural* de um país, produzida pela organização econômica e política da sociedade, na qual se manifestam as desigualdades sociorraciais. A forma de as instituições militares, que participam da manutenção da ordem social e do bem comum, tratarem as populações mais carentes dependerá dos controles institucionais externos e internos ao aparelho policial (GUIMARÃES *et al.*, 2005).

Contudo, a forma de aplicação da força varia segundo a tolerabilidade do governo ou das populações locais, o que gera atuações com uso de força diferentes dependendo de onde elas aconteçam. Em outras palavras, há mais prudência da ação policial em certos lugares do que em outros, devido ao imaginário social construído. Como exemplo, pode-se apontar o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, dadas as chances de reação da comunidade e a não aceitação da atuação policial (VIANNA; FARIA, 2016).

Violência endêmica generalizada, originada em contextos com profundas desigualdades sociais, não é um fenômeno novo no Brasil. Hoje em dia, os principais alvos dos abusos policiais são o pobre, o negro, além de outros grupos minoritários, e as crianças e adolescentes abandonados que vivem nas ruas (os que morrem são jovens entre 15 a 24 anos [54%] e são pretos ou pardos [73%]). Boa parte dessa violência é alimentada

peladiscriminação contra os pobres e as minorias raciais, que são, em sua maioria, vítimas de homicídio (FBSP, 2016; MACHADO; NORONHA 2002).

A falta de uma *legislação* mais clara sobre abusos cometidos pela polícia contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão, gerando formas de insegurança que favorecem a intolerância eservindo de proteção para o surgimento de abusos policiais. Nesses casos, a percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da polícia contra pessoas que cometam crimes, sejam eles de maior ou menor gravidade (BELLI, 2016; CHEVIGNY, 1995). A frase “bandido bom é bandido morto” corrobora essa realidade (57% da população acredita que “Bandido bom é bandido morto” – FBSP, 2016, p. 6).

No Brasil, assim como em outros países, há uma grande diferença entre o que está estabelecido em lei e sua aplicação na realidade. Esse hiato é considerado uma das causas fundamentais da perda do controle social sobre a legitimidade da violência policial como ajuste público, que, por sua vez, promove abusos (MACHADO; NORONHA 2002). Embora, os cursos de formação policial prezem pela diversidade de cursos, a saber: Direitos Humanos e Humanitários, Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Processual Penal, legislação de trânsito, legislação ambiental, direitos da mulher, direitos da criança e do adolescente, primeiros socorros, entre outros. Todos eles diretamente relacionados ao policiamento ostensivo geral e à abordagem policial.

O choque entre a opinião pública e a militar sobre o uso da força sempre existiu (VIANNA; FARIA, 2016). Nesse sentido, percebe-se que, de todas as práticas policiais, entre as quais se incluem orientações, segurança pública e socorro em casos específicos, a mais relevante e marcante é, sem dúvida, a força – ou, em outras palavras, a capacidade do policial de fazer o uso da força para estimular o cumprimento da lei e da ordem social (BITTNER, 1970). Os agentes detêm autorização do Estado para empregar vários níveis de força – desde uma simples conversa até o uso de força letal – sobre os cidadãos que infringirem a lei, no intuito de obrigá-los a responder aos seus comandos e de respeitar o bem comum (REIS, 2016),

[...] porque uma parte fundamental do trabalho da Polícia é justamente conectar pensamentos para chegar a alguma *decisão segura a respeito de quando e como agir de modo por vezes letal contra alguma pessoa* (REIS, 2016, p. 108, grifo nosso).

Os policiais militares, no curso das ações de abordagem, devem tomar uma série de decisões e fazer julgamentos segundo o contexto encontrado em situação. Um amplo espectro de decisões e julgamentos é gerado de acordo com as variadas funções que eles exercem. Essa miscelânea de atividades desenvolvidas faz com que a definição da atividade policial não seja algo trivial, mas complexo, a ser analisado (KLAHM; TILLYER, 2010). O tamanho do departamento, o número de minorias instaladas em determinado local e a corrupção são variáveis que compõem essa complexidade.

O tamanho dos departamentos de polícia apresenta-se como um aspecto relevante uma vez que há relação entre tal variável e força excessiva. Quanto maior o departamento, mais força é despendida. Os oficiais que trabalham em grandes instituições, em princípio, não orientam adequadamente os policiais que atuam na linha de frente, enquanto os que trabalham nos pequenos departamentos podem fazê-lo mais apropriadamente e, nesse processo, passam dicas aos seus subordinados a fim de evitar o uso excessivo da força (PHILLIPS *et al.*, 2006).

Geralmente, grandes departamentos, como as UPPs, encontram-se em lugares onde há maior número de minorias instaladas. Algumas pesquisas (JACOBS, 1979; HOLMES, 2000 *apud* PHILLIPS *et al.*, 2006) sugerem que, à medida que o número de minorias em um determinado lugar aumenta, também aumentam, proporcionalmente, o uso da força, a taxa de detenção, o uso de força letal e queixas de força excessiva. Isso é comumente visto nos noticiários locais nas regiões metropolitanas. O excesso é decorrente da perspectiva de conflito e da presunção de iminente ameaça e sugere que os agentes usam o aparelho policial para controlar as minorias que são vistas como ameaça à ordem social (HOLMES, 2000 *apud* PHILLIPS *et al.*, 2006).

Associado a esse aspecto, percebe-se que muitos agentes se corrompem, usando o seu posto como moeda de troca, negligenciando as ações que lhes cabem por favores pecuniários. É comum ter conhecimento de relatos a esse respeito. Algumas pesquisas (ALPERT; SMITH, 1994; CAMPBELL; GIBBS, 1986 *apud* FORNÉ, 2016) apontam vínculo entre corrupção e violência policial, cujos atores se valem principalmente da lei para fins econômicos e políticos. Forné (2016, p. 5-6), ainda, inclui a questão pecuniária como um dos três fatores que impulsionam a brutalidade policial em ações. São eles o uso da força como tática para a “obtenção de confissões e/ou informações”; o uso da força como “punição por resistir ou desacatar a autoridade”; e o uso da força para a “obtenção de valores pecuniários”.

De acordo com Riksheim e Chermak (1993), buscando entender com mais clareza o uso da força, inicialmente houve a preocupação de se analisar o comportamento da polícia em ação, uma vez que se trata de peça central no desfecho das tarefas. Entretanto, alguns estudos relacionam o comportamento dos policiais com as características demográficas dos suspeitos (KLAHM; TILLYER, 2010; LAWTON, 2007; MCCLUSKEY; TERRILL, 2005). Variáveis como raça/etnia, sexo, idade, comportamento do suspeito, classe social do indivíduo e uso de entorpecente interessam a pesquisas contemporâneas que pretendem analisar o uso da força.

A importância da *raça/etnia* dos suspeitos em abordagem é marcada pelo grande número de estudos e análises nos últimos anos, em especial nos Estados Unidos, ocupando um papel central em pesquisas sociais. O fator raça se mostrou relevante no contexto do uso da força policial, dada a histórica relação de violência entre as comunidades minoritárias – latinas e negras – e a polícia (KLAHM; TILLYER, 2010). Em contrapartida, há estudos que indicam não existir relação entre raça/etnia e uso da força policial durante uma abordagem. Segundo tais pesquisas, não há estabelecida uma confiabilidade estatística que relacione a raça e o uso da força (LAWTON, 2007).

Nos últimos anos, a relação entre o *sexo* das pessoas abordadas e o uso da força policial também recebeu atenção. As análises mostram que os suspeitos do sexo masculino sofrem mais o uso da força em caso de abordagem do que os suspeitos do sexo feminino (MCCLUSKEY; TERRILL, 2005).

As pesquisas que estudam a relação entre a *idade* dos cidadãos abordados e o uso da força policial apontam que os agentes são menos propensos a usar a força, seja ela verbal ou física, contra suspeitos idosos ou muito jovens (MCCLUSKEY; TERRILL, 2005).

No que diz respeito à relação entre o *comportamento do suspeito* e o uso da força policial, estudos indicam que suspeitos agressivos estão mais sujeitos a sofrerem com os policiais. Segundo Engel (*et al.*, 2000), os cidadãos que reagem a uma abordagem com comportamentos agressivos sofrem mais com o uso da força policial, dado que os agentes lançam mão de outros recursos – como *spray* de pimenta, cassetete, arma de fogo etc. – para contê-los.

Em se tratando da relação entre *classe social* do suspeito e o uso da força policial, a maioria das pesquisas que a examinaram foi inconclusiva. O principal problema de tal análise está na dificuldade de se separarem os efeitos da categoria raça/etnia dos da categoria

classe social, uma vez que ambas são concorrentes, gerando *bias* nos resultados (KLAHM; TILLYER, 2010).

No que se refere à *intoxicação*, alguns estudos relatam que os suspeitos que estão sob a influência de drogas ou álcool no momento da abordagem policial sofrem mais como uso da força – em especial, de forças não letais – do que suspeitos que estão sóbrios (MCCLUSKEY; TERRILL, 2005).

A seguir serão apresentadas diferentes explicações sobre o uso da força policial, enfatizando a percepção por observadores externos (o caso Goodwin (1992), uma repórter policial especializada e um tenente), partindo de uma visão periférica para uma visão mais próxima.

Serão apresentadas diferentes explicações sobre o uso da força policial, evidenciando que a observação não é meramente passiva. As percepções criadas são atribuídas às experiências anteriores à observação, trazendo sentido ao que é visto (MERLEAU-PONTY, 1999). Nesse sentido, segundo Pinch (1985), observar o mundo é estabelecer relações perceptuais do que é visto com o que se conhece, e essas relações podem mudar de acordo com as variáveis históricas e contextuais de cada situação. Sem tais relações, trazidas pelas experiências, não haveria a possibilidade de dizer o que se observa. Somos, portanto, presos à linguagem, à cultura, às interações sociais, mas também à prática profissional, como veremos ao final dessa dissertação.

2.1. O caso Rodney King (1992)

O julgamento analisado por Goodwin (1994) fornece um exemplo prático e vivo de como as diferentes perspectivas de mundo são socialmente situadas e contextualizadas, uma vez que se relacionam intimamente com uma gama de histórias, vivências e experiências construídas por todo o indivíduo. As percepções e os comportamentos dos seres humanos não são objetivamente previsíveis, mas socialmente situados e imprevisíveis. Em uma mesma situação, as informações a serem selecionadas pela atenção dos sujeitos são singulares, pois eles diferem uns dos outros, podendo, assim, levar a ações e julgamentos muitas vezes vistos como contraditórios em um mesmo contexto. É relevante observar que, ainda que coexistam vários sujeitos em um mesmo contexto de trabalho, um [profissional] nunca será igual ao outro (JÚNIOR *et al.*, 2014).

Quando a atenção é solicitada em ação, a habilidade de classificar uma determinada informação como relevante e fazer um juízo de valor a respeito dela não se dá de forma homogênea e perfeitamente distribuída (CRESWELL, 2012). Pelo contrário, Goodwin (1994) deixa claro que tal informação e fenômenos experimentados são, na verdade, perspectiva de mundo, e, como perspectiva, pode haver diversas formas de se ver o mesmo objeto. No que diz respeito ao caso que será discutido em seguida, os gestos e falas empregados na primeira e segunda instâncias do julgamento fizeram emergir uma série de significados que possibilitaram a transformação ou ressignificação de informações apresentadas aos jurados.

Em 3 de março de 1991, um grupo de policiais foi filmado agredindo violentamente com cassetetes um homem em um clube (Figura 1). Esse homem se chamava Rodney King e havia sido abordado, inicialmente, devido a uma violação de trânsito. Quando o vídeo foi a público, a população, quase que de maneira imediata, revoltou-se indignada com a violência exibida nas cenas. Os quatro policiais envolvidos na ação foram levados a julgamento, acusados de fazer uso excessivo da força. No entanto, o júri em primeira instância considerou os policiais inocentes, levando Los Angeles a uma revolta racial que custaria cerca de um bilhão de dólares aos EUA. Após uma grande pressão por justiça – mais precisamente, um ano depois da primeira instância –, dois policiais foram condenados por violação de direitos, e dois foram absolvidos. A presente discussão levantará os aspectos relevantes que contribuíram para a absolvição e para a condenação, em primeira e segunda instâncias, respectivamente.



Figura 1– Agressão a Rodney King

Disponível em: <<https://quotesgram.com/rodney-king-quotes/>>. Acesso: nov. 2016.

Na primeira instância, os advogados de defesa se esforçaram para reconstruir a ação policial, argumentando que ela não fora desproporcional, porém cuidadosa e baseada em procedimentos técnicos e nas percepções dos policiais, que, naquele caso específico, tinham por intenção controlar King. A defesa alegou, por diversas vezes, que o grupo de policiais

podia ver, de forma clara, que o sujeito abordado agia de forma agressiva e os ameaçava, e, portanto, legitimava-se o uso da força para imobilizá-lo e levá-lo sob custódia. Assim, a defesa baseou-se centralmente nas percepções dos policiais, as quais são socialmente construídas e compartilhadas dentro da atividade de policiamento militar, um domínio de competência profissional, e foi bem sucedida nessa arguição, como mencionado anteriormente.

Surgem, então, duas perguntas: como a defesa conseguiu fazer emergir das cenas, que aos olhos do público eram de violência abusiva, informações que pudessem evidenciar que tais percepções estavam presentes naquela ação e como as mostrou aos jurados. Em resposta a essas questões, Goodwin (1994) relata que a defesa havia contratado um sargento perito em uso da força policial para indicar para onde e o que os jurados deveriam olhar naquela cena. A abordagem policial, então, é dividida em eventos separados, levando em consideração movimentos de partes do corpo, gestos e posturas de King, os quais são evidenciados como agressivos e, portanto, legitimariam o maior uso de força pela polícia. Os advogados de defesa conseguiram, assim, moldar e construir um novo contexto aos jurados, apresentando-lhes a perspectiva dos policiais em relação aos fatos, segundo a qual a ação não mais parecia descontrolada, mas muito disciplinada e técnica.

A descrição e indicação dos fatos pelo perito visavam focalizar e amplificar a imagem como uso de expressões como: “a área da nádega começou a subir...”, “começando a...”, “pequenos gestos...”, “engatilha sua perna...” etc. (GOODWIN, 1994, p. 619). Tais focalizações e ampliações linguísticas fizeram com que determinados gestos de Rodney King emergissem de forma saliente, relevante e amplificada, naquele contexto. Indicando certos trechos das imagens como as mãos perto da tela de vídeo, com a intenção de delineá-los a seu favor, a defesa convenceu os jurados de que a ação não era desproporcional, mas produto de extrema técnica, o que resultou na absolvição dos policiais.

Já na segunda instância, o fato de a acusação permitir ao júri outras interpretações da mesma cena foi de extrema importância e teve como consequência a condenação de dois dos quatro policiais. Segundo a interpretação trazida pela acusação, os gestos e eventos focalizados pela defesa, considerados agressivos por esta, nada mais eram que movimentos de defesa normais de alguém que estava sendo agredido. Assim, por exemplo, quando King engatilha sua perna, não tinha a intenção de agredir os policiais, mas se tratava de uma reação física e motora dos seus músculos em resposta à agressão causada pela barra de metal utilizada pelos agentes. A acusação também argumentou que os policiais que assistiam apáticos à figura quase imóvel de King sendo espancado omitiram-se em relação à agressão perpetrada por

seus colegas (GOODWIN, 1994, p. 622). Outro fator importante usado pela acusação foi a mudança de foco, que passou do abordado – outrora retratado, pela defesa, como gigante e perigoso – para um dos policiais, que, sozinho ao final do espancamento, coloca as algemas em King. Isso serviu para que a acusação argumentasse que tal agente era maior do que o abordado ou lhe era igual em estatura, o que tornava injustificável a força excessiva naquela ação.

Desse modo, embora boa parte das duas estratégias – a da defesa e a da acusação – tenha se valido das mesmas evidências e provas, os promotores da segunda instância conseguiram, de forma similar à dos advogados de defesa da primeira, elaborar suas próprias interpretações da cena, desconstruindo as interpretações montadas pela defesa e apresentando aos jurados outra maneira de visualizar o caso, que não havia sido mostrada ao primeiro júri, o que levava agora à condenação dois dos quatro policiais. Resta, então, a dúvida sobre qual seria a interpretação mais honesta a que se pode chegar neste caso.

Confrontando os dados de campo com os do caso, percebe-se que os movimentos que o sargento apresenta, na primeira instância, como agressivos em relação aos policiais, na verdade, não o seriam, se se partisse dos dados práticos aqui trazidos (Seção 5.2). Há diferenças, por exemplo, entre elevar a perna, em um movimento natural de se levantar, e usar a perna para atingir um policial, em um movimento de agressão. Tal incoerência entre a prática e a teoria apresentada pela defesa pode indicar uma interpretação exagerada e inconsistente por parte dos advogados dos policiais. O questionamento da legitimidade do uso da força tem como ponto central a análise dos movimentos e do contexto da abordagem, a qual possibilita discriminar atitudes agressivas de movimentos de defesa, claramente diferentes entre si, segundo a acusação.

Outro ponto relevante para a acusação é que, em nenhum momento no tribunal, o sargento que participa da defesa relata presença de arma, bastão, faca ou qualquer outro instrumento perigoso em posse do abordado que justificasse a necessidade do uso da força, a qual já se podia verificar tanto no número de agentes envolvidos na abordagem quanto na energia policial empregada. Analisando-se exclusivamente a paridade numérica aplicada no uso da força, isto é, o número de policiais em relação ao número de cidadãos abordados, percebe-se que, no caso aqui trazido, há quatro policiais que participam claramente da ação, o que, de certa forma, é desproporcional, dado que não há evidências que indiquem que o abordado estivesse armado, apresentasse comportamento agressivo ou exigisse quatro agentes para contê-lo.

Com os argumentos apresentados, a acusação, na segunda instância, conseguiu, com sucesso, indicarem elementos que melhor representavam a realidade dos fatos. Assim, o grupo de policiais, de forma ilegítima e desproporcional, espancou, de fato, Rodney King, que, em resumo, no momento da abordagem, não agia de forma agressiva, não apresentava movimentos dessa natureza e não portava qualquer objeto que colocasse em risco os policiais ou a sociedade. Os interesses da defesa e da acusação seguem uma interpretação jurídica própria, que é criar interpretações opostas, partindo das mesmas evidências. Não cabe aqui discutir quem tem razão neste caso, mas sim a possibilidade de que essas interpretações opostas sejam igualmente possíveis.

A partir dessa controvérsia, será aprofundada a evolução da percepção sobre o uso da força segundo as experiências de uma repórter policial, mais próxima do contexto profissional.

2.2.O caso de uma repórter policial

A repórter convidada a participar desta discussão sobre pautas e abordagens policiais na cidade e região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, há cinco anos. Crimes e acidentes, de forma geral, são assuntos comuns em sua rotina diária.

Em seu relato, ela descreve as dificuldades com as quais se depara, todos os dias, nessa esfera do jornalismo e destaca a importância de receber a confiança dos agentes militares no meio em que trabalha, considerando-se receio que os policiais têm em relação a certos repórteres e meios de comunicação sensacionalistas. Para ela, esse receio é decorrente de condutas equivocadas de outros colegas de profissão:

...eles [policiais] são muito resistentes por conta de alguns colegas [repórteres] que já “queimaram o filme” durante a profissão. Às vezes, colocam algo a mais ou mudam a versão da reportagem. Era uma coisa, e foi para o ar outra. Então, como eles são muito corporativistas, e são mesmo, eles criam uma barreira. A gente usa a expressão “A polícia fechou o coração para a imprensa”, então, ali, eles não vão nos receber. Tem algumas companhias da Polícia Militar na região metropolitana com as quais a gente tem dificuldade. A gente chega para fazer uma reportagem, mas a Polícia Militar não dá entrevista, muito dificilmente passa uma informação, porque eles já criaram aquela barreira, “não falo com a imprensa”. Aí, é mais difícil.

Mesmo fisicamente distante do calor da ação, a repórter é afetada por aspectos da atividade prática policial. A relação com tal atividade, resultado das diversas interações que o ofício jornalístico lhe proporciona, fez com que percepções fossem construídas e introjetadas.

A felicidade de ter uma entrevista exclusiva, o medo do incerto, a insegurança na condução do processo e a novidade do relato são traços característicos enquanto era novata na área:

Primeiro, a gente leva um susto e, conseqüentemente, a gente fica muito feliz por estar naquele local... [...] Era nova, porque, quando você começa na profissão, muito dificilmente você vai começar na área criminal, dado que é uma área complicada... [...] Então, para a gente, o primeiro lance é o susto, a gente fica pensando: “Como eu vou fazer isso? Como eu vou conduzir essa reportagem?”.

De forma geral, as abordagens são marcantes para uma novata, pois se trata de ações abruptas e inesperadas. A emoção verbalizada que mais sobressai é o medo, o “susto”. Questionada a respeito da origem dessa emoção, a repórter relata que se baseia na imprevisibilidade das reações dos suspeitos e de seus familiares: “... você nunca sabe como ela [a pessoa suspeita] vai reagir... você não sabe com quem você está lidando...”.

A todo momento, a repórter demonstrou e verbalizou a importância de manter o respeito para com a pessoa conduzida ou abordada. Por outro lado, a imprevisibilidade da reação do suspeito surpreende os novatos e exige, do policial, cautela na condução do processo investigativo. Essa imprevisibilidade também foi comentada pelos agentes entrevistados nesta pesquisa. Dentre eles, um sargento relatou: “levei uma facada de uma testemunha, sem saber que ele [a testemunha] era foragido”. Assim, a preocupação da repórter em ter cautela quanto a familiares do suspeito e pessoas que lhe são próximas é legítima e corrobora com aspectos da realidade prática vivida pelos agentes. Vale ressaltar que ainda se trata de percepções superficiais da atividade do policial e do comportamento das pessoas envolvidas por um observador, mas mais profundas que no caso anterior, analisado por Goodwin (1994).

A repórter também destaca o cuidado a se tomar nessas situações. “quando a gente chega a uma abordagem, o suspeito está ali, preso, e a família dele acaba acompanhando [a situação]. Então, nós não sabemos como essas pessoas vão reagir. A gente precisa manter o cuidado”. Na perspectiva da polícia, tal cuidado é visto como um estado de alerta constante, que deve preceder reações inesperadas durante a abordagem, ou mesmo um provável confronto, seja partindo do próprio abordado, seja partindo de terceiros. A repórter relata que esse estado de alerta leva os policiais, em certos momentos, a dizerem: “não filma aqui!”, “não quero que filma!”, “espera aí atrás da faixa”. Tais condutas e reações por parte dos policiais, segundo a repórter, têm duas causas: a primeira delas está relacionada à falta de informações com que os agentes se deparam no momento da ação, uma vez que o fato é inesperado, e as causas do

incidente ainda estão sendo verificadas; a segunda tem a ver com a tensão criada pela situação de perigo. Ambas podem ser percebidas na verbalização a seguir:

A gente chega a determinadas situações, num momento de tensão, e os policiais ainda nem têm tanta informação para passar. Os policiais ainda estão levantando informações, ainda estão se sentindo em uma situação de insegurança... Aquele momento ali é tenso... Podem acontecer outras situações que podem gerar problema, como agressão ou algum atentado, aí a gente chega fazendo milhões de perguntas. Então, às vezes, a gente sente que eles se sentem incomodados com aquela situação.

Os agentes podem demonstrar condutas e reações variadas durante a abordagem, dependendo do seu sentimento nesse momento de tensão. A percepção criada em tempo real e em contextos singulares pode fazer com que haja conduções diferentes para cada caso, o que é percebido pela repórter, que a leva a relativizar os supostos “abusos de força”. A jornalista relata que as reações dos policiais e o uso da força por eles são respostas decorrentes de provocações ou de ações agressivas de suspeitos que a polícia visa conduzir, e sua intensidade pode ser de menor ou maior grau. A repórter reconhece que, em determinados momentos, é possível que alguns “excessos” ocorram, como observamos no seguinte relato:

Eu já flagrei cena de polícia tentando prender bandido, correndo atrás de moto, a pé atrás de um suspeito. E aí, por conta da reação do suspeito, houve reação do policial militar... O suspeito tenta escapar daquele cerco, e aí o policial é obrigado a usar a força. Faz parte do trabalho deles [policiais]. Se ele não faz aquilo [usa a força], ele perde a chance de prender o criminoso, ou ele vai levar um tiro... Tem uns excessos, às vezes tem, mas é muito raro acontecer.

Na visão desta profissional, o policial militar reage quando provocado, há a possibilidade de que haja excessos, em algumas operações, em resposta a essas provocações. De acordo com a repórter, esses excessos estão relacionados ao uso da força pela polícia, quando esta não é provocada. Ela entende que o uso da força é legítimo quando decorre de ações agressivas contra a polícia, e ilegítimo quando usado sem uma ação agressiva do suspeito:

O que eu presenciei foi na época da Copa do Mundo [no Brasil, em 2014]. Teve aquelas manifestações. Então, a gente via os policiais muito agitados por conta da falta de educação das pessoas que se infiltravam na manifestação... Eu vi, ninguém me contou, quando um manifestante no meio da multidão arremessou uma bola de bilhar num policial militar. Ela acertou o rosto do policial militar... Qual vai ser sua reação? De imediato você vai reagir da mesma forma e com uma força superior. E foi o que a polícia fez. Muita gente que não tinha nada a ver com aquele manifestante que arremessou a bola de bilhar acabou levando tiro de bala de borracha, acabou levando sopro no pescoço, acabou levando um tapa. Porque a polícia reagiu da forma que ela deveria reagir numa situação de risco... Ela [a polícia] reagiu da forma que ela tinha que reagir.

Na verbalização anterior, compreende-se que a percepção da repórter acerca da legitimidade do uso da força baseia-se na reação proporcional da polícia quando ameaçada e/ou provocada, tratando-se de uma visão já transformada pela convivência com a prática policial. No intuito de entender melhor a perspectiva da entrevistada sobre proporcionalidade ou legitimidade, vejamos o que ela nos relata ainda:

Em algumas situações, acho que a polícia realmente se excede... Um manifestante está com um taco de beisebol, e a polícia está com uma arma [calibre] 12, que é muito mais poder de fogo. Mesmo que [a bala] seja de borracha, a dor [produzida] é muito grande... Hoje eu vejo que eu tenho uma visão muito mais madura em relação a isso. Eu acho que a polícia age [em resposta] porque ela foi atacada... Quando ela reage sem um ataque, então eu acho que houve um excesso.

Para a repórter, a proporcionalidade ou legitimidade do uso da força tem mais a ver com a reação dos agentes do que com a ação agressiva dos criminosos. Tal perspectiva vai ao encontro da visão dos agentes.

A jornalista afirma não perceber diferenças geográficas no que diz respeito ao uso da força pela polícia em Belo Horizonte, mas graus de intensidade mais altos em situações em que há crimes de potencial mais elevado. Isso pode ser notado na seguinte fala: “você pode ter um homicídio, aqui foram três tiros, e lá foram três tiros. Mas aqui foi um irmão que matou o irmão, e lá [um homicídio motivado por] uma dívida de drogas. Então, a situação é diferente”.

A repórter relata ainda que um aspecto marcante do uso da força pela polícia é sua relação com os estereótipos de criminosos considerados clássicos no meio policial, tais como indivíduos tatuados com figura de escorpião ou de palhaço, que simbolizariam, respectivamente, membro do PCC – Primeiro Comando da Capital e assassino de policiais. Assim, em sua perspectiva, o uso da força é mais utilizado em dois casos: de acordo com a motivação do crime – como, por exemplo, em crimes hediondos – e onde há de estereótipos clássicos de criminosos contumazes. Contudo, a entrevistada verbaliza que tanto o crime quanto seus autores mudaram, o que, segundo ela, dificulta o trabalho de identificação da polícia:

Antigamente tinha aquele estereótipo, mas hoje, não. Eu me surpreendo muito com os criminosos que eu encontro nas reportagens, às vezes de olhos verdes, azuis, cabelos claros, traços muito bonitos. Jovens, com idade entre 18 e 25 anos. Menores... Não há estereótipo fixo. Eles estão disseminados em nosso meio. Entretanto, tem criminosos de alta periculosidade, que já possuem uma ficha extensa na polícia... Esses criminosos têm mais esse estereótipo de tatuagem, sobrancelha cortada, mas não é muito comum hoje. A maioria das pessoas hoje tem tatuagem, eu não posso dizer que todo bandido tem. Mas tem muito bandido que tem características de tatuagem que são mais comuns no meio policial...

No intuito de aprofundar um pouco mais nossa compreensão sobre o uso da força pela Polícia Militar, um vídeo de abordagem policial utilizado em treinamento pela corporação foi mostrado a um tenente, cujas percepções são apresentadas e analisadas a seguir.

2.3. ANALISANDO A DINÂMICA DAS MICRO-HISTÓRIAS: crônica de uma abordagem policial

Foi desenvolvida uma comparação entre duas análises feitas por um policial experiente, com aproximadamente 23 anos de patrulhamento, a partir de um vídeo utilizado em treinamento pela corporação, esperando a permissão para o trabalho de campo (Apêndice E). Detalhe, no primeiro momento, o vídeo foi apresentado ao mesmo sem áudio. Posteriormente, foi apresentado com áudio. Tal configuração possibilitou de analisar a importância da fala para o julgamento, organização e discricionariedade da ação policial no momento da abordagem.

Cruzando-se as análises do tenente 2, o agente aqui participante, as quais se basearam, respectivamente, no vídeo mencionado sem áudio e com áudio, pode-se dividir a operação policial em sete etapas (Apêndice A). Cada uma delas apresenta uma sequência com ações enumeradas. Nosso objetivo é entender a ordem da abordagem, nesse caso específico, de acordo com cada ação percebida pelo participante.

No que diz respeito à análise do vídeo sem áudio, percebe-se, nas verbalizações do tenente (ler Apêndice A), que estas baseiam fatores normativos e regulamentares, apontando defeitos e erros mais pontuais na abordagem policial. Isso é evidenciado pela frequência de uso do verbo “deveria” em suas falas: “... deveriam [os policiais no vídeo] ter feito uma aproximação por triangulação...”, “... deveria ter policial atrás, nos vértices...”.

O tenente observa ainda, com base nos gestos do abordado e dos policiais, que aquele tentava demonstrar honestidade. Assim, o agente avalia, em primeiro lugar, o cidadão, o cenário e suas características, como se percebe nas falas: “está tentando mostrar honestidade...”, “... tentando justificar... mostrar seus documentos...”. Somente após essa avaliação, em segundo lugar, ele organiza a abordagem policial, lembrando-se da ação central de parar o cidadão: “... o seu foco é o quê? Não é abordar aquele cidadão...”.

Quanto à decisão de abordar um suspeito, o agente verifica diversas variáveis e as relaciona em uma sequência não muito lógica:

Você olha um cidadão e vê umas características que embasam a fundada suspeita... De forma sincronizada, ele desceu rápido, com características que podem indicar que ele tenha sido autor de tal crime, colocam-no na mesma semelhança física, só o vestuário também não serve... tatuagem... um defeito físico... entrelaçando aquilo... Um fato liga o outro.

Na avaliação e análise final da atuação da equipe do vídeo com áudio, o tenente apresenta uma perspectiva mais coesa e sequencial, como se nota no trecho:

Já vai aproximando e já vai tomando o dispositivo de cada um para um lado... Não pode parar, não, você vai se aproximando e já vai fazendo a triangulação... Roupa apertada... Não tem volume nenhum na cintura. Na perna, que é um outro local que guarda arma, ele não tem, pela roupa.

Assim, a comunicação se mostrou importante [na caracterização do tipo de suspeito] para que o policial percebesse a abordagem de forma mais correlata [narrada], possibilitando-lhe juntar as peças do quebra-cabeça, que fazem parte da ação policial e de seu tirocínio.

Sua forma de julgamento da cena se baseia, agora, na prioridade gozada pela abordagem: “é ordem legal. Se o cidadão, depois, quiser interpelar o porquê da ordem, eu respondo para ele depois. Mas a prioridade ali é a abordagem”. Ou seja, somente após concluída essa ação, verbaliza-se com o cidadão. Assim, a fala colabora para a organização do cenário, e o analista passa a atentar para as ações mais relevantes da abordagem.

O áudio também serviu para que o tenente descaracterizasse a suspeita em relação ao cidadão: “pelo meu tirocínio policial, esse cidadão, pelo jeito dele proceder, pelo linguajar que ele usa...”. Com o áudio, o analista compreendeu melhor a situação mostrada nas cenas, podendo classificar, com mais qualidade, o cidadão abordado: “... porque, até então, ele é um resistente passivo, uma pessoa que não te agride, mas também não acata de imediato suas ordens...”.

As diferenças encontradas nas falas do tenente sobre o vídeo sem áudio e sobre o vídeo com áudio estão agrupadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Importância da fala no poder discricionário policial

	VÍDEO SEM ÁUDIO	VÍDEO COM ÁUDIO
ANÁLISE DO TENENTE	Percepção do contexto e da situação	
	Apresentou mais indícios de estar fazendo comentários pontuais	Apresentou mais indícios de estar fazendo comentários narrativos [coeso e sequencial]
	Apontou erros mais pontuais baseados no cenário apresentado	Baseou-se no linguajar do abordado para caracterizar ou descaracterizar a suspeição
	Percepção do suspeito	

	Não apresentou	Trouxe à memória experiências passadas, que podem auxiliar na antecipação em ação policial
	Não apresentou	Pôde julgar, com mais exatidão, a característica do abordado
	Indicou menos elementos na caracterização da fundada suspeita	Indicou mais elementos na caracterização da fundada suspeita

Pode-se observar ainda que a construção das sentenças, dotadas de ênfases diferentes nas expressões “sim, senhor!” e “meu senhor, eu não sou bandido”, por exemplo, são bastante reveladoras, o que leva à conclusão de que, conforme a ocorrência encontrada, os atributos do modo de ser do sujeito que fala e de suas relações com o mundo podem ser identificados. O sentido da fala incide sobre as próprias palavras, da maneira como elas e as frases se ajustam e são utilizadas num determinado contexto. Portanto, o uso das frases “sim, senhor” ou “meu senhor, eu não sou bandido”, em dada situação e dependendo do seu ajuste, auxiliam o policial a julgar o modo de ser do sujeito no mundo.

[...] bandido não conversa assim não. Bandido diz: sim, senhor! Não, senhor! Não tem vocabulário. Agora, quando o cara conversa demais é um forte indício de ele ser cidadão honesto. Tá tentando mostrar honestidade [...]

Nota-se como a fala, enquanto comportamento observável, é um elemento essencial na relação entre o policial e o suspeito e auxilia o poder discricionário de polícia nas tarefas de identificação e classificação de suspeição ao considerar-se que, no vídeo, ela possibilita ao agente identificar traços do modo de ser do suspeito no mundo e a classificá-lo de maneira mais adequada, atribuindo sentido e significado às palavras e às frases usadas pelo sujeito que fala. Como verbalizado pelo tenente,

bandido diz: “sim, senhor! sim, senhor!” e não tem vocabulário... Mas esse suspeito, pelo linguajar que ele usa, demonstra honestidade... Pelo meu tirocínio policial, esse cidadão, pelo jeito dele proceder [...]... Quando o cara conversa demais, é um forte indício de ele ser cidadão honesto.

Finalmente, é possível perceber que o tenente analisou a ação exibida no vídeo sem áudio de maneira mais reflexiva e se ateve mais ao procedimento doutrinário, ao passo que, em relação ao vídeo com áudio, procedeu de forma mais pré-reflexiva e situada, percebeu o modo de estar e ser no mundo do sujeito que fala e apresentou uma visão mais ajustada como prática policial do dia a dia.

Procurou-se analisar e entender as condições de operação e o uso da força policial de maneira um pouco mais refinada que a permitida pelas análises documentais e pelas perspectivas anteriormente trazidas.

Na interpretação aqui apresentada, é possível perceber indícios de encontros e desencontros emersos da análise, quase sempre baseados em similaridades e variabilidades a serem gerenciadas. Portanto, uma parte importante do trabalho policial é invisível aos olhos de observadores leigos. Poder-se-ia chamá-la de micro-histórias, que formam a miscelânea da abordagem na gestão e organização do tempo e do espaço.

Assim, o baseado na experiência, sempre estará em constantes alterações, o que fará com que o significado de regras e normas implique obrigatoriamente em movimento e dinamismo e, não coincida com limites estacionários de procedimentos. Nesse sentido, pode-se deduzir que há um conjunto de associações incompreendidas e desconhecidas na atividade policial, que não são passíveis de mapeamento e padronizações, dado que abordar um suspeito envolve dinamismo e contínuas formações de sentidos e de valores atribuídos. Para entender a origem dos sentidos atribuídos em abordagem, esse trabalho percorreu o caminho metodológico apresentado no próximo capítulo.

2. PERCURSOS E DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

Este estudo foi desenvolvido na cidade de Itabira, Minas Gerais, onde, desde o século passado, as forças militares estão a serviço de sua população. O efetivo de policiais acompanhou o crescimento urbano e soma hoje, aproximadamente, 127 agentes em atividade. A sede do 26º Batalhão da Polícia Militar, localizada nessa cidade, exerce responsabilidade territorial pelo policiamento ostensivo da ordem pública sobre 19 municípios, e suas dependências físicas – mais especificamente, o setor de treinamentos e procedimentos táticos – foram inicialmente utilizadas para apreciação nas análises gerais. Posteriormente, em análises mais profundas, foram apreciadas as abordagens executadas nas ruas e avenidas de Itabira.

A presente pesquisa é classificada como qualitativa¹³, com base observacional e corte transversal (MARCONI; LAKATOS, 2003). O método de referência para a pesquisa é a análise ergonômica do trabalho (AET), de natureza qualitativo-descritiva, que se pauta em análises, visualizações e coletas de dados nos ambientes laborais, possibilitando compreender a atividade de trabalho executada do ponto de vista da microergonomia, ou seja, da atividade. O método da AET exigiu que a pesquisa e a amostra fossem direcionadas de acordo com o que era apreendido no contexto de trabalho, por meio de bate-papo, contatos, conversas e vivências, captando verbalizações e situações presentes no dia a dia, de modo a perceber as inter-relações e as estratégias de tomada de decisão e julgamento dos policiais (GUÉRIN *et al.*, 2001; FALZON, 2007).

Foram analisado o processo de tomada de decisão dos agentes militares e outros aspectos associados a sua atividade de abordagem, buscando entender em profundidade o contexto profissional estudado, atingir os objetivos estipulados e identificar os valores e significados da atividade que respondessem à problemática desta dissertação – como avaliar e discriminar abuso policial de força necessária.

¹³ A pesquisa qualitativa é selecionada quando se busca compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam e aprofundar-se em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados, isto é, na forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade (SAMPÍERI HERNANDEZ *et al.*, 2013, p. 376).

Os dados foram recolhidos no ambiente de trabalho dos agentes, utilizando-se para a coleta as técnicas de observação direta¹⁴ e entrevista em autoconfrontação. Foram unificadas diferentes etapas, nas quais os atores protagonistas foram confrontados sucessivamente com suas atividades –algumas vezes, diretamente no contexto de atuação¹⁵; outras, nos dias subsequentes às filmagens das situações estudadas (CUNHA *et al.*, 2006).

Segundo Theureau (2014), por meio da entrevista em autoconfrontação, pode-se acessar a consciência pré-reflexiva dos atores, aquela que vigora no desdobramento da ação, no desenrolar da atividade. Assim, tal técnica possibilita entender como os policiais agem, percebem e utilizam recursos para atingir seus objetivos em situações reais de trabalho.

No processo de autoconfrontação, a análise, inicialmente, tem por objetivo situar o sujeito o mais próximo possível da situação real de trabalho, com suas particularidades e singularidades. Posteriormente, pretende compreender com mais profundidade os motivos pelos quais o sujeito adotou os comportamentos observados.

A partir da observação de todos os comportamentos (motores, perceptivos ou de comunicação), a descrição é validada através de uma segunda e fundamental etapa da metodologia: a autoconfrontação dos trabalhadores com os fatos observados [...] (WISNER, 1996, p.1).

Para a autoconfrontação, foram convidados policiais que trabalham em uma base comunitária móvel (BCM) (Tabela 3). A oportunidade de acompanhá-los se deu pela preocupação da corporação para com a integridade física do pesquisador, que, segundo eles, não poderia acompanhar uma viatura em ronda, pois estaria se expondo ao risco desnecessariamente. As informações correspondentes às patentes, ao tempo de atuação profissional e ao período de autoconfrontação estão contidas na tabela a seguir.

Tabela 3 – Participantes da autoconfrontação

Patente/função	Tempo aproximado de atuação profissional	Período de autoconfrontação (1ª, 2ª e 3ª autoconfrontações)		
		1ª	2ª	3ª
1º Sargento (SGR) (Vistoriador)	30 anos	1 h	50 min	50 min
1º Sargento (SGR)	23 anos	1,2 h	40 min	50 min

¹⁴ Segundo Marconi e Lakatos (2003), a observação direta é um método que pode ser definido como uma participação presencial do trabalho a ser modelado que sujeita o analista a um contato mais direto com o contexto real.

¹⁵ A autoconfrontação foi feita a partir de duas gravações de ação policial. A ação é conhecida tecnicamente como corredor preventivo ostensivo e, popularmente, como *oblitz*. Foram filmadas duas operações, com duração total de três horas e meia (duas horas a primeira operação, e uma hora e meia a segunda operação).

(Seccionador)				
1º Sargento (SGR) (Comando da operação)	17 anos	30 min	20 min	30 min
3º Sargento (SGR) (Motociclista)	22 anos	50 min	50 min	50 min
Cabo (CB) (Motociclista)	7 anos	50 min	50 min	50 min

Ao final, a amostra foi constituída por quatorzepoliciais (Tabela 4). Após análise e imersão no campo, o número de entrevistados foi definido intencionalmente, por conveniência, à medida que as oportunidades e dificuldade de acesso surgiam. Assim, a ampliação da amostra se deu na direção em que os fatos ocorriam (THIOLENT, 2011). Para a coleta dos dados, foram realizadas 25 visitas a campo, cada uma delas durando, em média, uma hora.

Tabela 4– Amostra de policiais

Nº	Patente	Tempo aproximado de profissão	Função
1	Tenente (1)	20 anos	Comunicação/patrolhamento
2	Tenente (2)	23 anos	Treinamento/patrolhamento
3	Subtenente	23 anos	Administrativo/patrolhamento
4	1º Sargento (1)	30 anos	Patrolhamento (base comunitária)
5	1º Sargento (2)	20 anos	Patrolhamento
6	1º Sargento (3)	23 anos	Patrolhamento (base comunitária)
7	1º Sargento (4)	17 anos	Patrolhamento (base comunitária)
8	3º Sargento (5)	22 anos	Patrolhamento (base comunitária)
9	3º Sargento (6)	20 anos	Patrolhamento
10	3º Sargento (7)	20 anos	Patrolhamento
11	Cabo	7 anos	Patrolhamento (base comunitária)
12	Soldado (1)	13 anos	Patrolhamento
13	Soldado (2)	8 anos	Patrolhamento
14	Soldado (3)	6 anos	Patrolhamento

Fatores como aposentadoria e férias fizeram com que houvesse inclusão de participantes até então ignorados. Entre eles, estão um tenente, em substituição a um tenente recentemente aposentado, e um sargento, em substituição a um sargento em período de férias (TAROZZI, 2011; PEIRANO, 2008).

A operação policial filmada é geralmente conhecida como *blitz* em pista de rolamento e pode ser dividida em três categorias diferentes, de acordo com seu foco: tipo 1, utilizada para campanhas educacionais; tipo 2, conhecida como corredor preventivo ostensivo, com foco no

comportamento de suspeição dos cidadãos; e tipo 3, convencional, com foco sobre os veículos. A mesma configuração poderá ser usada com diferentes objetivos.

A operação ora analisada é uma *blitz* da categoria tipo 2, que foi escolhida devido à ênfase dada pelos agentes sobre os indivíduos e seus comportamentos de suspeição e na qual se faz presente, de maneira mais relevante, o poder discricionário de polícia na seleção desses indivíduos.

A filmagem possibilitou aos agentes analisados observar as potencialidades presentes na atividade por eles desempenhada, falar sobre elas e descrever seus próprios comportamentos. A autoconfrontação colocou os policiais e sua atividade face a face, possibilitando-lhes analisar mais profundamente seu agir segundo o arranjo da consciência pré-reflexiva, que orienta o desenvolvimento da atividade de trabalho. Os atores filmados assumiram a tarefa de reviver a atividade para o pesquisador, aprofundando questões que surgiam no desenrolar da técnica utilizada. Realizada a autoconfrontação, o áudio foi transcrito *ipsis litteris* – nos mesmos termos. As verbalizações proporcionaram refinar detalhes relevantes para a presente análise.

Por sua vez, as observações diretas, aquelas realizadas concomitantemente com a ocorrência daquilo que está sendo observado, foram registradas em anotações – as quais se mostraram fundamentais para se esboçar e delinear este estudo – e em gravações de áudio e vídeo. Foram observadas 57 abordagens, havendo o cuidado de selecionar o que de mais importante cada uma delas apresentava e de eliminar a influência do que é observado, de modo que isso auxiliasse em análises *aposteriori* (TAROZZI, 2011; GUÈRIN *et al.*, 2001).

O pesquisador procurou se manter aberto às direções e dicas que partiam espontaneamente dos sujeitos analisados, capturando as verbalizações que mais se adequassem à demanda desta dissertação. Além do caderno de campo, utilizado para as anotações anteriormente mencionadas, foi usado um telefone celular com câmera fotográfica e com gravador de áudio, os quais estiveram constantemente à disposição do pesquisador para registro de eventos de diversas naturezas, como, por exemplo, ações, verbalizações, sentimentos, etc.

O pesquisador também se preocupou em registrar a data e a hora de cada evento observado, especificando brevemente cada policial analisado com informações particulares tais como nome, patente e tempo aproximado de atividade em patrulhamento, e decidiu deixar espaços em branco após cada anotação, os quais seriam utilizados para inserção de

comentários dele mesmo ou oriundos de correções dos participantes, aumentando, assim, a confiabilidade do relato.

Para se analisar o constructo, seguiu-se o caminho metodológico exposto no Quadro 2 e composto por quatro etapas, tal como se segue:

Quadro 2 – Caminho metodológico

Etapas	Detalhamento do caminho metodológico
Etapa 1: pré-campo e formulação da demanda	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de documentos (cadernos doutrinários 1, 2 e 3); • Entrevistas individuais exploratórias (03) com o tenente de comunicação (tenente 1) e coordenador (tenente 2); • Preparação da intervenção; • Pré-observação dos funcionários em atividade no centro de treinamento, a qual consistia no treinamento de defesa pessoal em abordagens policiais.
Etapa 2: exame do contexto e das características globais do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas individuais (03) com o tenente 2; • Entrevistas individuais (02) com o subtenente; • Entrevista individual (01) com o tenente 1; • Entrevistas individuais (03) com os sargentos 2, 6 e 7; • Entrevistas individuais (02) com os soldados 1 e 2; • Elaboração de memorandos a cada entrevista; • Gravação de todas as entrevistas para posterior transcrição e análise.
Etapa 3: análise da atividade durante a ação	<ul style="list-style-type: none"> • Gravação de vídeo da atividade, quando possível e aceita pelos policiais e pela corporação; • Autoconfrontações (05) para recolher comentários dos agentes sobre o processo de decisão.
Etapa 4: análise dos dados de campo	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação, de forma organizada, dos resultados obtidos; • Relatório escrito; • Análise de divergências e convergências em relação à literatura; • Construção de hipótese(s) que melhor respondesse(m) à problemática; • Análise dos objetivos propostos.

1ª Etapa: pré-campo e formulação da demanda: A demanda inicial emergiu quando o projeto de pesquisa foi apresentado ao tenente de comunicação do 26º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. O agente ficou atento às argumentações do pesquisador, lendo o projeto e ouvindo seu autor por cerca de cinco minutos. Concluídas as argumentações, a primeira expressão verbalizada pelo tenente foi: “poder discricionário”. Surgiu, desse diálogo, o seguinte objeto: como avaliar e discriminar abuso da força necessária.

Uma vez selecionada a demanda inicial, foi feita uma análise técnica e normativa do que se entendeu por poder discricionário, na qual foram estudados os procedimentos e as operações policiais em que tal poder estaria mais fortemente presente. O batalhão de onde se colheram dados para a pesquisa não permitiu, em momento algum, copiar ou levar para fora dali qualquer documento que servisse para leitura ou análise, as quais, portanto, foram realizadas no batalhão. Isso, de certo modo, foi extremamente proveitoso, pois as dúvidas que

surgiam eram imediatamente diluídas pelos agentes a quem eram dirigidas, aumentando a confiabilidade e validade dos relatos.

Na leitura dos procedimentos policiais – mais precisamente, dos cadernos doutrinários¹⁶1, 2 e 3 –, percebeu-se que o poder discricionário estaria mais presente nas abordagens policiais. Em alguns momentos, os agentes verbalizaram inquietudes e aflições sobre tais processos, principalmente nos aspectos relacionados a riscos e excessos. Assim, foram determinados o setor que auxiliaria o investigador na pesquisa, responsável pelo treinamento policial, e o procedimento de análise utilizado na dissertação.

O pesquisador oficializou interesse em fazer a pesquisa em tal instituição enviando um ofício ao tenente-coronel comandante do batalhão, de forma que ele permitisse o desenvolvimento do estudo na corporação sob seu comando (Apêndice B). Quando obteve a permissão de entrada e pesquisou o campo, o investigador partiu para a realização de entrevistas gerais abertas (Apêndice C) com praças de diversas patentes: soldado, cabos, sargentos, subtenentes e tenentes.

A coleta dos dados em entrevistas gerais teve início em 12 de setembro de 2015 e se estendeu até 17 de dezembro do mesmo ano. Tais entrevistas tinham por foco compreender, de forma exploratória¹⁷, o processo de abordagem, captando outras perspectivas e ampliando os casos mais interessantes. Foram analisados dez pontos centrais (Quadro 3), retirados dos procedimentos e das verbalizações iniciais referentes à abordagem e que careciam de aprofundamentos futuros, dada sua carga de informações subentendidas.

Quadro 3- Dez pontos centrais emersos dos procedimentos e das verbalizações

Pontos centrais do procedimento	Respectivos significados de acordo com os procedimentos
1. Área de segurança	É a área na qual a polícia detém o domínio da situação, não havendo, presumidamente, riscos à integridade física e à segurança dos policiais.
2. Área de risco	É a área na qual a polícia não detém o domínio da situação, consistindo na parte do “teatro de operações” (dividir em diferentes níveis de perigo) de onde podem surgir ameaças durante uma intervenção.
3. Pontos de foco	É a localização exata dentro da área de risco de onde podem surgir ameaças.
4. Pontos quentes	É uma ameaça clara e presente que deve ser imediatamente controlada pelo policial, para garantir a segurança de todos os envolvidos.
5. Processo mental	É o processo de pré-visualizar e ensaiar mentalmente os prováveis problemas a serem encontrados em cada tipo de intervenção policial e as possibilidades de respostas.
6. Estado de alerta laranja	Estado de prontidão em que o policial detecta um problema e está ciente de que um confronto é provável.
7. Superioridade de força	Tanto em número de policiais quanto em energia policial (geralmente é obedecida a proporção de dois policiais para cada cidadão)

¹⁶São modelos de atuação policial, semelhantes ao procedimento operacional padrão (POP) das indústrias.

¹⁷O objetivo aqui foi o de se familiarizar com um assunto, que ainda era pouco conhecido e pouco explorado pelo pesquisador.

8. Forma proporcional	Processo dinâmico e escalonado das possibilidades do emprego de força, podendo aumentar ou diminuir, diante de uma potencial ameaça a ser controlada.
Pontos centrais das falas iniciais	Respectivos significados de acordo com as verbalizações iniciais
9. Velocidade adequada	Velocidade ajustada em ação <i>pelotiming</i> sentido e percebido pelo agente.
10. Força moderada	Força necessária para se trazer a situação novamente à normalidade, que é entendida como uma situação controlada.

Referência: PMMG, 2010 (adaptado).

2ª etapa: exame do contexto e das características globais do trabalho: A demanda inicial foi refinada após as observações e explorações gerais da tarefa. A superioridade de força foi a categoria que apareceu com mais frequência nas verbalizações e explorações gerais, quando se falava em abordagens a pessoas com atitudes suspeitas. Tal categoria foi escolhida para figurar no objeto da pesquisa devido ao risco percebido nas operações de abordagem e ao receio que alguns agentes demonstraram em exceder a força necessária em tais situações.

3ª etapa: análise da atividade durante a ação: O primeiro nível da análise, ou primeira operação de codificação¹⁸ (ou pontuação), foi a transcrição das entrevistas – palavra por palavra, linha por linha, acontecimento por acontecimento –, realizada diariamente, após os momentos de coleta.

O processo previa duas passagens: a primeira consistia na identificação de trechos considerados significativos para a demanda da pesquisa e a segunda, na atribuição de um nome às categorias que emergiriam. O caminho consistiu em coletas de verbalizações, iniciais e sucessivas, por meio de observações, entrevista simples¹⁹ e de autoconfrontação. Para a autoconfrontação foi realizada uma filmagem²⁰ da operação policial conhecida como corredor preventivo ostensivo.

Depois das codificações iniciais, as sucessivas coletas de dados foram focalizadas. Nessa etapa, as perguntas nas entrevistas foram mais estruturadas e direcionadas, além de terem tido como foco as categorias mais relevantes para os objetivos aqui propostos, com o intuito de melhor alcançá-los.

A coleta dos dados mais específicos teve início em 17 de agosto de 2016 e terminou em 20 de março de 2017. Tal etapa causou maiores dificuldades. Alguns pesquisadores

¹⁸Segundo Charmaz (2009, p. 69), “codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados”.

¹⁹Entendem-se por entrevistas simples as conversas que aconteceram em corredores e em bate-papos informais, captando, em parte, o raciocínio prático dos policiais.

²⁰Para realizar tal procedimento, foi enviado ao comandante do BPM estudado outro ofício, em que era solicitada a permissão para a filmagem da operação, exclusivamente para fins acadêmicos (Apêndice D).

– entre os quais se inclui o autor desta dissertação – foram criados em uma raiz positivista muito forte, o que, de certo modo, faz com que tragam perspectivas estabelecidas *a priori*, como se fossem um sistema ou uma lógica metodológica, direcionando o modo de condução de sua pesquisa. Tais perspectivas, quase sempre de natureza quantitativa, se refletem na maneira como os dados empíricos são traduzidos a partir da realidade prática, para seus textos, cheios de tabelas, quadros esquematizados, setas e “certezas”. Trata-se de um erro clássico, que diversas vezes limita de forma exagerada a atividade de pesquisa. O que frequentemente se faz, este pesquisador também o fez.

Mudar o modo de fazer pesquisa, partindo do campo prático para teorias mais gerais, e de mapear os sistemas sociais fez com que o pesquisador se angustiasse por diversas vezes e, a todo momento, (re)construísse desejos e anseios, dado que novas formas de análise e leitura do mundo eram-lhe apresentadas. Instrumentos e/ou ferramentas como a AET, técnicas de entrevistas, autoconfrontação, entre outros, possibilitaram-lhe aproximar-se de um entendimento mais fidedigno das realidades de trabalho, à custa de aflição e suor. A cada ida a campo, a cada conversa, a cada entrevista e a cada bate-papo, os significados, símbolos e valores atribuídos a tais realidades eram pouco a pouco revelados.

Em todo o seu percurso, a etapa de coleta dos dados mais específicos baseou-se na instabilidade do analista-observador, a qual manteve aberto ao novo e influenciou seu modo de ler, entender e perceber as crenças dos outros, sempre procurando, assim, entender os valores pela perspectiva dos policiais analisados. Nesse sentido, a dissertação aqui apresentada constitui, também, uma abertura para a desestabilização dos pensamentos preconcebidos na história acadêmica do seu autor.

Os discursos e práticas nativos devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos). Desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permitindo, ao mesmo tempo, novas conexões com as forças minoritárias que pululam em nós mesmos (GOLDMAN, 2008, p.7).

De certo modo, o que caracteriza um pesquisador social é justamente a capacidade de ser afetado por experiências de outras formas de vida e cultura. Este foi o campo com tal perspectiva, sem suposições teóricas, e dele voltou, a todo momento, diluindo as dúvidas e os dilemas, continuamente. Muitas idas e vindas tiveram de ser feitas. A perspectiva de instabilidade impulsionou o investigador a pensar sobre seu posicionamento enquanto tal,

próximo à forma de vida policial, diferente da acadêmica. O processo de tradução²¹ o fez perceber que a forma de vida policial é constituída de peculiaridades e singularidades, tão complexas como quaisquer outras. Por não estar acostumado com os relevos, caminhos e distinções desse modo de ser e estar no mundo e por estar os aprendendo, o autor sofreu para percebê-los. Por um lado, observar os policiais gerou-lhe angústias, ansiedades, aflições e incertezas, mas, por outro lado, possibilitou seu amadurecimento na pesquisa.

À desenvolver este trabalho, a perspectiva do investigador foi constantemente alterada. Os policiais explicavam os conceitos e significados de experiências, vividas e incorporadas buscando apresentá-las de uma forma que lhe permitisse entender seu mundo. Tal estratégia requereu dele momentos de afastamento do campo e de imersão nele. Por pensar que sabia demais sobre a atividade policial, o pesquisador deixou, por alguns momentos, de se aprofundar em certas categorias, sobre as quais os orientadores o questionavam e, assim, conduziam-no a nelas imergir repetidas vezes. Diversas situações como essas aconteceram no desenrolar da pesquisa.

Quem faz pesquisa qualitativa sabe muito bem o quão difícil é analisar e socializar. Dessa forma, percebe-se que mudar de perspectiva não é nada fácil e que somente a prática na pesquisa pode-se diluir o dilema que consiste em proximidade e distância.

A tradução de parte da forma de trabalho policial, no curso da escrita desta dissertação, é uma tentativa de olhar para tal trabalho com uma lupa, na qual o próprio policial se observa. Trata-se de um modo de se transportar daquela cultura estudada para outra, a que constitui o mundo acadêmico, selecionando o que parece transmitir as nuances, relevos e contrastes sociais experimentados singularmente. Essa abordagem, de caráter mais social, possibilitou estabelecer uma conexão entre teoria e prática. A própria abstração da teoria exigiu conectá-la ao contexto, dando lugar ao singular. O potencial da análise desta pesquisa gerou boas categorias de observação, enriquecendo a criação de conhecimento empírico sobre a Polícia Militar.

Toda a discussão aqui trazida tem como objetivo pensar a relação com o outro no trabalho de campo, a qual se pauta por uma necessidade de fundamental respeito entre as partes, dado que, em qualquer pesquisa, há choques de diferentes lógicas e culturas, no desvelamento do saber local. No que diz respeito à perspectiva/tradução do mundo, o estar

²¹Segundo Geertz (2004, p. 20), traduzir é usar as concepções criadas e atribuídas na imersão física do campo prático para descrevê-las em nosso vocabulário. Uma exposição por meio de nossas locuções. Entender o “entendimento” dos policiais analisados sobre sua prática.

aqui e o estar lá baseiam-se no estabelecimento de uma relação particular e sensível, de sujeito analista para sujeito nativo, com a qual é difícil lidar (CALEFFI, 2008; CAMPOS, 2000).

Nesse mesmo sentido, Geertz (1989) adverte a respeito da necessidade de se analisarem experiências próximas quando se analisam práticas de outra cultura. Ele afirma que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p. 15). A análise dessas “teias” deve ser feita por ciências interpretativas e compreensivas que busquem os significados na perspectiva próxima, e não somente na distante. Inicialmente, o autor da dissertação via a abordagem policial como em uma fotografia, analisando somente abstrações e comportamentos, quando o correto era observá-la com mais empatia, tendo em vista entender o que estava oculto ou latente em suas ações.

Geertz centraliza sua análise na ação simbólica, e foi nessa perspectiva que o pesquisador se propôs a aprofundar o presente trabalho, buscando compreender, através de entrevistas em autoconfrontações, os símbolos que os policiais fazem de si e do outro.

4ª etapa: análise dos dados de campo: Nessa fase da pesquisa, foram realizadas comparações entre as observações e as verbalizações encontradas em campo que pudessem, de alguma forma, responder à questão proposta pela pesquisa.

O processo de elaboração deste texto não aconteceu ao final da pesquisa, mas acompanhou todas as suas fases, desde os primeiros memorandos²², ora sistematizados, ora utilizados, em grande parte, até mesmo integralmente. O texto final exigiu atenção a todo o processo, e não somente ao produto. Nele se fez acontecer o diálogo dos resultados encontrados na literatura científica (quadro 4), evidenciando congruências e divergências.

Ao se buscarem, nos principais bancos de dados nacionais e internacionais, estudos a respeito da temática detecção de mentiras publicados nos últimos cinco anos, usando-se a expressão “((*Police* OR *Policía* OR *Polícia*) AND (*Lie Detection* OR *Detección de Mentiras* OR *Detecção de Mentiras*))” para pesquisa, encontraram-se alguns artigos, como mostra o Quadro 4, além dos que serão trazidos nas próximas seções.

²²Foram os memorandos que permitiram a ligação entre as etapas contidas no caminho metodológico, determinando os caminhos da análise. Apesar de conterem dados brutos, estes, de alguma forma, chamaram a atenção do pesquisador, sendo construídos ativamente com raízes na análise de campo. Como ensina Saldaña (2009 *apud* YIN, 2016, p. 199), “sempre que qualquer coisa relacionada e significativa sobre a codificação ou análise dos dados vem à mente, pare o que você está fazendo e escreva um memorando sobre ela imediatamente”.

Quadro 4– Alguns estudos sobre detecção de mentiras publicados nos últimos cinco anos

Autor(es), Ano – País	Tipo de estudo	Categorias	Principal(is) resultado(s)
MASIP <i>et al.</i> , 2016 – Estados Unidos da América/EUA	Transversal/empírico	Policiais novatos e não policiais	Mostrou-se que os policiais são menos tendenciosos e fazem seus julgamentos de veracidade com maior confiança e exatidão que os não policiais
LOGUE <i>et al.</i> , 2015 – Estados Unidos da América/EUA	Caso/controlado	Alunos de graduação (testemunhas)	Descobriu-se que os julgamentos de mentiras são mais precisos do que as técnicas de interrogatório tradicionais
OGAWA <i>et al.</i> , 2015 – Japão/JP	Transversal/empírico	Suspeitos variados	Discutiu-se a possível interação de dois métodos principais de polígrafo, o teste de questão de comparação (CQT) e o teste de informações ocultas (CIT), que diferem em suas variáveis de critério. Essa diferença pode levar a uma avaliação diferente (erros) dentro de um contexto forense real
DE SOUZA MATIAS <i>et al.</i> , 2015 – Brasil/BR	Exploratório/revisão de teoria	Profissionais que atuam no âmbito judicial, como policiais	Verificou-se, com relação aos correlatos cerebrais, que o córtex pré-frontal tem papel importante na produção da mentira, cujo processo é acompanhado por uma série de alterações fisiológicas mediadas pela ação do sistema nervoso autônomo. Batimentos cardíacos, respiração, salivação, sudorese e dilatação das pupilas podem denunciar o comportamento mentiroso
OGAWA <i>et al.</i> , 2014 – Japão/JP	Transversal	Suspeitos de roubo	Em teste de polígrafo, verificaram-se alterações fisiológicas em caso de mentira, como diminuição da condutância da pele e redução da frequência cardíaca na apresentação de uma prova relevante
HORVATH <i>et al.</i> , 2013 – País não identificado	Transversal	Suspeitos de crimes gerais	Sugere-se que o sucesso na detecção de mentira pode estar relacionado ao julgamento do operador
BRITO, 2013 – Brasil, Brasília/BR	Caso/controlado e experimental	Policiais	O efeito do treinamento prático na detecção de mentiras é válido e eficaz. A experiência profissional tem importância na detecção. Os experientes obtiveram melhores resultados com relação à percepção do outro falando verdade ou mentira
DRISKELL <i>et al.</i> , 2012 – Estados Unidos da América/EUA	Empírico	Duplas de policiais e bombeiros	As duplas se olhavam mais e com mais sincronia em diálogos verdadeiros que em diálogos mentirosos
HONÓRIO, 2012 – Brasil, Brasília/BR	Caso/controlado e experimental	Polícia militar	Os participantes identificaram mais precisamente as entrevistas verdadeiras e as mentirosas

Referência: elaborado pelo autor (2017)

A todo momento foi colocada em pauta a construção participativa²³ dos dados, de forma que o pesquisador, ciente de suas atividades de análise de campo, tomasse as providências²⁴ indispensáveis para demarcar e deixar bem clara a cientificidade dos saberes e conhecimentos ali gerados na prática. Isso fez com que se levantassem, a todo momento, reflexões construídas em conjunto pelo pesquisador e pelos atores analisados, que, em toda a caminhada, contribuíram participando e ajudando na(re)construção dos sentidos emergentes, fazendo releituras das entrevistas.

No desenvolvimento desta pesquisa, a escolha dos dados a serem submetidos à análise foi uma das dificuldades enfrentadas. Em primeiro lugar, a confiabilidade e a credibilidade construídas e adquiridas em campo fizeram com que o investigador sempre se preocupasse em relatar os procedimentos de pesquisa e os dados coletados da maneira mais clara possível (MARCONI; LAKATOS, 2003). Assim, em respeito ao anonimato dos atores da pesquisa, alguns dados, especialmente aqueles que possam identificar algum participante, não fazem parte da análise nem mesmo são relatados no texto da dissertação.

Em segundo lugar, a escolha dos dados coletados se fez considerando a impossibilidade de serem analisados, inteiramente, todos os caminhos que eles indicavam. Assim, não caberiam aqui as verbalizações na íntegra, considerando-se o espaço limitado da dissertação. O pesquisador tomou sempre o cuidado de trabalhar com todos os dados obtidos de forma que o campo de investigação o guiasse, levando em conta os aspectos mais relevantes na perspectiva dos próprios analisados.

Tendências que prejudicariam esta análise, tal como a interpretação dos dados na perspectiva do pesquisador, foram evitadas. A pesquisa foi iniciada com suas regras bem esclarecidas e as quais definiriam a ética da investigação (YIN, 2016). Com o auxílio do orientador, tomou-se o cuidado de monitorar a conduta desta análise, obedecendo às regras de ética e moral acadêmicas. Todas as ações, condutas e métodos de pesquisa foram sistematicamente discutidos a fim de produzir um estudo honesto e de esclarecer parte da problemática aqui proposta (TAROZZI, 2011). A exigência ética, durante a pesquisa, forçou o

²³Segundo Sampieri Hernandez *et al.* (2013, p. 509), “o desenho de pesquisa participativa deve envolver todos os membros do grupo ou comunidade em todo o processo do estudo (desde a formulação do problema até a elaboração do relatório) e implementação de ações, produto da indagação. Esse tipo de pesquisa combina a *expertise* do pesquisador com os conhecimentos práticos, vivências e habilidades dos participantes”.

²⁴Providências tomadas para validação e confiabilidade dos dados: a) envolvimento de campo prolongado – o desenvolvimento prolongado da pesquisa possibilitou realizar diversas e reiteradas observações e entrevistas de campo; b) detalhamento dos dados – as reiteradas observações e entrevistas de campo possibilitaram cobrir, de forma rica, os dados observados e as entrevistas emergentes; e c) validação do sujeito analisado – os sujeitos analisados foram convidados a validar o que eles mesmos diziam, diminuindo a possibilidade de má interpretação dos dados.

esvaziamento de concepções, colocando em xeque os pensamentos prévios sobre o assunto aqui estudado.

Uma vez que esta dissertação lidava com participantes humanos, requereu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – COEP/UFMG, a qual exigiu mais energia e atenção do que se havia imaginado e, por vezes, foi motivo de frustrações, constituindo um trajeto de idas e voltas, correções e reparos contínuos, até todos os documentos estarem adequados às determinações do comitê. (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 61680716.1.0000.5149. Situação: Aprovado.)

Assim, nos próximos capítulos serão apresentados os resultados dos caminhos aqui descritos. Convido-os a analisar a abordagem, e dentro dela a percepção de policiais em relação aos riscos e comportamentos suspeitos, compreensão necessária para analisar de forma mais objetiva o uso da força, adequada ou não, e, dessa forma, diminuir as ambiguidades nas discussões sobre a temática.

3. **ABORDAGEM POLICIAL:** o passo a passo do processo de abordagem e organização do trabalho

O procedimento de abordagem policial pode ser entendido como a união de determinadas ações táticas²⁵ e estratégicas²⁶ direcionadas que, quando realizadas em conjunto, possibilitam a aproximação de uma ou mais pessoas, sejam elas transeuntes, ocupantes de veículos ou de residências. Ele tem por objetivo proporcionar a realização de averiguações do policiamento preventivo ostensivo para promover orientações à sociedade, assistências aos cidadãos, advertências às pessoas, verificações de indivíduos suspeitos, realizações de mandados de buscas e apreensão e, evidentemente, detenções de indivíduos infratores, sempre procurando manter a segurança dos policiais.

Segundo uma de suas definições, a abordagem é o procedimento tático que possibilita apenas ações para se aproximar de uma ou mais pessoas, conceito ainda extremamente generalista, uma vez que engloba todos os cidadãos, não se restringindo apenas àqueles que são considerados suspeitos. Assim, as regras e procedimentos adotados variam de acordo com a ação que motivou a abordagem e com o contexto desta. Segundo o procedimento (Intervenção Policial, Verbalização e Uso De Força – PMMG, 2010), o policial deve ser capaz de compreender as peculiaridades de cada situação encontrada nas diversas ações policiais e discernir se aborda ou não o cidadão, decidindo e julgando qual a melhor solução para o dilema. Como o trabalho dos agentes não é uma mera execução, mas uma solução de dilemas – aqui entendidos como problemas reais, encontrados em um contexto específico singular –, o agir dos policiais no mundo, como será verificado, é sempre dotado de iniciativa.

A norma que descreve a abordagem estabelece algumas etapas, visando sistematizar o processo de tomada de decisão para solucionar situações, na tentativa de padronizar algumas ações de resposta, consideradas adequadas no momento da intervenção policial.

²⁵ “Entende-se por tática policial a forma de se aplicar com eficácia os recursos técnicos que se dispõe, ou de se explorar as condições favoráveis para se atingir os objetivos desejados” (PMMG, 2010, p. 21).

²⁶ Podem-se entender ações estratégicas como ações diárias de orientação à comunidade ou às pessoas. Por exemplo, pode-se citar a orientação comunitária sobre álcool e drogas.

O conteúdo da norma pode ser dividido da seguinte maneira: (4.1) etapas da intervenção; (4.2) fundamentos da abordagem policial à pessoa em atitude suspeita; (4.3) verbalização do policial face ao comportamento do abordado; e (4.4) uso diferenciado de força (PMMG, 2010).

4.1. ETAPAS DA INTERVENÇÃO

É sabido que as abordagens possuem um conjunto de características que as distinguem, como se verá no próximo capítulo. Cada ação é particular, e exige que o agente adapte seu agir de acordo com as peculiaridades de cada situação.

Segundo o procedimento doutrinário, a segurança individual e coletiva, tem relação com o preparo mental do (s) policial (is), antes das abordagens. Esse preparo corresponde a um teste mentalmente, onde os problemas e as possibilidades de respostas são confrontados. Esse teste [preparo mental] desencadearia um conjunto de ações em resposta a cada situação singular. A falta de preparo mental do policial durante uma intervenção pode prejudicar o seu desempenho, “elevando seu tempo de resposta à agressão e, assim, o uso de força poderá ser inadequado (excessivo ou aquém do necessário para contê-la)” (PMMG, 2010, p. 15).

Durante a abordagem policial, a ação pode ser dividida em algumas etapas (Figura 2), as quais pretendem possibilitar maior chance de sucesso na ação que será executada e podem ser descritas da seguinte forma:

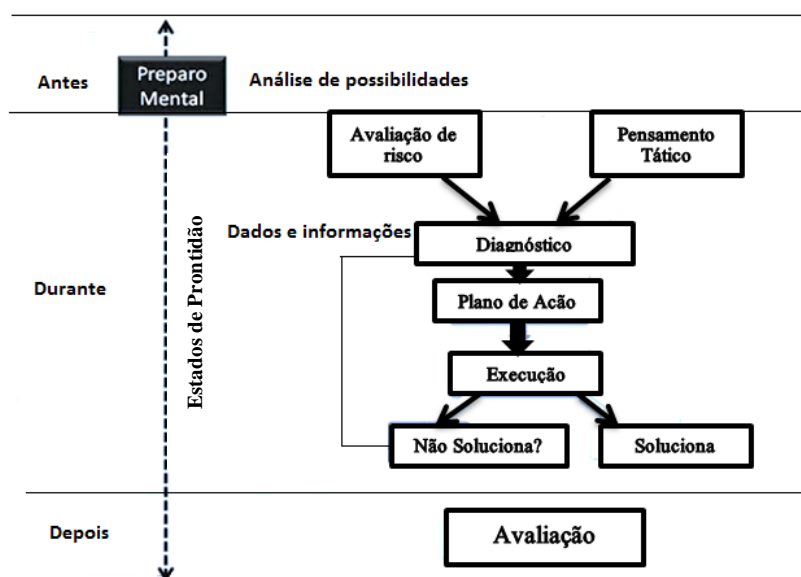


Figura 2- Etapas da intervenção policial em uma abordagem (PMMG, 2010, p. 48)

Etapa 1– Diagnóstico: relaciona-se com a elaboração de uma avaliação de risco pelo policial – na qual estão contidos vários fatores de natureza subjetiva que serão discutidos posteriormente –, com base no motivo da abordagem, no indivíduo abordado e no ambiente da ação dessa tarefa. A partir de tais informações, o policial deve ser capaz de analisar o contexto e estabelecer um pensamento tático e estratégico de atuação, que proteja a guarnição, a vítima e o infrator e, ao mesmo tempo, execute a abordagem com sucesso e de forma organizada (PMMG, 2010).

Etapa 2–Plano de ação: comumente chamado de planejamento mental, consiste na tomada de decisão e no julgamento de cada policial, com base nos métodos que serão empregados e nos procedimentos táticos, tendo em vista alcançar os objetivos planejados. Muitos julgamentos e decisões são executados em condições inéditas, incertas e ambíguas (PMMG, 2010).

Etapa 3 –Execução: diz respeito à execução e à ação propriamente ditas. É o resultado das etapas anteriores. O que foi planejado pela patrulha será colocado em ação nessa etapa. Tal execução acontece em tempo real (PMMG, 2010).

Etapa 4 – Avaliação: ocorre após executada a abordagem. Nessa etapa, as condutas dos policiais e do grupo são analisadas pela equipe que atuou, levando em consideração as falhas e os acertos verificados na intervenção, os quais são objeto de discussões e análises posteriores, com a meta de se melhorar as competências dos agentes, por meio de uma autoanálise. Na avaliação, as experiências, modos operatórios e variabilidades da atividade devem retornar ao grupo policial, gerando um ambiente rico de discussão e de construção de melhorias (PMMG, 2010).

4.2. FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM POLICIAL À PESSOA EM ATITUDE SUSPEITA

Ao efetuar qualquer tipo de abordagem policial, o agente deverá ser capaz de observar alguns fundamentos táticos e estratégicos, descritos a seguir e separados em cinco etapas, os quais visam organizar e articular a tomada de decisão dos policiais militares e, com isso, certificá-los de que o objetivo de suas ações será alcançado de maneira eficaz. Os termos destacados a seguir serão retomados no decorrer do texto, nas análises da atividade real.

1º fundamento –Segurança: antecede qualquer atitude do policial em ação de abordagem, o qual deve ser capaz de identificar a *área de segurança* no contexto da operação;

de verificar quais são as *áreas de risco* e, conseqüentemente, delas se proteger; de monitorar os *pontos de foco* no local; de controlar pontos de maior risco, chamados de *pontos quentes*; e de certificar-se de que o *perímetro* esteja seguro, tanto para a proteção dos agentes quanto para a de terceiros (PMMG, 2010).

2º fundamento – Surpresa: segundo esse fundamento, quanto menos o indivíduo a ser abordado espera pela ação policial, maiores serão as oportunidades do agente de controlar e “*intervir no processo mental do possível agressor*”, diminuindo seu tempo de resposta e, conseqüentemente, as chances de fuga, de agressão, de descarte de drogas e armas etc. (PMMG, 2010).

3º fundamento – Rapidez: relaciona-se com a *velocidade adequada* com que a abordagem é realizada e processada e constitui um elemento de extrema importância para a efetivação do *fator surpresa*, discutido anteriormente, que colabora decisivamente para o sucesso da ação policial (PMMG, 2010).

4º fundamento – Ação vigorosa: tem a ver com uma *atitude firme do policial*, por meio de comunicação verbal ou não verbal e de conduta imperativa e coercitiva, com ordens claras e diretas para o cidadão abordado. Relaciona-se com a superioridade de força com que o policial deve agir em cada situação. A ação vigorosa não pode ser totalmente normatizada, mas apenas balizada. A norma, neste caso, é limitada e deve servir somente para indicar um caminho, nunca o definindo exatamente, uma vez que cada ação de abordagem é única e inédita (PMMG, 2010).

5º fundamento – Unidade de comando: consiste na coordenação da ação, geralmente centralizada no comandante da guarnição, tendo por objetivo garantir o melhor planejamento possível, inspeção e controle eficientes. Apresenta-se como central para a ação coletiva da guarnição policial (PMMG, 2010).

4.3. VERBALIZAÇÃO DO POLICIAL FACE AO COMPORTAMENTO DO ABORDADO

A comunicação é um processo de interação contínua central na construção de uma troca de emoções e ideias entre o agente e o cidadão suspeito. Quando eficiente, contém e abrange muitos elementos, relacionando uma série de fatores pessoais e de interpretação, que variam de policial para policial. Exemplos desses elementos são a escolha de palavras utilizadas pelo agente, além de características relacionadas importantes como o volume, o timbre e adição da voz, a velocidade da fala e até mesmo o silêncio; os gestos adotados pelo

policial, como pausas e movimentos; a postura corporal do agente, que deve prestar atenção a um posicionamento, espaço e distância seguros; e a experiência do policial(quadro 5).

Quadro 5 –Elementos da comunicação em relação à postura do policial

Elementos de comunicação	Postura do Policial		
	Enérgico	Firme	Ameno
Expressão verbal			
Voz	Alta	Moderada	Branda
Fala	Rápida e Imperativa	Fluente e persuasiva	Pausada e solicita colaboração
Interpeção	Sentença exclamatória	Frases declarativas	Pedido ou apelo
Expressão facial			
Olhos/olhar	Determinado e repreensivo	Firme e confiante	Ameno e Pacífico
Músculos faciais	Tenso (contraído)	Normal	Relaxado
Expressão corporal			

Referência: PMMG, 2010, p. 59.

Asverbalizações dependem de atitudes e ações do abordado, sendo classificadas em três tipos: o cooperativo, o resistente passivo e o resistente ativo.

Oabordado cooperativo é aquele que facilita as ordens policiais e coopera com elas. Naabordagem ao suspeito cooperativo, o policial deve se manter no estado de alerta laranja, que consiste num estado de atenção constante.

O abordado resistente passivo, por sua vez,é aquele que dificulta a abordagem com ações e gestos morosos e indiferentes e descumpre ordens e comandos da autoridade policial, sem, no entanto, chegar a ser agressivo. Na abordagem ao suspeito resistente passivo,o policial deve, de forma inicial, alertá-lo sobre o desacato em sua forma legal, ou seja, sobre as consequências que decorrerão de sua desobediência,que, caso persista, deve ser tratada pelo policial com *superioridade de força*, fazendo uso dos objetos e meios necessários, todavia de *forma moderada*, com o intuito de obrigá-lo ao cumprimento de sua ordem.

Se, apesar de toda a técnica e fluidez do agente, o cidadão abordado demorar a respondê-lo, o policial deve permanecer proferindo palavras de ordem por duas ou três vezes. Se, mesmo assim, o cidadão não cooperar com o policial, este deve utilizar expressões que possibilitem uma aproximação moderada do abordado, de forma branda e paciente. Se, ainda assim, o abordado não obedecer aos comandos do policial, este deve considerar os possíveis motivos pelos quais o cidadão continua agindo de forma passiva: porte de armas ou drogas,

planejamento de tentativa de fuga, intenção de resistir ativamente ou de humilhar o policial frente ao público etc.

O abordado resistente ativo, finalmente, é aquele que reage com agressão à abordagem. Caso o abordado da categoria anterior, a de resistente passivo, aja de forma a materializar alguma agressão, a ação da autoridade policial deve visar a reação do indivíduo de *forma proporcional* e sem nunca cessar o diálogo.

Vale dizer ainda que os elementos não verbais que fazem parte da comunicação entre policial e abordado, como gestos corporais e olhares, contribuem grandemente para a percepção que um tem do outro, e que, quando bem realizada, a comunicação, seja verbal ou não verbal, facilita a abordagem policial, especialmente quando possibilita a emergência de indícios de mentiras, que os agentes, ao longo da vida laborativa, conseguem identificar nos suspeitos abordados (PMMG, 2010).

4.4. USO DIFERENCIADO DE FORÇA

O uso da força pela autoridade policial é um tema complexo e delicado, pois envolve muitas variáveis contextuais e possibilidades de ação segundo cada situação. De acordo com as situações encontradas no calor da ação, a intensidade de atuação do agente pode variar das mais diferentes formas, desde a simples presença física do policial até o uso de força potencialmente letal para o abordado, como o disparo de arma de fogo contra o cidadão em resistência ativa. Entretanto, casos como esse devem ser considerados extremos e usados como último recurso na intervenção policial.

A Polícia Militar usa o termo *uso diferenciado de força* para se referir à proporcionalidade das ações do agente em resposta ao abordado (comportamento ou reação). Percebe-se que o uso diferenciado de força deve ser usado sempre em uma resposta à ação do suspeito (*feedback*). Assim, quem autoriza a progressão de força utilizada é o suspeito, não o policial.

Uma figura esquemática sobre tal termo é apresentada na Figura 3, que se caracteriza pela seleção do nível de força pelo policial. Trata-se de uma escolha dinâmica, em que tal nível pode aumentar ou diminuir, dependendo das exigências da situação e contexto encontrados. A transição dinâmica entre os níveis de força denomina-se uso diferenciado de força.

Deve-se lembrar que o agir no mundo não pode ser contido em uma figura simples. Assim, as experiências acumuladas e incorporadas pelo agente ao longo de suas abordagens são

postas em prática na aplicação do uso da força policial. Nesse sentido, todo policial sofre constantes e intensas mudanças na prática profissional, o que, de certo modo, é incompatível com a cultura normativa, cujos limites, quase sempre, são tratados como intransponíveis e inflexíveis, e aqueles que os burlam ou ultrapassam são dignos de culpa e muitas vezes taxados como transgressores da regra (ALMEIDA; FILHO, 2007; VILELA *et al.*, 2004). Mas, como diria Deleuze (2002), essa ideia é absurda, uma vez que qualquer tipo de tabelamento existencial é uma blasfêmia contra o ineditismo do ser e seus encontros com o mundo no trabalho.



Figura 3–Uso diferenciado de força (PMMG, 2010, p. 87)

Segundo Ribeiro (2012a), mesmo diante das maiores aflições, imposições e sofrimentos decorrentes do trabalho, em condições extremamente adversas e com grande opressão pela produção, os trabalhadores se transformam por ele e encontram formas de evoluir e suprimir os limites impostos –muitas vezes, de uma forma brilhante, eventualmente transgredindo as regras. Independentemente das normas impostas, elas serão sempre ultrapassadas diante do dinamismo da atividade policial e das imprevisibilidades do mundo. O encontro da norma com a prática será aprofundado no próximo capítulo.

5.ENTRE A LEI E O COTIDIANO: o saber-prático policial

[...] Imbuídos de um realismo tirado das ruas, eles [os policiais militares] procuram aproximar a sua cota de conhecimentos *formais e informais* dos fragmentos de realidade descontínuos e fugazes em que eles são chamados a *intervir*[...] Porque os PMs estão todos os dias nas ruas lidando com um elenco de situações supostamente idênticas e, ao mesmo tempo, irredutíveis entre si, eles sabem que *os fatores circunstanciais específicos de cada episódio enfrentado devem ser levados em conta*, sob pena de se multiplicar a oportunidade de efeitos indesejáveis na sua interação com os cidadãos (MUNIZ, 1999, p. 167, grifos nossos).

A operação policial filmada está representada na Figura 4, expondo a configuração e a posição dos seis agentes nela envolvidos.

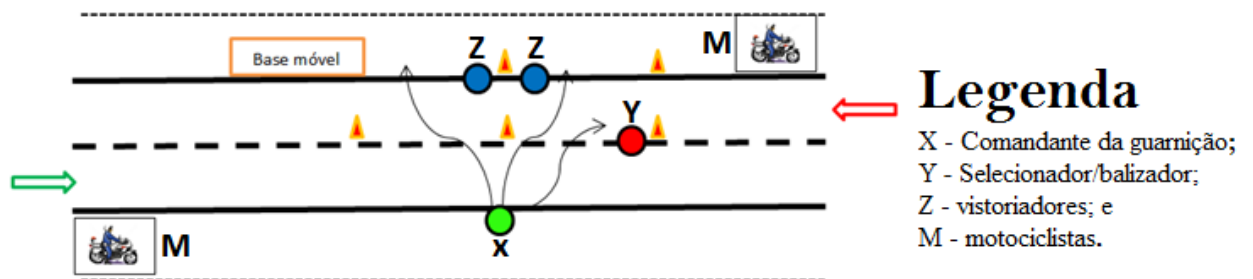


Figura 4 – Esquema da operação policial conhecida como corredor preventivo ostensivo

Neste capítulo, são aprofundadas as categorias emersas da análise da tarefa e que estão diretamente ligadas à execução da atividade policial. A sequência apresentada não será descrita na ordem em que é exposta nos procedimentos, mas, sim, no encadeamento em que aquelas categorias (Quadro 3) apareciam no decorrer da análise, mostrando suas relações e interligações.

No primeiro contato, a área de segurança e a área de risco são duas categorias táticas descritas como etapas de aproximação a um suspeito. Os procedimentos e treinamentos apresentam-nas como partes separadas, como se formassem etapas de um processo a se executar. Tais variáveis são descritas como decisões e julgamentos cognitivos do policial, que deve concluir, conscientemente, se se aproxima ou não na presença de situações consideradas de risco grave e iminente, e adotar os procedimentos seguros.

A Figura 5 é um exemplo normativo que tenta balizar o limite entre as categorias área de segurança e área de risco. Contudo, os agentes evoluem e ultrapassam os limites impostos pelo procedimento, dado que a dinâmica das ações exige rapidez.



Figura 5—Área de segurança e área de risco (PMMG, 2010, p. 59)

O tenente responsável pelo treinamento policial descreve que, no processo de decisão, o agente deve estabelecer uma *relação visual* com o outro, a qual somente terminará quando a abordagem estiver concluída. Nesse interstício, em suas palavras, o praça atua como *articulador*, sendo responsável por julgar e articular a situação e decidir, a partir da relação estabelecida com o suspeito, a melhor forma de aproximação. É nessa relação de percepção de traços (indícios de ocultação, suspeição e reação), deixados por ambos, que espaço e tempo específicos, que as decisões são tomadas, de forma dinâmica, e não estática e normativa como os procedimentos apresentam. A análise da atividade também mostrou que as variáveis segurança e risco não se separam, mas constituem partes integrantes de um mesmo objetivo, a gestão individual e coletiva do risco em ação, em que os agentes proporcionam maior proteção à equipe.

Tais variáveis são centrais para a atividade militar, e é por meio delas, nesse primeiro contato, que o policial decidirá se julgará conveniente realizar a aproximação ou se é preferível manter-se em uma área julgada por ele como “segura”. Questionado sobre o conceito de área de segurança, o sargento responde: “é o limite entre o PM e o suspeito. Uma relação entre o PM e o suspeito... Talvez um conceito bem pessoal...”.

Ainda segundo o sargento, com base no contato com o outro, os aspectos de relevância da situação podem emergir, pois o policial tem a habilidade de perceber as intenções do outro. Questionado sobre quais lhe são perceptíveis, ele indica, como exemplo, a intenção de saque de arma de fogo: “quando a gente fica à espreita da aproximação, a gente fica atento à chance de o cara tentar reagir, atirar...”.

A partir da percepção de reação, o agente julgará o risco a que é submetido, o que, por sua vez, estabelecerá os limites da área de segurança em relação à área de risco. O soldado

1 verbaliza a respeito desse aspecto: “área de risco é onde agente decide chegar mais perto ou não do infrator...”. Assim, há um ajuste contínuo das decisões tomadas em situações reais.

Percebe-se, em trechos de suas falas, uma relação direta e fluida entre o suspeito e o policial: “... limite entre o PM e o suspeito...”, “... uma relação entre o PM e o suspeito...”, “... onde agente decide chegar mais perto ou não do infrator...”. Assim, a todo momento, há uma interação contínua, a partir de cujos *feedbacks*, como volumes suspeitos e movimentos na região da cintura, os agentes julgam e tomam suas decisões, baseadas nas percepções sobre o outro.

Odilema entre proximidade e distância tem como solução possível o uso e aumento da força policial, dado que ela possibilitaria a quebra de resistência²⁷. Contudo, a força aqui citada não é necessariamente física; refere-se, antes, a uma demonstração que incite a disposição do suspeito para acatar as ordens do agente.

A percepção, nesse caso, segundo o tenente de treinamento, é o acoplamento das experiências passadas ao outro e ao contexto: “para te falar a verdade, o que ajuda no dia a dia é a experiência... saber chegar a um lugar e saber como agir”. Portanto, a experiência do agente serve de suporte para que as percepções criadas na atividade sejam mais ajustadas ao caso.

Também é necessário entender duas outras categorias, chamadas de pontos quentes e pontos de foco, uma vez que são interligadas às percepções que o policial tem do abordado e auxiliam no seu julgamento sobre a segurança e risco da ação. Todos os riscos percebidos pelo PM em situação advêm desses dois pontos. Como no caso das categorias anteriores, a análise nos revelou que os pontos quentes e de foco não são separados, como descrito nos procedimentos, mas partes integrantes de um mesmo objetivo, a percepção de risco, e apresentam relação com a área de risco e a de segurança, demonstrando que tais variáveis possuem uma relação de dependência.

O conceito de pontos quentes e o de pontos de foco são essenciais para a ação do policial em atividade real. O agente é solicitado pelo contexto a todo momento, especialmente a partir de tais pontos, a distinguir uma situação de risco ou de normalidade, que emerge pela relevância apresentada dos comportamentos e atitudes do outro. Um tenente especializado em abordagem descreve que esses pontos podem ser as mãos, a cintura, os pés, as pernas etc.

Assim, as respostas dos policiais indicaram uma sobreposição de diversas possibilidades de atuação, em que, a todo momento, há alternância dos pontos de solicitação

²⁷A quebra de resistência foi descrita como o convencimento e domínio sobre o abordado, por meio do uso da força, seja verbal ou física.

da atenção na dinâmica da ocorrência. Consequentemente, as mudanças que daí decorrem transformam e alteram as perspectivas dos agentes e sua tomada de decisão no desenvolvimento da ação. O campo de soluções possíveis exige ajustes contínuos para se chegar à solução propriamente dita dos dilemas encontrados, e tais ajustes auxiliam os agentes no processo de classificação da área observada como segura ou arriscada. A solução para cada caso é percebida espontaneamente, e não deliberadamente.

Os sargentos 2 e 3, nesta ordem, verbalizam o seguinte a respeito dos pontos de foco: “quando você visualiza o suspeito, aquele suspeito, para você, como um todo, é o ponto de foco. Se ele estiver portando alguma arma na mão, a partir daquele momento, o ponto quente passa a ser a mão dele, mas ele continua sendo o ponto de foco” e “eu visualizo o suspeito dentro do veículo. Ele passa a ser nosso ponto de foco. À medida que se aproxima do sujeito, você vai eliminando esses pontos quentes”.

De acordo com a análise dos seguintes trechos: “... suspeito, para você, como um todo, é o ponto de foco” e “... o ponto quente passa a ser a mão dele [do suspeito], mas ele continua sendo o ponto de foco”, compreende-se que as percepções criadas pelos policiais em relação ao suspeito em ação possibilitam melhores julgamentos e decisões e estão intimamente ligadas às áreas de risco e de segurança, uma vez que os pontos quentes e de foco são pontos relevantes para a discriminação delas.

Pode-se, a partir dessa visão, induzir que, para o policial, um gesto ou um objeto podem apresentar-se com relevâncias diferentes, a depender dos pontos em que se encontram. Segundo um dos sargentos entrevistados, em uma abordagem, os movimentos bruscos dos suspeitos nos pontos quentes, ao longo do tempo e com o acúmulo de experiências similares, passaram a ser considerados agressivos pela cultura policial e, como tais, devem ser controlados ao máximo em uma operação. Ele relata que alguns policiais já alvejaram suspeitos devido a movimentos nesses pontos [por erro], nos quais os agentes indicaram ter subentendido, por similaridade, a presença de uma arma.

Questionado a respeito desses mesmos pontos e como eles se apresentam, dado que, pela explicação anterior, fica patente sua importância no contexto, o sargento 7 respondeu às indagações da seguinte forma, corroborando novamente a questão das figuras-fundo citada anteriormente: “pontos quentes são áreas localizadas dentro do ponto de foco. Ponto quente passa a ser a área que mais oferece risco naquele foco. O ponto quente se encontra dentro do ponto de foco”. Percebe-se, cruzando as explicações de ponto de foco e de ponto quente, que há alternância de figura-fundo nas cenas percebidas pelos agentes, como se atesta

pelostrechos:“o veículo ali é meu ponto de foco. O suspeito dentro do veículo passa a ser nosso ponto de foco” e “a ameaça contra você passa a ser um ponto quente, ou seja, o ponto quente se encontra dentro do ponto de foco”.

Logo, pela comparação entre pontos quentes e de foco, ora o carro é figura e o suspeito é fundo, ora o suspeito é figura e as mãos ou pés são fundo, ora o carro volta a ser figura e o suspeito, fundo. Há um ciclo de alternância de pontos de atenção e possibilidades que culmina em movimentos de inclusão e exclusão de pontos, levando-se em consideração a os estímulos da cena encontrada no contexto de cada ação, os quais podem, de algum modo, solicitar a atenção do agente. Um campo de possibilidades pode surgir e desaparecer à medida que o policial é confrontado com as reações do outro, podendo julgar se sua aproximação é mais ou menos segura.

Como verificado nas análises de pontos quentes, pontos de foco, áreas de segurança e áreas de risco, os agentes se comunicam constantemente com o abordado, em um movimento de reciprocidade de afetos, como sensações, emoções, sentimentos etc. Essa comunicação tem o objetivo de detectar respostas, verbais ou não, que podem ser consideradas por eles como suspeitas, o que os auxilia a julgar os caminhos a serem seguidos.

Foi relatado que, quando a comunicação é eficiente, a interação entre o suspeito e o PM serve de suporte para a tomada de decisão. Segundo os agentes, a conversa permite intervir no processo mental do outro, possibilitando ler traços e criar laços que os auxiliam a ajustar o *timing* mais adequado para a aproximação. Assim, ao mesmo tempo em que o policial conversa com o outro, percebe continuamente os pontos quentes e de foco que solicitam sua atenção.

Esse olhar vigilante foi percebido pelo pesquisador no primeiro contato de campo, onde se sentiu constantemente vigiado pelos olhos dos agentes. Nas conversas de corredor, os policiais não fixavam seus olhares nos olhos do intruso, como geralmente se faz, mas o observavam e analisavam a todo momento, como se isto fosse um vício profissional.

Na interação entre o PM e o outro, surge questão de como, no processo de abordagem, intervir no processo mental do indivíduo, uma vez que tal processo é extremamente subjetivo. Questionados a respeito, o soldado 1 e o sargento 2 verbalizaram, respectivamente, da seguinte forma: “...ter um [policial] ali para abordar e outro ali para conversar com o cidadão...tirar o direcionamento dele...” e “...ou seja, distrair o suspeito mentalmente, para que ele não tenha tempo de processar o que ele vai fazer com você...perguntando”.

Analisada a fala anterior, encontram-se indícios de que a intenção dos agentes, quando se referem à intervenção do processo mental, é realizar uma sobrecarga cognitiva no suspeito, com atividades que exijam seu raciocínio, como as várias inquirições simultâneas, a ponto de interferir no seu processo de decisão, julgamento e controle consciente.

Além disso, foi verbalizado que, nesse momento, os agentes atuam na identificação de mentiras²⁸, pois é quando o mentiroso antecipa possíveis questionamentos em sua mente, pensando na “verdade” que dirá e construindo, e muda seu comportamento, indicando ocultação de algum objeto ilícito e/ou reagindo agressivamente. Nesse sentido, os policiais desenvolvem, ao longo das experiências e vivências, a habilidade de detectar mentiras e mentirosos, o que, segundo eles, é a competência central de um policial militar.

Quando, no processo de detecção, o mentiroso é revelado, seja pelo comportamento ou pela fala, o agente ajusta o *timing* mais adequado e julga os caminhos que possam aumentar suas chances de sucesso na captura do suspeito. Questionados sobre como saber quando o *timing* é adequado, o soldado 1 e o sargento 3, respectivamente, responderam da seguinte forma: “não deixar que ele [o suspeito] tenha uma concepção de que você está chegando para fazer a abordagem. Você o pega de surpresa” e “essa rapidez, a gente nem percebe, tanto que, quando a gente aborda, em 99% das abordagens o cara já ‘trava’ todo. Quando a gente perde essa surpresa, ocorre de o infrator tentar evadir, correr... Mentalmente, ela [a surpresa] já é rápida”.

Nota-se, pela fala anterior, que tal rapidez não é percebida pelos policiais em um momento anterior à ação, mas no resultado da abordagem. Antes da ação, percebe-se o suspeito, num processo contínuo de detecção de traços que são entendidos como mentirosos, sejam eles verbais ou não. Quando o agente verbaliza: “não deixar que ele [o suspeito] tenha uma concepção [...]”, ele indica que há uma comunicação não verbal presente em um momento anterior à abordagem, a qual é utilizada como auxílio ao ajuste do *timing* da aproximação.

Como já indicado, quando essas percepções de mentira emergem da situação, o melhor *timing* de ação é ajustado simultaneamente. Contudo, as incertezas da desfechada aproximação sugerem que o agir antecede a cognição [consciência pré-reflexiva], uma vez que a avaliação do *timing* (do sucesso ou insucesso) da abordagem se dá *a posteriori*, e não *a priori*. As seguintes falas do entrevistado: “[...] a gente nem percebe [...]” e “[...] quando a gente perde

²⁸A identificação de mentiras se refere tanto a afirmações falsas que são verbalizadas quanto a comportamentos que indiquem a ocultação de ilícitos.

essa surpresa, ocorre de o infrator tentar evadir, correr” indicam que a velocidade²⁹ do *timing* adequado é avaliada pelo resultado do agir. Assim, o *fazer* dos agentes em ação antecede o *saber como fazer* a abordagem, o que corrobora com a ideia de que só se sabe fazer depois que se faz.

Esse fazer foi sempre marcado pelo senso de imprevisibilidade e perigo. Por diversas vezes, foi relatado que, em quaisquer situações, aconteçam elas em serviço ou fora dele, a atenção ao risco deve ser constante. Assim, o agente, dentro ou fora do trabalho, é condicionado a manter a atenção constantemente, dada a imprevisibilidade das reações a que os policiais estão sujeitos rotineiramente. Questionados sobre em que consiste esse estado de atenção constante, entrevistados respondem que se trata de “estar preparado para uma possível agressão”, dado que o “confronto é provável”.

Analisada a fala, percebe-se que sempre há a presunção de agressão perpetrada pelo suspeito, o que justificaria o estado de alerta laranja. Em outras palavras, a imprevisibilidade das reações faz com que tal postura de alerta constante seja adotada, na presunção de uma agressão. Compreende-se que os policiais militares, ao longo de suas experiências de trabalho, constroem um sentido segundo o qual os aspectos de suspeição e imprevisibilidade constituem um perigo potencial constante. Esse perigo é central na discussão do uso da força, dado que ele é o gatilho para que os agentes a utilizem.

Vale lembrar e ressaltar que a sensação de perigo está relacionada aos pontos quentes e de foco. Quando essa sensação se apresenta, surgem então a necessidade e legitimidade do uso da força. Nas análises de campo, a superioridade de força, a força moderada e a força proporcional mostraram ser faces de uma mesma moeda – o uso da força policial. Trata-se de variáveis correlatas e que revelam ser dependentes da subjetividade e da experiência dos agentes, que equilibram a força a ser utilizada aos perigos que por eles são percebidos.

Foi verbalizado que o uso da força é mais equilibrado quando auxiliado pela experiência dos agentes, uma vez que estalhes daria suporte para julgar uma série de informações, como local, situação, indivíduo, ponto de crime, perímetro, segurança etc., ponderando a respeito do perigo a que estão submetidos. O cabo e o sargento 7, quando questionados sobre superioridade, responderam da seguinte forma, respectivamente: “num bar, por exemplo, [se] tem dez indivíduos, não é conveniente a gente chegar lá com cinco militares” e “[...] é você demonstrar força para não ser preciso usá-la”.

O sargento 3, por sua vez, diz o seguinte:

²⁹A essa velocidade depende quase que inteiramente da intuição, e dificilmente da análise e comparação de alternativas.

Depende da postura. Afirmeza, o jeito, o policial. Força não é só número. Depende do local e depende da situação. E muito está relacionado à questão de segurança, perímetro. Se o local já é conhecido como ponto de crime... Se você conhece o suspeito... Se ele tem a possibilidade de reagir... Há possibilidade de outros estarem armados.

Na primeira verbalização, nota-se que há maior agarramento à norma e ao prescrito, uma vez que o procedimento tático aconselha a efetuar abordagem, justamente, com, no mínimo, dois policiais para cada suspeito. O tempo de experiência do policial (7 anos) pode explicar tal agarramento, pois, geralmente, os novatos possuem maior apego às normas.

As outras duas verbalizações indicam que há fatores externos à norma e que se relacionam principalmente com a experiência do policial e com sua capacidade de fazer julgamentos adequados, que influenciam na abordagem. Os fatores mencionados fogem à qualquer prescrição, uma vez que o contexto situacional e as pessoas mudam de uma ação para outra, cabendo ao policial discriminar as relevâncias encontradas em cada caso e equilibrar a força singularmente.

O sentimento de ineditismo sempre esteve presente nas conversas. Os agentes diziam que, apesar de haver “similaridades” entre muitos casos, “nunca há padrões exatos e fixos”, o que faz com que cada abordagem seja única e “cada desfecho, imprevisível”. A singular imprevisibilidade também sempre esteve presente nas conversas, formais e informais, e, segundo os agentes, ela impulsiona a aplicação do uso da força.

Tais verbalizações indicam a limitação da norma frente à atividade real, dado que somente profissionais experientes saberiam aplicar a força de maneira mais adequada segundo as variações da atividade e atuar no mundo de forma mais ajustada, trazendo eficiência e legitimidade às decisões.

Questionados sobre em que consiste a forma proporcional adequada, o sargento 3 e o sargento 6 verbalizaram, respectivamente, da seguinte forma:

Foi dado um exemplo ali [fazendo referência ao treinamento de defesa pessoal], no caso da caneta. Talvez, para uma pessoa leiga, pegar uma caneta e furar o camarada ou furar seu olho, aquilo ela não vai entender como força moderada [fazendo referência à proporcionalidade], mas, naquele momento, ele [o policial], no combate, é o que ele tinha, essa é a força moderada.

Isso aí, na verdade, se for olhar bem, para cada policial militar, devido à sua compleição física e sua capacidade técnica, é subjetivo. Porque o que pode ser uma força moderada para eu [de baixa estatura] conter um cidadão de dois metros de altura, pode não ser para ele [apontando para seu colega de aproximadamente dois metros de altura]. Eu vou utilizar meios de conter aquele cidadão que, de repente, ele [o colega de profissão] não usaria. É subjetivo.

Nas verbalizações anteriores, observa-se que a proporcionalidade e, portanto, a legitimidade são subjetivas, dependendo do entendimento de cada policial. Uma vez que a visão sobre o que seja força moderada pode mudar, cada caso deve ser analisado separadamente.

A força moderada está diretamente ligada à forma proporcional, e a proporcionalidade, por sua vez, está intimamente relacionada ao risco percebido em ação. Assim, a força é usada para trazer a situação à normalidade³⁰. Portanto, quanto mais experiente e habilidoso o policial, mais proporcional e ajustada será a utilização da força por ele em casos reais, e melhor será a discriminação de relevância entre riscos.

5.1. AUMENTANDO O FOCO SOBRE O USO DA FORÇA

Os riscos da atividade, a intenção de se impor enquanto autoridade, em resposta ao risco percebido, e de alcançar eficiência na abordagem foram traços presentes nesta etapa da análise. O risco apresentou-se como algo intrínseco à atividade policial, decorrente da imprevisibilidade dos desfechos nas ameaçadoras ações de abordagem. O uso da força foi uma categoria central e presente nas análises.

Vale dizer também que a norma geral encontrada marcou-se por uma predisposição de indivíduos que se percebem como “nós” enquanto policiais. Assim, foram comuns verbalizações como “a gente atua com firmeza”, “nossa equipe deve ter autoridade” e “nosso batalhão é forte”.

Para uma sistematização mais detalhada, agora em um nível um pouco mais profundo, foi realizado um refinamento, buscando identificar que categoria crítica ou de fundamental importância em abordagens mais interessaria à incorporação do 26º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais. Nesse sentido, a superioridade ou supremacia de força foi escolhida pelos agentes, emergindo do próprio campo empírico. Tal refinamento se deu pela preocupação e atenção da corporação quanto aos excessos que podem ocorrerem ações policiais, como citado por um subtenente do batalhão.

Para a análise, foi utilizada como base a seguinte verbalização, proferida pelo sargento 3 e anteriormente mencionada:

[A superioridade de força] depende da postura. A firmeza, o jeito, o policial. Força não é só número. Depende do local e depende da situação. E muito está relacionado

³⁰ A normalidade é entendida pelos agentes como uma situação em que não se percebe risco.

à questão de segurança, perímetro. Se o local já é conhecido como ponto de crime... Se você conhece o suspeito... Se ele tem a possibilidade de reagir... Há possibilidade de outros estarem armados.

A partir dela, foram selecionados aspectos da abordagem que careciam de maior aprofundamento. São eles o local e a situação; as características e os comportamentos dos suspeitos, dos quais decorre a atuação policial; unidade de comando; imprevisibilidade; e uso da força.

A depender da situação e do local em que uma operação policial é executada, o policial em ocorrência interpreta, a partir de observações, o comportamento e a intenção dos indivíduos. De acordo com essa análise e com as percepções geradas no momento, o policial pode julgar necessária a atuação imediata ou deixá-la para outro momento. Assim, a abordagem depende do julgamento dos comportamentos dos suspeitos.

Segundo um dos tenentes entrevistados, para discriminar comportamentos suspeitos, é utilizada como estratégia a passagem, em baixa velocidade, da viatura, por meio da qual os policiais ficam atentos a qualquer movimento e postura considerados anormais. O tenente citou ainda alguns casos de comportamentos incriminadores: “sair na hora em que a viatura passa”, “volumes suspeitos na cintura”, “aquela pessoa muito isolada, sem amigos” e “estilo de música”.

Quando questionado mais especificamente sobre os aspectos envolvidos na situação de uma abordagem, o subtenente entrevistado, com aproximadamente 23 anos de profissão, responde:

Se estão fazendo o uso de bebida alcoólica, vão ter seus estados alterados. Tem que se observar qual é o comportamento das pessoas que ali estão e qual é o objetivo deles. Se o objetivo é fazer uma confraternização, se o objetivo é passar o tempo. São essas questões que a gente tem que analisar.

Ao analisar-se a verbalização anterior, nota-se que, ao ponderar sobre a situação, o agente interpreta o contexto da ocorrência, levando em consideração o estado comportamental dos suspeitos. No que ele diz: “[...] vão ter seus estados alterados [...]” e “[...] tem que observar qual é o comportamento das pessoas [...]”, fica claro que situações que envolvam uso de drogas lícitas ou ilícitas são observadas e abordadas de maneira diferenciada pelo policiamento militar.

Quando se aprofunda a categoria situação, percebe-se que o julgamento das praças é profundamente entrelaçado com o local. Ao se referir às situações encontradas nas ocorrências, eles continuamente as associam com os locais onde elas ocorrem. A seguinte verbalização indica essa relação: “no bairro ‘x’ o crime é recorrente. Lá a gente vai sempre

com o pé atrás [desconfiados]. Até mesmo as situações corriqueiras podem dar problema. Ali nós vamos atuar com maior atenção”. Logo, a situação mais o local resultam no contexto situacional da operação, gerando uma cena que pode requerer do agente maior ou menor atenção e maior ou menor força.

Nesse sentido, indagado mais especificamente sobre os aspectos relacionados ao local, o tenente 2 verbalizou da seguinte forma:

Onde o índice [de criminalidade] é altíssimo, você tem que dobrar a atenção. Uma janela entreaberta, um terraço, uma porta meio aberta, isso tudo é local que você tem que estar monitorando. Isso tudo é ponto quente, e você tem que monitorar pontos quentes. Sempre estar de olho, que dali pode vir algum perigo.

Percebe-se, na verbalização anterior, que, nos locais onde afloram mais crimes, os quais são chamados de zonas quentes de criminalidade (ZQC³¹), a atenção é dobrada, o que demonstra que há uma variável geográfica que influencia na abordagem policial e, conseqüentemente, na aplicação da força. Assim, quanto mais ariscada a situação, como uma ocorrência próxima a uma zona de criminalidade, mais pontos de atenção na cena são abertos, e o uso da força em abordagem pode acontecer de modos diferentes, a depender do contexto, a que na opinião pública é considerado discriminação e preconceito.

A elevação no uso da força em locais perigosos, como mencionado, deve-se à probabilidade de confronto e reações. Esse fato pode ser evidenciado pelo número de policiais nas viaturas em áreas de alta criminalidade. Quando o local não é caracterizado como uma zona quente de criminalidade, as viaturas, geralmente, contam com dois policiais, mas, quando se trata de uma ZQC, a viatura pode conter de três a quatro policiais, além de os armamentos utilizados em ambas as situações serem diferentes. Alguns policiais, tais como o subtenente entrevistado e o tenente 2, nessa ordem, fizeram verbalizações a esse respeito, nas quais se percebem indícios que reforçam a tese de que há uma relação do fator geográfico com a supremacia de força:

Esse é um fator primordial. [...]. Hoje o que é mais debatido é essa questão. Nas zonas quentes de criminalidade, nós sempre temos que agir com supremacia de força, [onde há] crime constantemente, em que os indivíduos, os infratores estejam ali a todo momento, às vezes até dispostos a ter uma reação imediata com relação ao policial.

É o tal do estereótipo. Não é porque está numa ZQC que todo mundo é vagabundo e perigoso. [...]. Você vai dobrar a atenção onde o crime é mais incidente.

³¹ As zonas quentes de criminalidade (ZQC) são definidas como “pequenos lugares nos quais a ocorrência de crime é tão frequente que é altamente previsível, pelo menos no período de um ano” (SHERMAN, 1995, p. 36).

Nesse sentido, em uma ZQC, uma mera pulseira ou janela entreaberta podem constituir fortes indícios de suspeição. Em contrapartida, a mesma pulseira e a mesma janela fora de uma ZQC, não. Empiricamente falando, a observação do agente não é meramente passiva ou reativa às pressões externas, dado que, antes mesmo de observar, ele organiza, de alguma forma, o mundo que vê. Sem tais noções, que permitem uma organização do que é visto e observado, não haveria a possibilidade de o policial dizer sobre o que observa, muito menos, de julgar sua relevância. Logo, a supremacia de força está associada às percepções dos policiais, imersos em situações específicas, como diante do uso de álcool e drogas por outras pessoas e confraternizações, e locais específicos, como zonas de crime ou não.

Percebe-se também que, tanto quanto o contexto, as características e os comportamentos dos abordados influenciam na supremacia de força policial. Perguntado sobre as características e comportamentos das pessoas em situação de abordagem, o tenente 2 respondeu:

São os estereótipos. Esses camaradas que andam com a pulseirinha verde, amarela e vermelha, no braço ou no pé. Vou falar com você que 99% das pessoas que eu abordei e tinham essa pulseira, se não estavam com droga... Você pergunta: “Você usa droga? Pode falar, só, usar droga não é crime, não, só quero saber se você usa”, alguns falam que não. Outros realmente admitem: “Não, eu uso maconha”. Então, a maioria daquelas pessoas que usam aquelas pulseiras usa [algum tipo de droga].

Na verbalização anterior, nota-se que há características que podem indicar indivíduos suspeitos, tais como aquelas que constituem estereótipos conhecidos no meio policial e são fortes indícios de criminosos, de pessoas associadas ao crime, ou de pessoas que são coniventes com ele.

Todavia, vale ressaltar que todos os policiais entrevistados mostraram grande preocupação quanto a não criar estereótipos preconceituosos, pois, na visão deles, bandidos não têm estereótipos fixos, apesar de haver certa recorrência de algumas características. A fala a seguir reforça tal preocupação: “temos de tomar um cuidado danado para não formar esse estereótipo, em que pese a maioria dos abordados. A gente nunca pode chamar isso de regra”.

Como não há estereótipos fixos, a observação do comportamento do outro e da situação servem de suporte para a decisão de abordagem. Ainda assim, comportamento e circunstâncias são fatores interligados. Pode-se perceber essa relação na seguinte fala, proferida, ainda, pelo tenente 2:

Camarada com roupa do Bob Marley, aqueles “cabelão” rastafári. Camarada de jaqueta nocalor, ele está levando uma arma, na maioria das vezes. Tatuagem no

corpo. Mas nem por isso. Tem policial tatuado, tem juiz de direito tatuado, professor de faculdade, inclusive, tatuado. São pessoas que, dependendo do local, de onde estão, carecem de uma abordagem para conferir. Um local escuro, ermo, um lugar onde outros estão ocorrendo, e o camarada está lá, tranquilo. O que ele está fazendo ali? Às vezes, o camarada parado na porta de um comércio por muito tempo gera uma suspeita sobre o que ele pode estar fazendo ali. Um condomínio fechado, uma rua sem saída, um camarada que não é conhecido. Aí, dependendo da circunstância e local em que ele é achado, a gente suspeita. Além da verdade, o bom policial é aquele policial intrometido mesmo, que quer saber de tudo. É aquele policial xereta. Nessas andanças, ele flagra muita gente. Vendo um camarada parado em um determinado local, [pergunta-se]: “o que esse cara está fazendo?”.

Percebe-se, na fala anterior, que há uma ligação clara entre o contexto, isto é, local mais situação, e fatores relacionados ao suspeito, ou seja, características mais comportamentos. Ao sinalizar que não há estereótipos fixos, o policial participante associa contexto a estereótipos e comportamentos. Em outras palavras, na seleção do indivíduo para abordagem, há uma ligação clara de suspeição *a priori*, formando uma cena percebida que indica necessidade de uma abordagem, como se evidencia nos seguintes trechos: “[...] são pessoas que, dependendo do local, de onde estão, carecem de uma abordagem para conferir. [...]”, “[...] dependendo da circunstância e local [...]” e “[...] vendo um camarada parado em um determinado local, [o bom policial pergunta-se]: ‘o que esse cara está fazendo?’”. Em seguida, no curso da abordagem, caberá à equipe decidir as ações subsequentes.

Adelegação das funções em uma equipe foi quase sempre retratada como uma extensão das atribuições do policial que estiver no posto de comandante da guarnição na ocorrência. Alguns agentes foram questionados sobre a unidade de comando – a qual consiste no policial que direciona as funções e atribuições de todos os componentes do grupo, incumbindo-se de direcionar a força da equipe –, entre os quais o subtenente entrevistado respondeu da seguinte forma: “é uma boa pergunta. [A unidade de comando] é o [policial] mais antigo. É a pessoa mais capacitada. É o comandante da guarnição quem toma linha de frente, na verdade, nas ações”.

Todavia, foi também verbalizado por ele que, se o comandante da guarnição não estiver preparado para um determinado caso e, dentre seus subordinados, houver algum que domine a técnica necessária na situação, ele pode permitir que seu subordinado o assessor: “há determinados casos em que a pessoa que detém a técnica pode assessorar o [policial] mais antigo”. Questionado sobre o termo “pessoa mais capacitada”, usado em referência à unidade de comando, o subtenente respondeu: “[é aquela] em condições de estar realizando aquela abordagem no momento, ou experiente, ou que tenha habilidade para lidar com tal situação,

naquele momento. A responsabilidade, a iniciativa, é sempre do comandante da guarnição”. O sargento 1, por sua vez, disse:

Eu posso estar na ocorrência [de sequestro, por exemplo]. Aí, vem um sargento do GATE [Grupo de Ações Táticas Especiais] que já fez o curso de negociador. Então, naquela situação, ele é o mais adequado para estar conversando com o ofensor. Ele vai assessorar o comandante, e o comandante, que não é bobo, logicamente vai acatar o que [disser] o militar que detém a maior técnica.

As falas anteriores apresentam uma série de indícios relevantes sobre o comando da guarnição e sua atividade, de central importância para a ação policial. Em tal função, o agente deve ter capacidades e habilidades diversas, como as citadas pelo subtenente entrevistado, além de postos e graduações diferentes. O comando da guarnição é ocupado, geralmente, por sargentos, subtenentes ou tenentes, com experiência variando entre treze e trinta anos de patrulhamento.

Na fala do sargento 1, fica mais evidente a função do comando, exemplificada com uma situação de sequestro. Embora o comando da operação possa estar sob as ordens do agente entrevistado, que tem trinta anos de experiência na PM, ao chegar um policial com menos tempo de serviço, mas com capacitação para aquela situação, ele pode permitir sua intervenção e assessoria na ação, sem, entretanto, que tal policial tome a frente do comandante, como se percebe no seguinte trecho: “aqueles que detêm determinados cursos podem até tomar frente em uma determinada ocorrência, mas nunca tomar por cima [das ordens] do comandante. Ele [o agente mais capacitado] vai assessorar o comandante”.

Como dito anteriormente, a atividade policial, apesar de coletiva, ainda é uma hierarquia e, a depender do comandante de guarnição, o uso da força pelo grupo pode ser maior ou menor. Procurando-se entender melhor o primeiro aspecto, interpelou-se o tenente 1, que respondeu da seguinte forma:

“Pulo de gato”, aqueles pormenores, que vão fazer a gente estar entrosada, como quando eu trabalhava de sargento: “olha, o primeiro a descer é o segurança!”, porque a segurança é o principal, e “quem desembarcar por último vai abordar”. Sem a unidade de comando, a ação está fadada ao fracasso. [...] Ela [a unidade de comando] vai manter a tática. [...]. A arte de comandar é muita coisa. [...]. O comandante da guarnição é quem determina: “fulano verbaliza!”, “sicrano, você faz a segurança!”, “você [outro agente] dá a busca pessoal!”. Mas, para evitar essa perda de tempo, a gente já condicionava a coisa desse jeito. Aí, todo mundo já sabia da sua função antes mesmo da situação, antes de chegar ao local.

A atuação do comando é decisiva para o desfecho da operação. Nota-se que toda a organização da ação *a priori* é feita pelo comandante da guarnição. Alguns trechos presentes na fala do tenente evidenciam a importância das ordens do líder na operação e sua centralidade

em termos de liderança. Além disso, ações antecipatórias mencionadas possibilitam o entrosamento da equipe, necessário ao sucesso da operação e ao surgimento de uma inteligência coletiva na operação. Por outro lado, a incapacidade de conduzir uma operação pode fazer com que os integrantes da equipe excedam os níveis de força, em decorrência da perda de controle da ocorrência.

A possibilidade de reação do sujeito abordado também foi citada pelos entrevistados. Trata-se de um afeto entendido como resposta ao perigo intrínseco à atividade policial que leva, por esse motivo, os agentes a fazerem uso da supremacia de força. Questionados sobre o aspecto imprevisibilidade, o subtenente e o sargento 1 verbalizam da seguinte forma, respectivamente:

Essa questão da reação, na verdade, é até interessante, porque, às vezes, o perigo vem de onde a gente não imagina. Às vezes, uma ocorrência simples se torna complexa justamente por essas questões. Ele [o policial surpreendido pela reação do abordado] vai ter que usar a força não letal, letal ou simplesmente a verbalização.

Exemplado que aconteceu comigo: levei uma facada de uma testemunha, sem saber que ele [a testemunha] era foragido.

Nas verbalizações anteriores, encontram-se indícios que deixam clara a imprevisibilidade da reação do suspeito e do contexto da abordagem. Tal imprevisibilidade justifica o estado de alerta laranja e as táticas de operação antes de se abordar um suspeito. Nesse sentido, se não forem feitos julgamentos adequados e ajustados, tarefas simples podem se tornar complexas, como mencionado por um dos entrevistados. Assim, a norma de conduta policial não dá conta de balizar respostas às reações dos cidadãos, que quase sempre são imprevisíveis e incalculáveis. Somente a experiência na profissão poderá subsidiar a segurança em ação, por meio da qual o policial gere a aplicação da força.

De todas as características da atividade policial encontradas nas análises em campo, a mais relevante e marcante é a capacidade de fazer o uso da força para estimular o cumprimento da lei e da ordem social. O subtenente entrevistado descreve o uso da força da seguinte forma:

Tanto em número quanto em energia [ocorre o uso da força pela polícia]. O número, às vezes, inibe a ação dos meliantes. Nós [policiais] agimos com ação vigorosa, que é a energia policial. Se não tiver uma supremacia de força [inicialmente], problemas maiores nós vamos ter. Será necessária a utilização do uso de força letal.

Na fala anterior, encontram-se fatores relacionados à supremacia de força, como quantidade de agentes numa operação e energia por eles utilizada. Todavia, é verbalizado que, mesmo quando há maior quantidade de policiais em uma abordagem, se a energia da ação não

for adequadamente ajustada e proporcional à reação do indivíduo, a ação poderá sair do controle e, em último caso, levar ao uso de força letal.

Por essa perspectiva, compreende-se novamente a limitação da norma frente às ocorrências policiais, pois, apesar de balizar a quantidade de agentes para cada abordagem, na proporção de dois para cada suspeito encontrado, ela não consegue, embora tente (Figura 4), determinar a energia a ser aplicada na operação. Cabe ao poder discricionário do policial – que não pode ser normatizado porque não se podem prever as ações das pessoas abordadas – analisar o contexto e decidir a força a ser utilizada, a qual depende da relação entre a percepção de risco do agente e as respostas do suspeito.

Quem determina o nível de força com que a gente [a polícia] vai agir é o abordado. Se você [o suspeito] é um resistente passivo e você elevou o seu nível para resistente ativo, querendo me agredir, você me legitimou a usar um gás de pimenta. [Se] você sacou uma arma para mim, você me deu o direito de usar [a minha arma]. O nível de força, quem determina é o abordado, porque nós [policiais] vamos trabalhar na paridade de força. Numa situação dessas, [se] o camarada pegou a mão num bastão, você [policial] pega também. [Se] ele pegou uma faca, você utiliza o instrumento que você tinha na hora para resolver [em menção ao uso da arma].

Analisando-se a verbalização anterior, percebe-se que novamente emerge o indício de que o policial analisa o suspeito constantemente, observando seu comportamento. Além disso, quando há agressão ou ameaça, os policiais revidam a provocação em sua forma proporcional, com paridade de poder, ou seja, mão com mão, bastão com bastão, arma com arma etc. Todavia, o instrumento utilizado pelo agente deve ser sempre de potencial superior ou igual ao usado pelo suspeito. Uma vez que o policial a serviço não carrega consigo faca, em caso de agressão com tal objeto, ele deve utilizar arma de fogo, como se nota ao final da fala do tenente. Nesse sentido, qualquer instrumento que seja utilizado pelo policial para trazer à normalidade a situação em que o suspeito atente contra a vida do agente ou de terceiros é legítimo. Até mesmo uma caneta, como citado anteriormente, pode se tornar arma de defesa para o policial.

A relação entre supremacia de força e suas cinco subcategorias, a qual inicialmente se havia apresentado como linear, mostrou-se de outro formato, com fatores mais interligados, conforme se observa no Quadro 6.

Quadro 6– Descrição das características emersas das subcategorias

Subcategorias	Características verbalizadas
Local/situação	Local escuro;local ermo;localondeos outros correm eo suspeito permanece calmo;porta de comércio onde por muito tempo o suspeito permanece;condomínio fechado e rua sem saída onde se encontra alguém não conhecido pela vizinhança;local onde se faz uso de bebida alcoólica e onde as pessoas têm seus estados alterados; local onde se faz uma confraternização; local onde se passa o tempo
Comportamentos dos suspeitos	Usode pulseira verde, amarela e vermelha, no braço ou no pé;uso de roupa do Bob Marley;uso de cabelosrastafári;usode jaqueta, apesar do calor; tatuagem; permanência em um determinado local(fator conectado às características do local/situação)
Imprevisibilidade	Origem do perigo não prevista; ocorrência simples que se torna complexa;agressão não prevista de testemunha(fator conectado ao comportamento)
Uso da força	Nível de força usado pela polícia determinado pelo abordado;força proporcional; resistência ativa legítima ou uso de força pela polícia(variável conectada ao comportamento e à imprevisibilidade)
Unidade de comando	Exercida pelo policial mais experiente;assessorada pelo policial mais capacitado para determinada operação;de responsabilidade e iniciativa do comandante da guarnição

O significado básico desse quadro é apresentar uma descrição de características atribuídas como suspeitas pelos policiais participantes. As características e convenções sociais construídas definem o modo de vida dos agentes no mundo. Portanto, quando se analisa uma forma de vida, se deve fazer um exame detalhado dos comportamentos em ação, procurando entender o que os motivou e quais informações são relevantes do ponto de vista do profissional naquele momento. Esse é o objetivo da próxima seção.

5.2. ANÁLISE DA ABORDAGEM EM AÇÃO: O VÍDEO TRAZENDO CONFRONTOS

Olha, o que faz a gente escolher são as atitudes
Balizador entrevistado

A decisão de parar um veículo exige do policial balizador a habilidade de detectar traços de suspeição nos indivíduos. Tais traços são comportamentos, características e movimentos, às vezes sutis, considerados pelo agente como indícios de nervosismo ou de medo e que representam, a seus olhos, motivo de desconfiança. Considerando-se a subjetividade envolvida na seleção desses indivíduos, a atividade do balizador torna-se complicada de ser realizada.

Segundo o balizador entrevistado, dentro dos limites da operação – que, para ele, não se restringem à área localizada entre os cones³²(Figura 6) –, há uma faixa em que sua atividade

³²Os limites da operação, para o agente, compreendem toda área que sua visão pode alcançar.

de detecção pode ser melhor executada: “daqui, nós [balizadores] temos um campo bom de visão em relação aos carros que vêm. Pela minha visualização, já se começa a ter um pouquinho de ‘maldade’ [cujo significado será explicado mais adiante]”.

O balizador permanece a maior parte do tempo em que realiza sua atividade nesse lugar, posicionado sobre a faixa central e andando de um lado para o outro. Como se caminhasse sobre uma linha imaginária, ele não se afasta dali. Ora anda na direção dos carros que se aproximam, distanciando-se da equipe, ora anda na direção dos seus colegas, distanciando-se dos carros, sempre com a intenção de proporcionar segurança à equipe: “é [necessário que seja] um local que consiga dar segurança a toda a equipe”.



Figura 6 – Posição do balizador no centro da pista de rolamento (acervo do autor, 2016)

Analisando-se as falas do balizador, nota-se que a posição do agente na abordagem é fundamental para estabelecer um campo de visão significativo em relação aos suspeitos e à própria equipe, dado que isso possibilita com que ele perceba detalhes sobre o outro, resultando ou não em suspeição. A habilidade de perceber tais detalhes é entendida pelo agente como “maldade”.

Segundo o balizador, o campo de visão significativo “possibilita dar segurança a toda a equipe”. Nesse primeiro contato, sua atenção é direcionada a dois pontos principais: os colegas de equipe e os veículos que se aproximam: “olha o que eu faço. Sempre tenho que ficar atento com a minha retaguarda, com quem está chegando. Tenho de ter visualização dos PMs e dos veículos”. Percebe-se que, ao analisar o contexto, ele permanece olhando, por algum tempo, para cada ponto e reexamina suas observações constantemente, julgando-as a partir de sua própria percepção.

O balizador atribui a essa posição o título de “lugar ideal”, que garante, caso necessário, o ajuste de foco. Na entrevista em autoconfrontação, ele explica a importância de tal posição e sua preferência por ela devido à boa visualização que ela oferece. Para o agente, esse lugar é o ponto onde sua atenção pode ser melhor direcionada quando solicitada pelos

membros da equipe ou pelos veículos que se aproximam, evitando que sua visão permaneça em um único foco.

O balizador, constantemente, aponta para o vídeo, indicando que, quando quer visualizar melhor os carros, dirige-se ao primeiro cone, quando quer visualizar melhor os abordados, dirige-se na direção dos colegas. Ele relata o seguinte sobre esse dado: “onde eu posso olhar para todas as pessoas envolvidas na operação, sem nunca ficar com a visão em foco. Por exemplo, só olhando [a partir] desse carro. Se você reparar, eu sempre fico andando de um lado para o outro, e isso é para poder ver melhor”. Para descrever esse lugar, ele verbaliza.

Repara no lugar em que eu estou. Eu estou do lado esquerdo da pista, afastado, em cima da faixa central. Este é o local ideal, de onde consigo ver os veículos que estão chegando, os PMs e a minha retaguarda. Repara que eu fico girando e olhando a todo momento os carros, os abordados, os pedestres, o mato. Se reparar bem, eu não fico olhando em uma única direção.

Para o balizador, é preciso ter “foco” nas observações. Isso significa, em sua perspectiva, manter-se atento a sinais específicos, sem deixar de observar o contexto. Ele observa que seus colegas vistoriadores, ao contrário dele, ficam presos em um único foco, deixando de lado o contexto. Segundo ele, “visão em foco é você ficar olhando só para o indivíduo abordado, como no caso dos vistoriadores. Se você reparar, vai ver. Olha os policiais que estão falando com os condutores. Eles estão focados conversando com o condutor, nem observam o resto”.

Devido a essa percepção, o balizador atribui a si mesmo a função de garantir a segurança dos colegas policiais, dado que estes se apresentam, de acordo com ele, sem atenção ao contexto. Isso faz com que o agente direcione toda sua atenção ao ponto por ele chamado de “resto” à medida que o contexto solicita, e, ao mesmo tempo, deixa de lado outros. Em outras situações, isso se repete. Ele descreve seu comportamento indicando que, quando todos os vistoriadores estavam ocupados, sua atenção se voltou para a proteção deles e, quando não estavam necessariamente vistoriando, sua atenção se voltou para os carros que então se aproximavam.

Assim, o balizador se concentra em um recorte do contexto que lhe é apresentado. Ele é solicitado a buscar determinados pontos e, à medida que o faz, concentra-se tanto em alguns, que acaba se esquecendo de outros. O agente prioriza alguns pontos suspeitos, deixa outros de lado e seleciona determinados problemas a serem resolvidos: “eu estou olhando para os carros que estão vindo, quem está passando atrás, os ocupantes dos veículos. Como aqui é um lugar de mata, tenho de olhar para o mato, lugar de onde pode vir alguma agressão. Nunca manter

um único foco, senão pode acontecer fuga”. Questionado sobre o que o faz priorizar determinados pontos enquanto deixa outros momentaneamente de lado, o agente me indicou os momentos em que sua atenção foi requerida e as direções de sua perspectiva.

A respeito dos veículos que se aproximavam, o balizador verbalizou a escolha e a parada do cidadão motociclista que havia sido abordado em determinado momento da operação se deveram a seu julgamento, que lhe indicou motivos de suspeição: “o fato de parar e escolher essa moto, eu a escolhi porque ela me gerou suspeição no momento”. Para ele, a seleção se baseia em critérios de relevância advindos das percepções geradas sobre as reações dos cidadãos. Somente a partir dessa percepção, o agente seleciona o veículo: “tenho que definir se aquele suspeito que esteja vindo é ‘bom’, [se] compensa abordá-lo ou não, se não esboçou nenhuma reação de medo ou nervosismo...”.

O balizador parece acostumado a selecionar os cidadãos suspeitos: “agente vai pegando as ‘maldades’ da seleção”. A “maldade” o faz se atentar aos movimentos e traços de nervosismo, comparando constantemente o que é visto com suas experiências e vivências. Em um movimento de inclusão e exclusão de pontos, recomeça o ciclo de análise a cada nova sequência de seleção, sobre cada veículo que passa diante dele. Nesse sentido, reforçando o que já foi dito, a “maldade” é entendida como a habilidade de selecionar os chamados “suspeitos bons”.

Na perspectiva do agente, “suspeito bom” é aquele que esboça alguma reação estranha no momento em que visualiza a operação: “ele viu a *blitz*, eu vi. Ele foi e deu aquela reduzida atrás do carro. Se você reparar aqui, você vai conseguir ver essas movimentações. Você sente aquela ‘tremida’, aquela ‘escondida’. Quando eu percebo isso, eu já dou o sinal para abordar”. A seguir, é representado o movimento de “escondida”, considerado pelo agente como uma reação que levou à suspeição em relação ao condutor e à sua consequente parada (Figura 7).



Figura 7 – Movimento de suspeição chamado de “escondida” (acervo do autor, 2016)

O pesquisador, outra vez, interpela o balizador sobre o aspecto “sentir” por ele verbalizado. Observando com atenção exatamente um momento que solicita tal aspecto, o agente explica: “é perceber a reação do camarada quando ele está chegando na operação, aprender a selecionar a pessoa”. Pode-se entender que sinais ou estímulos perceptuais solicitam sua atenção. Quando esses sinais são confrontados, emerge a relevância entre o observado e o percebido. Vale ressaltar que, sem a orientação do balizador, indicando ao investigador o que olhar, este não saberia o que ver nas cenas.

Para o balizador, o motociclista selecionado emitiu um sinal: “a pessoa dá um sinal, você sente”. De alguma forma, o agente atribuiu sentido e significado a esse sinal, que foi ganhando outros contornos à medida que novos indícios surgiam. Ensinando o pesquisador a olhar, ele o convida a ver o que ele vê: “se você olhar aqui [apontado para o vídeo]... Olha a freada. [O suspeito] não sabe se vai ou se volta. Olha o cara freando. Aí, está vendo? [O suspeito] não reduz. Não sabe o que faz. Escondendo-se... Esse tipo de comportamento, temos de ver”.

São muitos os detalhes que o balizador tem de perceber ao selecionar: freadas bruscas, erros de marcha, “afogamentos” e “escondida” de veículos, movimentos suspeitos dentro dos carros etc. Quando o policial se deparou com um desses deslizes, selecionou o motoqueiro, que, para ele, demonstrou nervosismo e desconforto. O agente verbaliza sobre o caso: “olha esse motoqueiro [apontando para o vídeo]. Pelo nervosismo que eu senti [nele], eu o parei. E por isso ele vai ser parado, para [eu] saber o que está acontecendo”.

A sequência do processo decisório do policial consiste numa escala de percepções que vão se somando, a começar pelo primeiro contato visual, “quando ele [o suspeito] avista o cone [que indica haver *blitz*]”. Em seguida, o agente passa a constantemente observar o outro, procurando sinais que indiquem ou classifiquem o suspeito como “bom”. Foi assim que ele logo percebeu que o motoqueiro abordado apresentava traços de suspeição: “você vê que ele [o motoqueiro suspeito] deu aquela ‘manota’, não diminuiu a velocidade, já veio na pressão, ‘vou passar, vou passar’, escondendo-se”.

Segundo o balizador, quando os suspeitos trazem consigo materiais ilícitos, os sinais que os indicam são muito mais evidentes, dada a pressão psicológica sofrida pelo criminoso: “se ele [o suspeito] estivesse com droga, arma ou qualquer coisa, a pressão seria tanta que o cara travaria todo”. Uma vez que, no caso, o traço percebido não foi, em sua perspectiva, tão discrepante, de imediato foi possível induzir que o abordado não portava nenhum ilícito, o que resultou apenas em uma abordagem para verificação: “fui eu que fui abordá-lo. Olha a

adrenalina do cara. ‘Isso vai gerar uma abordagem’. Eu vi que ele visualizou, já teve aquela atitude”.

Segundo o balizador, a seleção se deu por dois motivos: os indícios que emergiram quando o suspeito viu o cone, e o modelo da moto que ele conduzia (Honda XRE-300). De acordo com o agente, esse modelo é muito recorrente em furtos na cidade. Na autoconfrontação, o policial me apresentou um exemplo para me explicar essa relação.

Vi [em outra situação] um cara de moto [do mesmo modelo]. Ele fez arotatória certinho e desceu em direção à rodoviária. Mas eu cismeiei. Eu o segui e parei a moto. “Alguma coisa de errado tem”. Quando fomos ver, [a moto estava] sem lacre de placa. E isso [essa percepção], só com o tempo. Tirocínio é como se fosse uma intuição. Cidadão comum, quando fica andando, geralmente ele não presta muito a atenção nas mãos, na cintura, no movimento. Nós, os policiais, somos totalmente o contrário. A nossa mente passa a ser condicionada a buscar algo com que as pessoas de bem [civis] não tem preocupação.

Ao abordar o motociclista, o balizador se deparou com a seguinte configuração. Havia dois veículos abordados mais uma moto. Contudo, não havia policiais para vistoriar o motociclista, a não ser o próprio balizador (Figura 8), o que fez com que ele decidisse atuar diretamente na abordagem ao motociclista.

Para o balizador, sua atividade é a função mais difícil envolvida na operação, dado que, além de selecionar os veículos que irão parar, há atribuições simultâneas, como ser o “segurança da equipe” e o “auxiliar dos vistoriadores”. Isso pode ser percebido em sua verbalização: “eles [os colegas vistoriadores] estão abordando aquele carro, e eu abordei esta moto, sozinho. Então, eu auxiliei em mais uma abordagem”. Segundo o agente, seu deslocamento sobre a faixa central é decorrente dessa dupla finalidade. A seguinte verbalização, extraída de sua autoconfrontação, deixa claras as funções pelas quais o balizador é responsável e o papel da equipe durante a operação.

Eu sou o segurança de toda a equipe. Eu auxilio na seleção de todos os suspeitos. Todo mundo já tem o seu papel bem definido. Fica mais fácil de a gente trabalhar assim. A equipe é experiente, já sabe trabalhar. Então ele [apontando para o colega] já tem um papel definido. Não é preciso ficar mandando mais. Treinamos ao ponto de fazermos [a operação] pelo hábito. Eu fico especialmente aqui, nessa área de abordagem [mostrando o centro da pista], porque é uma área em que pode ter um conflito e, posso prestar atenção ao redor deles.



Figura 8– Direção do olhar segundo a expressão “ao redor deles” (acervo do autor, 2016)

Segundo o balizador, a decisão de atuar, naquela situação, como vistoriador se deu por duas razões: primeiro, porque ele se julgava no dever de proteger seus colegas de operação, como se percebe na fala: “nesse caso, eu não podia deixá-los sozinhos [os policiais]. Olha a equipe de costas para o abordado, sem proteção alguma”; segundo, porque ele visava “aumentar seu desconforto” [do abordado] (Figura 9).

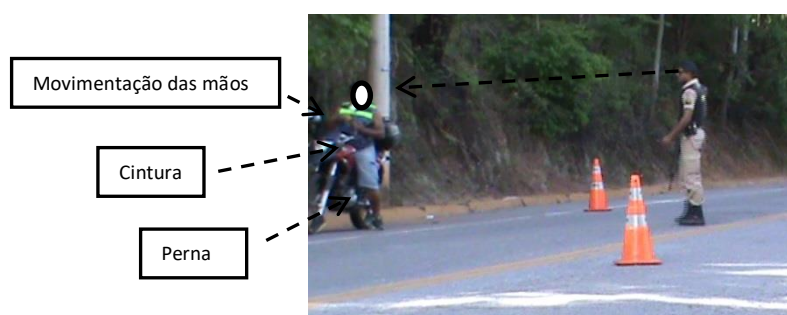


Figura 9– Pontos de atenção ao verdadeiro suspeito abordado (acervo do autor, 2016)

Foi perguntado ao balizador o que ele olhava e o que via no cidadão selecionado, nesse momento da abordagem. O agente indica que, nesse caso em específico, ele imediatamente excluiu a presença de arma e de volumes suspeitos em posse do abordado, dada sua vestimenta: “nesse caso, como está de moto, eu já vi a vestimenta, a postura... Praticamente impossível de estar armado. Você já olha e já identifica”. A cintura e as mãos foram os pontos que o fizeram perceber esse dado.

Contudo, mesmo descartando a possibilidade de o abordado estar armado, o balizador permaneceu com o olhar fixado no suspeito: “até ver [ter certeza] se o cara é de bem mesmo... Não sei se você reparou, mas eu não tiro o olho [de cima] dele. Sempre atento”. Aqui, ele não mais é um balizador, mas um vistoriador, que assumiu essa função priorizando a segurança dos colegas que estavam ocupados.

Quando vai ao encontro do motociclista, seu colega vistoriador, que acabara de realizar sua atividade precípua, percebe, de algum modo, a falha na configuração da equipe e, por isso, assume a posição de balizador. Essa mudança de função no curso da abordagem fez

com houvesse mudanças na movimentação, com o objetivo de, na perspectiva do balizador, manter a segurança da operação: “eu auxiliei em mais uma abordagem, mas repara que esse outro policial [apontando para o vídeo?] já vem e toma a postura de segurança no meu lugar”. A segurança aparece como uma regulação coletiva, em que a gestão de risco é compartilhada pelo balizador e pelo vistoriador. O interessante é que esse movimento aconteceu sem diálogo ou sinal entre os agentes (Figura 10).

O auxílio é, para o balizador, um ponto crucial para a segurança dos companheiros. O agente descreve que sua movimentação e de seus colegas foi decisiva na garantia de sucesso da operação: “[...] repara que esse outro policial já vem e toma a postura de segurança no meu lugar. Sempre, abordagem com segurança é o nosso foco”. Nesse sentido, para se realizar uma boa operação, são necessárias, segundo o policial, “tranquilidade” e “técnica”: “toda a atividade que agente está realizando é pautada pela técnica, mas sem afobação, porque, nesse serviço, a gente não tem que ter pressa, tem que ter paciência”.



Figura 10 – Movimentação do balizador e do vistoriador objetivando a segurança (acervo do autor, 2016)

Como dito, o balizador, nesse momento, tem toda sua atenção voltada para o motociclista. Aspectos como jeito, mãos e corpo suspeito são pontos de atenção explicitados nas autoconfrontações. Segundo ele, na conversa que teve com o cidadão, este não apresentou mãos trêmulas ou falas pastosas quando lhe foi solicitada a apresentação dos documentos, o que indicou ao agente sobriedade e tranquilidade, diminuindo suas suspeições e culminando na descaracterização da suspeita, após a verificação dos documentos e leitura da placa.

Nesse momento, sua atenção se volta novamente para os carros que se aproximam, excluindo o motociclista como ponto de atenção, e ele retorna à atividade de balizador (Figura 11).



Figura 11– Olhando a aproximação dos carros (acervo do autor, 2016)

O veículo que se aproxima da operação, desta vez, é um carro. O agente verbaliza: “depois de auxiliar meus colegas, agora eu volto para a posição de balizador... definir se aquele carro que está vindo é ‘bom’ para parar”. Logo, ele retorna à posição assumida no centro da pista, indo em direção aos colegas, dado que, para ele, é uma posição que melhor se adequa à verificação dos carros que se aproximam. Contudo, a análise dos comportamentos que acontecem dentro de veículos é vista por ele como de mais difícil realização e o erro na seleção, mais comum. (Na autoconfrontação, como era de se esperar, o balizador também apresentou dificuldades na leitura de indícios de suspeição nos condutores. Essa dificuldade o fez se lembrar da importância de sua posição, uma vez que esta favorece a visualização dos ocupantes.)

A dificuldade de observação leva o balizador a adotar outra estratégia de seleção. Assim, ele escolhe o veículo vermelho observando os seguintes critérios: quantidade, sexo e idade dos ocupantes. Segundo o agente, “três, quatro pessoas dentro do carro, que não deu para eu ver de longe, então eu tive de parar aquele carro para ver... Às vezes, eu já vejo um carro vindo com uma mulher, ao lado um senhor ou uma criança. Então eu não vou parar esse carro. Mas, neste caso, eram três caras”. Contudo, surge outro carro com diversos homens, e ele decide não pará-lo. Quando questionado, o policial verbaliza: “agora eu não vou parar mais do que dois veículos. O nosso número é reduzido”. Ainda segundo ele,

Eu mantenho um ou dois carros, no máximo, pois tenho segurança de estar visualizando [o contexto], porque eu sou o segurança deles [os meus colegas de operação]. Eles estão com a atenção voltada para os carros. Eles não têm essa segurança. Essa segurança, quem a dá sou eu. Eu estou ali para fazer a segurança deles.

Por um breve momento, não passam mais veículos na pista de rolamento, e o balizador olha para o mato (Figura 12). Quando perguntado sobre o que lhe chamou a atenção, ele descreveu: “ouvi um barulho no mato. Era um galho que estava quebrado. Mas a gente tem que ficar esperta. A gente é acostumada a ficar assim. Alerta laranja”.



Figura 12 – Olhando o mato (acervo do autor, 2016)

Como o balizador acabou de descartar o motociclista como suspeito, o barulho do mato como ameaça, e não há carros se aproximando, sua atenção é direcionada para outro ponto, os pedestres (Figura 13). Num deles, chamaram a atenção do agente o uso de “calça tadel” e “chinelo havaiana” e a “mão fechada”. De acordo com o policial, esse tipo de vestimenta é recorrente entre usuários e traficantes de drogas da cidade. Ele relata que não havia percebido no pedestre nenhum movimento ou ocultação que lhe solicitasse fazer uma abordagem, mas decidiu observá-lo por um momento, analisando-o, para descobrir suas intenções:

Costuma a pessoa estar andando e com a mão fechada, você [enquanto policial] imagina que tem uma bucha de maconha. Esses dias, estava em patrulhamento e flagrei um cara com a mão assim. Na hora em que eu o enquadrei [ordenando] “mãos na cabeça!”, o cara [estava] com a mão cheia de pontos. Ele estava ficando mais com as mãos fechadas, dando a entender que talvez tivesse alguma coisa, mas o cara não tinha nada. Você pode me perguntar: “então tudo que você vê com a mão fechada vai te gerar suspeição?”. Eu te respondo: não. São tipos de situações em que você vai acabar abordando: cabelinho amarelo, sobancelha talhada... Pode até não ser [bandido], mas acaba assumindo um ar de suspeito.



Figura 13– Policial observando os pedestres (acervo do autor, 2016)

Dado que o balizador citou o vistoriador, procurou-se entender sua atividade também.

O vistoriador (Figura 14) descreve aspectos inerentes ao processo de vistoria por ele desenvolvido, destacando os mais relevantes no que diz respeito a seu julgamento e papel na equipe. De acordo com suas verbalizações, a atividade por ele desempenhada auxiliou coletivamente na operação. Segundo o agente, a posição que ele assume na operação é fundamental para a segurança da atividade, dado que, no momento da aproximação de veículos, adquire condições posturais que possibilitam a identificação de gestos tidos como

suspeitos: “na verdade, essa posição que assumo é uma posição segura. É para a gente conseguir selecionar os indivíduos suspeitos. É uma postura mais para segurança mesmo”.



Figura 14–Vistoriador 2: 3º sargento (7), com vinte anos de profissão (acervo do autor, 2016)

O vistoriador, assim como o balizador, estabelece uma linha média sobre a qual permanece durante toda a atividade. O sentido de aproximação, para ele, é da parte de trás para a da frente do carro, o que possibilita visualizar o motorista e os gestos que este executa: “se você notar, esta posição me possibilita ver toda a operação policial, além de me permitir visualizar dentro dos veículos, os ocupantes”.

Segundo o vistoriador, a posição final do seu movimento é localizada entre as duas portas do veículo. O agente verbaliza que não espera até chegar a essa posição, ao lado do veículo, para começar a observá-lo. Como em uma operação de fatiamento com o olhar, o policial acompanha uma sequência de “pontos de atenção”, constituídos pelo assoalho do banco traseiro do veículo, pelo seu porta-luvas e pelas mãos do motorista: “quando estou vindo [em direção ao veículo], eu já vou analisando essas coisas, as mãos do motorista, o banco e assoalho traseiros, o porta-luvas também é um lugar de grande perigo, pode ter armas”.

Além de possibilitar a visualização por fatiamento, a posição assumida pelo vistoriador, na barra central, é, segundo o agente, “confortável” para ele e “desconfortável” para o motorista, uma vez que este, para visualizar o policial, tem de rotacionar o tronco (Figura 15). Nas palavras do vistoriador,

“Se você olhar, o motorista teve de ir até o porta-luvas para pegar os documentos, e só depois, ele se vira e me os entrega. Esse movimento é longo e desconfortável para ele. Isso é bom [para o vistoriador]. Se um ocupante pegar uma arma no porta-luvas do carro, localizado ao lado direito, e direcioná-la para mim, o movimento vai ser muito maior. Essa posição é segura para mim, mas desconfortável para o suspeito”.

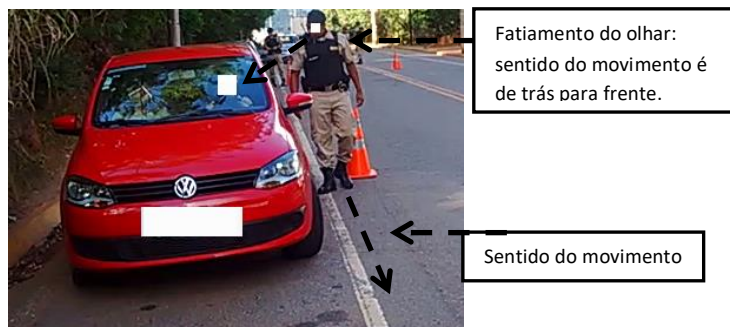


Figura 15– Posição de aproximação do vistoriador, sentido do movimento e pontos de atenção (acervo do autor, 2016)

Quando questionado mais especificamente sobre a posição assumida, o vistoriador respondeu:

Ali [na posição assumida], eu estou de lado para ver a movimentação do indivíduo dentro do veículo, se tiver alguém suspeito armado e que possa estar tentando surpreender a gente. Eu estou em uma posição que me possibilita uma boa visão de dentro do veículo e do suspeito.

Segundo a indicação do vistoriador no vídeo, a posição mais adequada é entre as duas portas do veículo, na barra central, que é considerada pelo agente o ponto “seguro”, dado que, em caso de reação, é possível brigar-se rapidamente atrás do carro. Prosseguindo com a inquirição, o pesquisador estimula a confrontação, focalizando, primeiramente, a movimentação do indivíduo no veículo:

Eu quando o condutor abriu o porta-luvas para pegar os documentos. Eu sempre fico atento a esses movimentos. Mexe na cintura, fica inquieto [o suspeito]. Há possibilidade de estar escondendo alguma arma de fogo ou volume suspeito. Quando eu venho caminhando nessa direção [da parte de trás para a parte da frente do carro], eu já vou vendo isso. Na conversa com o cara, eu fui verificando o odor, cheiro de bebida, cheiro de maconha, a forma de ele conversar, se estava com a conversa arrastada, uma voz pastosa, lenta. É instintivo. Dificuldade de o cara manusear documento... Neste caso, estava tudo OK. Não percebi nada disso.

Em seguida, o pesquisador busca saber mais a respeito da forma de conversar do suspeito:

A pessoa geralmente não consegue simular a fala. O gesto, às vezes, o cara trava um pouco, mas a fala, o cara vai começar a gaguejar, não tem segurança, geralmente ele pensa um pouco para falar, ele não fala de imediato. [...]. Aquela coisa de que você desconfia, como se fosse uma aura negativa na pessoa, você, como policial, vê, e o cidadão comum não acredita. Mas é diferente. Você não sabe porque você cismou com aquele suspeito. Nesse caso em específico, não teve nada disso, conversei e não vi nada demais.

O pesquisador questiona o vistoriador sobre em que consiste o “nada de mais” por ele verbalizado:

Quando o cara [suspeito] está errado, o cara esboça uma reação estranha. O cara treme, começa a gaguejar, você pede o documento, e o cara o entrega de uma forma nervosa. Aí você começa a ver. Quando você começa a sentir isso, vai te dando um indício de estar dando mais uma verificada naquele suspeito. São coisas que você vai aprendendo.

A confrontação exibiu os pontos de atenção que mais se apresentaram como relevantes ao vistoriador: porta-luvas do veículo abordado; movimentos bruscos, cintura e comportamento inquieto do abordado; e volume suspeito. Segundo o agente, o diálogo com o suspeito, em cujo momento ele pôde estar mais próximo do veículo, possibilitou-lhe identificar certos odores e falas que, para o policial, apresentam-se como importantes para a caracterização de suspeição. Assim, foi-lhe indagado sobre a forma de conversar do condutor, incluindo-se o conteúdo da conversa e quais as respostas dadas pelo suspeito que se mostraram fundamentais para a percepção do vistoriador. Ele responde:

Cheguei e [cumprimentando] “boa tarde!” solicitei documentação. [Perguntei-lhe] para onde ele estava indo e de onde vinha. Ele estava vindo da cidade “x” sentido BH. São coisas que a gente vai perguntando para ver se confronta alguma informação, para ver se ele fica nervoso. Depois, eu verifiquei a documentação, está vendo [apontando na direção do vídeo]? Pego os documentos e vou atrás do carro e verifico se os dados estão batendo com o documento. Não vi nada [estranho], estava tudo certo.

Percebe-se, pela confrontação, que a fala é usada a todo momento pelo vistoriador, em um movimento constante de confrontação entre as percepções e as sensações que o policial tem acerca do suspeito. Ela possibilita ao agente diminuir as desconfianças ou reforçar a suspeição em relação ao abordado. A estratégia do diálogo com o outro garante ao policial um momento de interação, que facilita a percepção e detecção de comportamentos suspeitos, das quais decorrem o aumento ou a diminuição da suspeita em relação ao abordado, melhora a precisão de suas análises e torna a abordagem mais fácil de ser conduzida. O resultado da interação do policial com o abordado é o ajuste da intuição daquele em relação a este, o que culminará em uma ação mais eficaz.

Em dado momento da conversa, o vistoriador coloca a mão no rádio. Quando questionado sobre o porquê daquele movimento e qual a sua intenção com ele, o agente responde:

Eu, naquele momento, usava o rádio na canaleta principal para ouvir as ocorrências gerais, pois pode haver roubos nas imediações, e eu tenho de estar atento ao que está acontecendo. Dependendo da operação, nós podemos ter uma canaleta alternativa entre nós, para eu conversar com o comandante ou o motoqueiro, para poder estar me comunicando com eles. Às vezes, passa um carro aqui que eles não iam parar, mas, como eu observei um volume dentro do carro que passou perto de mim devagarinho, que passou por mim e não dá mais para eu parar, eu comunico com o comando: “ô sargento, para esse carro aí!”.

Pode-se perceber, na fala do vistoriador, que a atividade de seleção não é exclusiva ao balizador; ele também fica atento aos carros que se aproximam da operação. Isso não condiz com a perspectiva do balizador, que acreditava que a visão do seu colega dedicava-se exclusivamente aos condutores dos veículos. Assim, a atividade de seleção e identificação apresenta-se como uma atividade coletiva, em especial, realizada por balizador e vistoriador.

Além disso, o rádio foi usado como ferramenta de auxílio à operação. Para o vistoriador, ele serve para incluir ou excluir características que devam chamar sua atenção e, por meio dele, crimes que ocorrem na região são informados aos agentes em operação: “nessa operação, eu estava usando o rádio na canaleta principal, porque, quando tem crimes na região, ‘sai’ nela [é informada por ela] primeiro. [...] [O rádio] permite que o agente fique sabendo de crimes nas proximidades da operação”.

Assim, emerge a hipótese, proposta por este trabalho, sobre o processo de tomada de decisão a respeito da seleção de um elemento suspeito. A verificação eficaz de tal indivíduo é uma ação situada e contextualizada, resultado do acoplamento adequado das experiências do agente com a situação encontrada. Determinadas regiões – como cintura, pernas, mãos, portavelvas, bancos traseiros e assoalhos – e comportamentos – como nervosismo, gagueira, olhar desviante, fala pastosa, excessiva ou escassa e muita solicitude – são atratores para ação em situação. O ponto-chave da habilidade de verificação são as experiências acumuladas, configurando uma realidade percebida. De acordo com o sargento selecionador:

O que faz a gente escolher são as atitudes. Na maioria das vezes, são as atitudes das pessoas, de ver a operação e tomar aquele baque. Esse tipo de atitude é o que me faz escolher [o abordado]. A moto [seu condutor] se aproveita do carro para se esconder atrás dele, para passar e não ser parada por mim, que estou escolhendo. Dá para desconfiar das atitudes do cara que está vindo atrás do carro. Ele vê a operação, eu sei que ele viu. Então, ele deu aquela titubeada, jogando a moto mais para o lado de lá, escondendo-se da minha posição. Ele me vê e joga a moto para lá. Esse cara, eu já mando diminuir o carro para fazê-lo passar. Então, eu auxiliei em mais uma abordagem. Mas repara que esse outro policial já vem e toma a postura de segurança no meu lugar. Essa operação me dá a possibilidade de desconfiar dele. Eu vou me basear nisso. Olha: carro com grandes quantidades de pessoas, muitos homens dentro, indicamos para parar. Se tem arma, se tem droga, de onde está vindo, para onde vai. [...] E isso [essa percepção], só com o tempo. Tirocínio é como se fosse uma intuição. Cidadão comum, quando fica andando, geralmente ele não presta muito a atenção nas mãos, na cintura, no movimento. Nós, os policiais, somos totalmente o contrário. Até ver [ter certeza] se o cara é de bem mesmo [...]. Não sei se você reparou, mas eu não tiro o olho [de cima] dele. Eu já vi a vestimenta, a postura, mãos trêmulas, fala pastosa. Praticamente impossível de estar armado. Você já olha e já identifica. No caso, não passou de nervosismo, aí o liberei.

O policial usa a estratégia de detecção de aspectos de suspeição, ajustando-a a cada situação, incluindo e excluindo “abertos” de possibilidades, associados às percepções e ações

que aquela situação requer (ver evolução da Figura 16³³ para Figura 17, com base na fala do balizador, apresentando-se o encadeamento da ação 1 a 2). Logo, toda a habilidade em detecção é relativa; depende do contexto e do suspeito.

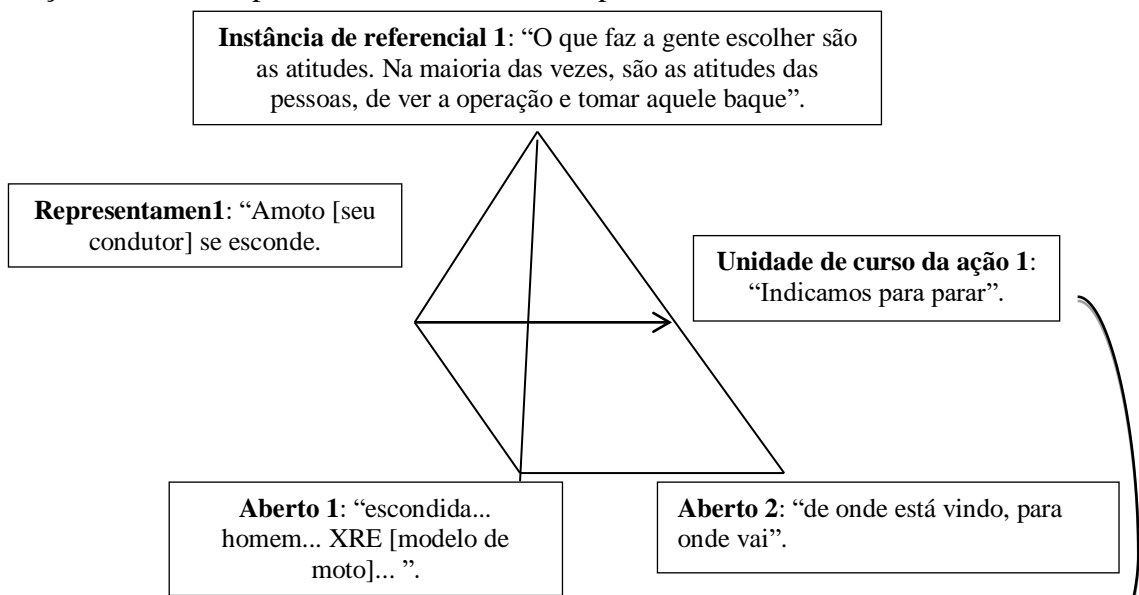


Figura 16 – Encadeamento da primeira ação no cidadão suspeito
Referência: elaborado pelo autor (2017)

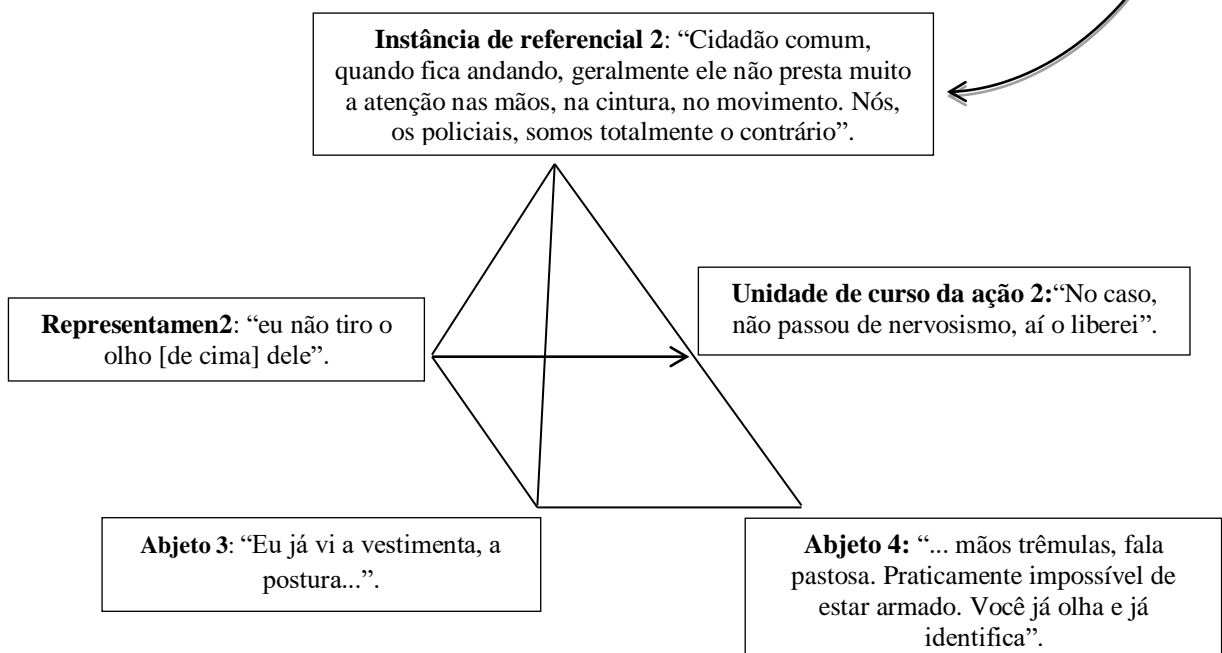


Figura 17: Encadeamento da segunda ação no cidadão abordado
Referência: elaborado pelo autor (2017)

³³O curso da ação consiste num encadeamento de signos tetrádicos, ou seja, tríade Aberto (A), representamen (R), interpretante adquirido (I) e seus efeitos (U). O objeto é o local em que a percepção se produz, o representamen é o percebido, o interpretante é a significação produzida pela experiência passada (ou seja, é a realização de tipos ou regras), e seus efeitos são o que se segue (ação, comunicação ou sentimentos), formando um todo significativo para o ator da atividade a cada momento (ANTIPOFF, 2014, p. 74).

Se a competência depende primordialmente da situação e da prática, a habilidade do corpo entrelaçada às regras, e a “intuição” mencionada pelo agente não é adquirida por meio de representações, é somente em situação e pela prática que a seleção e ação policial podem resultarem em abordagem eficaz e proporcional. Isso não implica que não ocorram erros ou excessos, mas não se pode dizer que os policiais agem movidos por preconceito.

5.2.1. A atividade policial e suas imbricações

Ao se analisarem as categorias intermediárias emergentes das autoconfrontações, percebe-se uma sobreposição das camadas fundamentais para o uso equilibrado da força em situações de abordagem policial. Serão tecidas ligações entre as camadas partindo-se das mais internas para as mais periféricas da atividade (Figura 18).

Asposições das camadas foram dispostas de acordo com as ocorrências emergentes das autoconfrontações. Assim, a categoria central mais recorrente foi a detecção de mentiras associada à atenção seletiva no contexto. Contudo, há relação entre o centro do modelo e suas camadas mais externas. Relações como essa serão apresentadas a seguir.

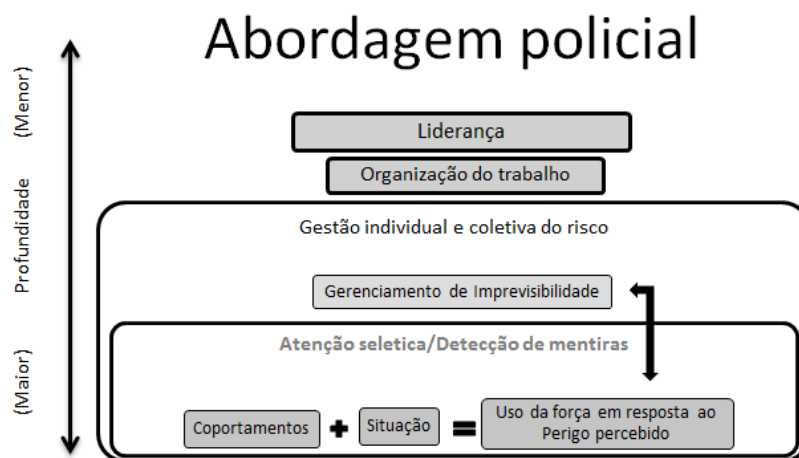


Figura 18 –Profundidades das categorias intermediárias
Referência: elaborado pelo autor (2017)

Os agentes verbalizam que a conversa com os abordados é um fator de detecção de mentiras. Segundo eles, os suspeitos, geralmente, não conseguem “simular” comportamentos de maneira natural, quando interrogados. Percebe-se, nas verbalizações a seguir, que, ao mesmo tempo em que os agentes dialogam com os suspeitos, ou em momentos de observação pura, comportamentos e atitudes específicas chamam a atenção dos policiais. De acordo com o vistoriador:

Eu vi quando o condutor abriu o porta-luvas para pegar os documentos. Eu sempre fico atento a esses movimentos. Mexe na cintura, fica inquieto [o suspeito]. [...]. Quando eu venho caminhando nessa direção [da parte de trás para a parte da frente do carro], eu já vou vendo isso. Na conversa com o cara, eu fui verificando o odor, cheiro de bebida, cheiro de maconha, a forma de ele conversar, se estava com a conversa arrastada, uma voz pastosa, lenta. É instintivo. Dificuldade de o cara manusear documento...

Nesse sentido, suspeitas surgem e desaparecem a partir desses indícios quando percebidos, os quais têm como base, segundo o vistoriador, sua experiência enquanto policial. Ele relata que o tempo de profissão e o exercício da atividade policial o condicionaram a atribuir sentido a certos movimentos e comportamentos: “[...] [tais indícios são] como [...] uma aura negativa na pessoa, você, como policial, vê, e o cidadão comum não acredita. Mas é diferente. Você não sabe por que você cismou com aquele suspeito. [...] Isso é com o tempo”.

Dessa forma, o “gesto”, a “fala”, “uma reação estranha”, a mão em direção à cintura, “manota”, resposta atrasada, gagueira, comportamentos que, na perspectiva deleigos, são vistos como mero nervosismo, para policiais experientes em abordagem são indícios relevantes na caracterização da suspeição. Por isso, há maior atenção por parte dos agentes relativamente aos pontos anteriormente citados, uma vez que, seletivamente, são percebidos no calor da ação, podendo constituir aumento da suspeição e levar à detecção de mentira ou à descoberta de ilícitos ocultos.

Nos primeiros dias em que o pesquisador esteve no campo, sentiu-se muito incomodado com o olhar do tenente, que, em todos os momentos, olhava-o profundamente, com o rosto fechado, sobrancelhas arqueadas, testa franzida, e, em alguns momentos, respondia a seus questionamentos com certa aspereza. Olhava-lhe as mãos, a cintura, as vestimentas e fazia-lhe perguntas sobre as intenções e proposições deste trabalho. Apesar de não apontar uso de arma ou qualquer outro aparato, sua postura era a de alguém preparado para enfrentar uma possível agressão.

Pode-se afirmar que, quando um policial age de forma a demonstrar força, como o agente o fazia em relação ao pesquisador, eletem a intenção de fazer emergir, no contexto em que atua, pontos de atenção relevantes e mentiras. Quando não são encontrados indícios de suspeição, o muro que separa o policial do suspeito, tal como o construído na relação inicial do agente com o pesquisador, desfaz-se, como foi percebido por este. O policial que inicialmente interrogava com aspereza passou a fazer confissões reservadas, estabelecida a confiança.

A habilidade de detectar mentiras, que por ele foi construída ao longo do tempo, não pode ser aprendida, em seu nível mais depurado, somente na academia, dado que, do nível de

novato ao nível de especialista, há um hiato que deve ser preenchido, obrigatoriamente, pela prática. A verbalização a seguir deixa clara a importância deste aspecto:

Não necessariamente é [o treinamento fornecido pela] polícia que vai te ensinar isso. [...]. Tem uma coisa que se chama tirocínio policial. [...]. Aquela coisa de que você desconfia como se fosse uma aura negativa na pessoa, você, como policial, vê, e o cidadão comum, você fala com ele, e ele não acredita. Mas é diferente.

As invisibilidades das fronteiras entre atenção seletiva e detecção de mentiras se revelam em uma gestão coletiva mutante, com contornos que variam de acordo com o risco percebido singularmente pela equipe. Podem ser distinguidas como pertinentes, à medida que os laços da atividade são tecidos em combate a partir de um agir comum em ação, o que frequentemente se perceberá no campo, dado que os objetivos e os valores convergiam para um ponto comum, a gestão coletiva do risco na abordagem policial.

Na hora que o cara passou ali, se você perceber ele estava em uma velocidade, mais ou menos, em torno de 30 por hora. No que eu passei do lado todos os dois olharam pra gente. Ai a gente acompanhou o olhar, tá vendo [apontando para o vídeo]... Eu vi quando ele imprimiu mais a velocidade... Foi à conta de virar pegar a viatura. *Ai você percebe que o olhar que ele me deu com a velocidade aumentada*, nos leva a suspeitar que alguma coisa ele tem... [Relatou a continuação da ação, dado que as câmeras não filmaram a perseguição] Já descemos com arma nas mãos e quando abordamos estavam com arma na cintura.

A configuração da gestão coletiva ocorre em função dos sinais percebidos [por exemplo, o olhar associado à velocidade, dito na verbalização anterior] – não quantificáveis – e que se baseiam na prática policial, caracterizando competência profissional. Em outras palavras, os indivíduos se agrupam e estão dispostos a assumir riscos para defender suas percepções. A ação coletiva [acima citada] permite a regulação em ação, no calor da situação, alargando a margem de manobra do grupo. Assim, o comportamento de cooperação dos policiais não é definido a partir de um sistema de restrições normativas preexistentes, mas se apresentam naturalmente para lidar com a complexidade da abordagem. Ela [gestão coletiva] também depende da habilidade, da confiança e do reconhecimento do outro continuamente.

Se perceber aqui [neste ponto do vídeo], eu estou fazendo a segurança tanto do *box* da abordagem quando do perímetro da operação. Enquanto eles [outros policiais] estão focados na pessoa e no carro, eu estou ali para fazer a segurança deles... Então, para mim, dois ou três carros, às vezes você vai ver passarem muitos outros carros. Ai você se pergunta: “olha lá, não parou aquele carro... aquele carro é assim, assim assado”. Mas foi porque, ali, eu não podia parar aquele carro, pois a segurança está nos meninos que estão abordando aquele carro [apontando para o vídeo]. Então, às vezes, eu vou perder um suspeito, porque, se eu o parrasse, iria causar riscos para mim, que estou ali sozinho, e para os outros militares também, que estão focados e distraídos pelo outro carro. Olha aqui... [apontando para o vídeo]... [pausa]. Mas reparo que esse outro policial já vem e toma a postura de segurança no meu lugar [ele pede para voltar o vídeo].

Depois de realizar algumas ações para a resolução do problema prático citado, o agente passa a ser guiado pelas percepções que tem do seu colega. A ação em situação demonstra ações e correções coletivas e dinâmicas na situação real de trabalho. O vistoriador serve de auxiliar para o balizador e vice-versa, ambos se (re)construindo a cada ação. Os laços tecidos em combate possibilitaram ao balizador resolver eficazmente a tarefa de detecção de mentiras, ao mesmo tempo em que produziram uma abordagem eficaz.

Diretamente relacionados à gestão coletiva do risco, estão fatores ligados à organização do trabalho, os quais, por sua vez, são influenciados por ela, dado que, no curso da ação, os seguintes fatos emergiram:

a) Estratégia de abordagem: uma ação jamais se deu isoladamente, mas dentro de um conjunto lógico de ações, como se percebe na seguinte fala: “cheguei e [cumprimentando] ‘boa tarde!’ solicitei documentação... [Perguntei ao suspeito] para onde ele estava indo e de onde vinha... Ele estava vindo da cidade ‘x’ sentido BH. São coisas que a gente vai perguntando para ver se confronta alguma informação...”;

b) ações e diálogos: o policial realizou com seus colegas diálogos acompanhados de percepções sobre a abordagem em curso, como se nota na fala: “eu, naquele momento, usava o rádio na canaleta principal para ouvir as ocorrências gerais, pois pode haver roubos nas imediações...”;

c) agir situado e contextualizado: a atuação dependeu do contexto encontrado, das circunstâncias particulares da equipe e do ambiente geral, como se entende da fala: “... e eu tenho de estar atento ao que está acontecendo... dependendo da operação, nós podemos ter uma canaleta alternativa entre nós”.

Por diversas vezes, os agentes verbalizaram que o modo de escalação, liderança, a formação da equipe, licenças, o regime de férias e entrada de novos influenciam na gestão coletiva. Um exemplo é que a equipe pode perder um pouco de habilidade e confiança com o afastamento de um agente com o qual o grupo estava habituado a trabalhar. Os PMs relataram que quanto maior o tempo de convivência entre policiais da mesma equipe, melhor é para a criação de uma “linha de comunicação” entre eles, uma vez que cada policial se acostuma com o “jeito de trabalhar” do outro.

Pode-se concluir que a organização do trabalho tem implicações no curso da ação, dadas as influências dinâmicas dos julgamentos e decisões percebidas e construídas coletivamente, que têm como berço a (re)organização do trabalho. A verbalização a seguir deixa claro esse aspecto:

[...] depois que a pessoa conhece o seu jeito de trabalhar, se a tira e chega outra, tem que ensinar tudo de novo... Quando você trabalha junto, como eu já trabalhei com uma pessoa por muito tempo, agente consegue, só no olhar, já se comunicar, um já sabe o que o outro vai fazer, o que é que o outro quer. Só no olhar. Coisa que já não acontece quando há essa rotatividade em guarnição. A equipe fixa tem um entrosamento melhor.

As abordagens policiais analisadas foram realizadas por cinco agentes. Há, nessa equipe, um comandante de guarnição, responsável por implementar as ações, como delegações de funções e atribuições em cada ação, quando as situações apresentam desvios ou não da normalidade, assessorando os outros policiais em caso de dúvidas ou problemas. Assim, eletem a responsabilidade de dividir o trabalho, distribuindo formalmente cada função. As falas a seguir deixam claro o papel do comandante de guarnição, segundo ele mesmo:

Na verdade, eu sou o responsável pela equipe. Eu que defino a função de cada um. [...]. Eu o tenho por segurança, primeiramente, por ser um profissional experiente. Domina tranquilamente o manuseio de armas longas. Ele tem técnicas e cursos específicos para trabalhar com aquele tipo de armamento... É um policial que conhece bastante os suspeitos em Itabira, as pessoas que estão envolvidas em crimes. Então, muitos envolvidos em crimes, só de vê-los, ele já sabe quem é a pessoa.

O comandante de guarnição tem conhecimento sistêmico [por ser o mais antigo e experiente, possui habilidade em compreender as outras funções], fato expresso de forma recorrente na fala dos policiais: “arte de comandar é muita coisa. E ainda o cara não sai 100% porque ele vai sair sem experiência...”. Há momentos em que, de acordo com o tempo de experiência do comandante de guarnição na função, há mais ou menos ferramentas (*savoir-faire*) com as quais atuar.

A experiência em intervenção do líder reduz as chances de situações críticas ou que saiam da normalidade em abordagem. Nesse contexto, fica patente o papel da liderança da guarnição na organização do trabalho, sendo peça-chave para a unidade da equipe. O policial participante diz,

Ele [apontando para o balizador] é o segurança de toda a equipe. Ele me auxilia na seleção de todos os suspeitos. Ele fica especialmente aqui nessa área de abordagem [mostrando o centro da pista], por que é uma área que pode ter um conflito, ou que finge que vai parar [...] Mais a frente está um policial com uma motocicleta, que fica com um rádio, além de estar observando os veículos, lá no início do morro, se a pessoa faz um comportamento de suspeição, ele repassou pra gente, que esse veículo é suspeito. É um veículo que chama sua atenção [pelo comportamento]. Eu [comandante da guarnição] e o selecionador [segurança da equipe], principalmente, estamos com o rádio, nós vamos acompanhando [o carro]... E abordamos tá vendo. Com base naquele comportamento que ele teve antes de chegar na operação.

O comandante da guarnição apresentou possuir bastante compreensão da tarefa dos outros policiais, auxiliando, por vezes, na realização da própria atividade destes [como se

vê na verbalização acima]. Nesse sentido, para o comandante, é fundamental compreender como o fluxo da abordagem acontece, já que as formas de organização do trabalho podem deixar mais ou menos margens de manobra que promovam a construção de estratégias de eficácia, tais como a cooperação entre os policiais da equipe. Sobre esse aspecto o comandante diz,

Esse policial militar [apontando ao vídeo] percebe que quando o condutor visualiza as placas de sinalização, ele reduz o veículo muito rápido, como se fosse retornar na via. Contudo, não retorna, mas fica apreensivo na direção do veículo. Então aquilo ali [comportamento], foi à fundamentação da suspeita, que nós tivemos dele. Que motiva a abordagem desses 2 veículos. E constatamos a irregularidade na hora da abordagem e verificação de documentos [o condutor estava com documento vencido].

Quando o comandante da equipe toma a decisão de atribuir uma função a determinado policial, ele não sabe completamente como, em situação real, a ação será desenvolvida pelo agente escolhido, o que mostra que a confiança é central em sua atividade. O fato é que o comandante da guarnição busca e leva informações sobre o progresso da abordagem o tempo todo. Algumas vezes, redistribui o trabalho com base nos tipos de situações encontradas, tal como fez ao mudar de balizador em certos contextos. Foi observado que a distribuição de funções obedece a uma interação sutil entre o líder da equipe, que define prioridades, e o policial que escolhe os abordados, o que influencia a abordagem e no uso da força. Retomando, com mais detalhes, uma fala do tenente 1 já mencionada,

Ali eu tenho que acompanhar tudo por que se não, dá problema. Tenho que acompanhar a abordagem, acompanhar a segurança, acompanhar a rede de rádio, nós temos 2 redes. Uma para a operação e a outra para as outras ocorrências. Eu fico nas ocorrências normais, por que quando tem algum problema saí nessa primeira [pausa]... Você percebe que a gente pouco conversa. Todo mundo já tem o seu papel bem definido. Fica mais fácil da gente trabalhar assim. Você pega uma equipe mais experiente, já sabe trabalhar... Então eles já têm um papel definido. Não precisa ficar mandando mais pra abordar...

Assim, os policiais são imersos e submetidos às condições reais de trabalho e situações encontradas, adaptando-se a elas. Construindo saberes, relacionados às vivências práticas. Por esse ângulo, os policiais, no calor da ação, percebem-se em um contexto que se modifica dinamicamente, a todo momento, tendo de decidir e detectar, em meio a esse dinamismo, por meio de critérios de relevância, situações de segurança ou risco, mentira e suspeição, a partir das informações contidas na situação (DESNOYERS, 2007). Aprofundaremos a seguir, a partir de análise da literatura, a questão da detecção de mentiras no meio policial.

6. ENGANAR-ME SE PUDERES: detectando um mentiroso

E disse o SENHOR a Caim: Onde está Abel, teu irmão? E ele disse: Não sei; sou eu guardador do meu irmão? (BÍBLIA, GÊNESES, 4:9, 1995).

Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir fica convencido de que os mortais não conseguem guardar nenhum segredo. Aqueles cujos lábios calam denunciam-se com as pontas dos dedos; a denúncia lhes sai por todos os poros (FREUD, 1996, p. 49).

Só é possível saber se alguém está mentindo se se admitir a existência de um conjunto de pessoas que podem ser qualificadas como mentirosas e, de forma simultânea, de um conjunto de características que, associadas ao contexto, permita incluir ou não, em situação, a pessoa no foco do julgamento entre os membros da categoria mentirosos (CARVALHO, 2013). Detectar mentiras e ocultações é central no desenvolvimento eficaz da atividade policial, uma vez que os agentes se deparam constantemente com tais problemas. A seguir, o assunto será abordado mais detalhadamente.

6.1.COMPORTAMENTO DO SUJEITO

Adetecção de mentiras baseada no comportamento, segundo suas características, é dividida pela literatura em três abordagens: a abordagem emocional, abordagem cognitiva e a abordagem do controle comportamental.

A abordagem emocional fundamenta-se na teoria de que as mentiras causam emoções semelhantes às de culpa³⁴, medo³⁵ e excitação nos seus autores, afetando-lhes o comportamento e ação. É possível citar, como exemplo, olhares³⁶ do suspeito que se desviam do entrevistador, aumento dos movimentos e gestos corporais, erros de linguagem e comunicação, redundância de palavras, lentidão, repetição de termos etc. (VRIJ, 2000). Essa excitação generalizada propõe que os mentirosos experimentam maiores perturbações que os não mentirosos, evidenciadas pela dilatação da pupila, pelo aumento da frequência de piscadas e por distúrbios da fala, como frequência e tom utilizados (ZUCKERMAN *et al.*, 1981). Assim, os fatores emocionais mostram que resposta fisiológica associada à ansiedade

³⁴Segundo Sommer (1995) citado por Feraud (2000), a culpa do mentiroso consiste na intenção de enganar ao manifestar os seus pensamentos.

³⁵Segundo Freitas-Magalhães (2013), a ansiedade, a apreensão, o nervosismo, a preocupação, o susto, a cautela, a inquietação, o pavor e o terror são algumas das características associadas ao medo. As reações psicofisiológicas caracterizam-se com a massa sanguínea a concentrar-se nas pernas e o rosto fica vermelho.

³⁶[...] quando as declarações estão em desacordo com a sua íntima convicção, os gestos acompanham muitas vezes o pensamento subconsciente e não as palavras pronunciadas; que as testemunhas quando dizem mais do que sabem, fecham muitas vezes, instintivamente, os olhos ao ter consciência, no meio da narração, de que começaram a mentir, etc. (PESSOA, 1913, p. 16).

denunciam o mentiroso, apesar das tentativas de ocultar comportamentos emocionais (PORTER; YUILLE, 1995, p. 324-325).

Os maiores desafios envolvidos na mentira, relativos à narração da verdade, resultem em latências de resposta mais longas, mais hesitações na fala e menos ilustrações, uma vez que os mentirosos precisam formular comunicações internamente, de modo a manter sua mentira. Por isso, os comportamentos dos mentirosos podem parecer menos espontâneos do que os dos indivíduos que dizem a verdade. A incapacidade dos mentirosos de controlar todos os aspectos de seu comportamento de forma igualmente eficaz pode resultar em discrepâncias verbais e não verbais (EKMAN; FRIESEN, 1969).

Os dados de campo corroboram com as evidências da abordagem emocional. Os praças entrevistados verbalizaram e indicaram, por diversas vezes, que os olhares desviantes e os erros de linguagem e comunicação constituem traços que podem apontar suspeita sobre determinado cidadão, e que, quando percebem tais indicadores, partem para análises mais minuciosas, lançando mão de observações e perguntas mais direcionadas.

De acordo com o sargento 2, “às vezes, [o abordado] repete as coisas, não consegue falar da onde está vindo nem para onde vai. Então, dá para a gente perceber o nervosismo do condutor”. Na fala do vistoriador, pode-se perceber indícios de mentira quando “o cara [abordado] começa a gaguejar, não tem segurança”, quando “o cara esboça uma reação estranha” ou quando “o cara entrega [a documentação solicitada pelo policial] de uma forma nervosa”. Para o tenente 2, vale a suspeita quando “os outros estão correndo, e o camarada está lá [no mesmo lugar ou próximo], tranquilo”.

Contudo, o fator sociocultural traz dificuldades a essa teoria. Uma vez que os costumes culturais podem definir comportamentos não verbais como normais ou não, as percepções podem esbarrar em vieses (*truth bias* e *lie bias*). Por exemplo, na cultura brasileira, é comum as pessoas sorrirem mais frequentemente, mas, na cultura estadunidense, sorrisos podem ser interpretados como sinal de nervosismo. Assim, é importante para o policial se familiarizar com a cultura do local onde trabalha, de forma a evitar vieses culturais (MATSUMOTO; KUDOH, 1993 *apud* CASTILLO; MALLARD, 2012).

Por sua vez, a abordagem cognitiva atribui, como o próprio nome indica, relevância ao processo cognitivo. Segundo essa abordagem, o mentiroso antecipa possíveis questionamentos em sua mente, pensando na “verdade” a ser dita ao mesmo tempo em que a constrói, o que aumenta sua carga cognitiva, gerando maiores embaraços na fala e aumentando, conseqüentemente, o número de erros. Tal abordagem também considera que um desvio de

olhar pode significar temor do cidadão suspeito de se distrair do seu processo de construção da “verdade” (VRIJ, 2000).

Os defensores dos fatores cognitivo-linguísticos na detecção de mentiras consideram que as mensagens dos mentirosos variam de maneira “sistemática” e “identificável”, e o senso de perigo faz com que estes violem as expectativas sobre a relevância da informação (PORTER; YUILLE, 1995, pp. 324-325). Os mentirosos, nesse caso, não podem manter suas histórias, produzindo inconsistências que traem. Assim, é possível prever comportamentos que distinguem relatos mentirosos de verdadeiros, como as sugestões indicativas de apreensão, as quais consistem, segundo os teóricos, na elevação do tom de voz³⁷, em falas mais rápidas ou pausadas e em frequentes erros de fala (VRIJ, 2001).

Quanto maior a preocupação dos mentirosos, mais evidentes são seus traços. Esses indivíduos, por exemplo, parecem mais temerosos à medida que suas respostas se tornam mais difíceis e a chance de antecipação se torna menor (EKMAN, 1992). Da mesma forma, os que se sentem mais culpados, como aqueles que mentem para pessoas que confiam neles (parentes e familiares), mostram mais indicadores comportamentais de culpa (GOODMAN, 2006).

Logo, para prever o comportamento dos mentirosos, é importante considerar não apenas variáveis psicológicas individuais, tais como motivações e emoções³⁸, mas também processos interpessoais comunicativos. Quando alguém tenta mentir, envolve-se em várias tarefas simultaneamente. Ele tenta transmitir suas mensagens e, ao mesmo tempo, monitora continuamente seu ouvinte, à procura de sinais de desconfiança, adaptando o seu comportamento em conformidade com o comportamento do outro (BULLER; BURGOON, 1996).

Embora essas múltiplas demandas possam constituir um desafio inicial, comprometendo a eficácia e a manutenção da credibilidade, as dificuldades que delas advêm normalmente se dissipam com o tempo, à medida que o mentiroso cria mais reparos adicionais e obtém maior controle sobre seu ouvinte. Os mentirosos exibem crescente imediatismo, envolvimento, amabilidade, compostura e fluência, variando com as expectativas, metas e motivações (BULLER; BURGOON, 1996).

³⁷Segundo Yuille (1989) citado por Feraud (2000), para a detecção da mentira é necessário perceber mudanças na voz, em especial, na variação entre tons agudos e graves.

³⁸Segundo RIBAS (2011), a palavra emoção deriva do latim *emovere*, que significa sacudir, deslocar. Esta, por sua vez [deslocar], deriva de *movi*, que significa literalmente: pôr em movimento, mover. Logo, emoção, antes de tudo, significa movimento.

Isso também corrobora os dados de campo. Se os mentirosos são mais bem sucedidos na ocultação, os praças relataram que, na etapa de intervenção do processo mental do abordado, sobrecarregam o suspeito com “perguntas dissimuladas”, aleatórias, com o intuito de não lhe conceder tempo para construir uma mentira. Ao mesmo tempo em que desse modo sobrecarregam o abordado, percebem nele reações anormais, que podem indicar maiores ou menores motivos de desconfiança. Como exemplo citado por eles, encontra-se o olhar desviante, que pode apontar para uma tentativa de fuga e/ou construção de “verdade”, a depender do contexto/situação. O sargento 2 diz que “[...] distrai o suspeito mentalmente, para que ele não tenha tempo de processar o que ele vai fazer com você [policial]. [...] através de perguntas dissimuladas”.

Quando uma pessoa em uma declaração, um número menor de músculos na face é contraído. Em se tratando da fala, quando as hesitações aumentam, pode ser que ela esteja maquinando algo, mas não tenha bolado um plano para executar o que planeja. No que diz respeito ao tom de voz, quando a pessoa tenta disfarçar sentimentos que emergem enquanto fala, o deslize é quase certo. Se o objetivo é esconder raiva ou medo, ela alterna o tom entre grave e agudo, ao mesmo tempo em que fala mais rápido (EKMAN, 2009).

Contudo, é preciso cuidado com a ideia de que o suspeito necessariamente perde credibilidade ao apresentar certos gestos e falhas – tais como alisar os cabelos, abraçar o corpo, retirar cerume dos ouvidos ou muco das narinas, lapsos de memória e contradições (principalmente quando conta histórias complexas) – que, por si só, são falsos indícios, dado que tais indícios podem acontecer mesmo a uma pessoa bem intencionada, quando sua memória é exigida, quando pensa cuidadosamente no que dirá ou quando está embaraçada (EKMAN, 2009). Esse argumento reforça a importância do poder da situação e do contexto no aumento ou diminuição de indícios de mentira.

Por último, mas não menos importante, a abordagem do controle comportamental entende que o suspeito intenciona esconder gestos, posturas, movimentos etc., exemplos de comunicação não verbal, com medo de que tais sinais o denunciem em sua empreitada. No entanto, há outros comportamentos – como fala, tom de voz, movimento das sobrancelhas e do queixo, sorriso real ou artificial – que o suspeito não consegue dominar completamente. Além disso, a ausência de comunicação não verbal pode gerar indícios de incongruências – e, portanto, de mentiras – com sua verbalização (EKMAN, 2009; VRIJ, 2000). De acordo com uma das falas do vistoriador entrevistado: “na hora em que [o suspeito

por ele abordado] tirou o capacete, [havia escondidas]sessenta pedras de *crack*. Não conversou em nenhum momento, ficou caladinho...”.

Analisando-se os traços de mentirosos, observa-se que os indicadores utilizados pelos agentes se baseiam no fato de o suspeito evitar o contato visual associado a um aumento dos movimentos, indicando traços relacionados mais com o nervosismo do que com a mentira em si (STIFF *et al.*, 1989 *apud* VRIJ, 2000).

Assim, não é por meio de cursos de formação profissional que tal habilidade é adquirida pelos policiais, mas de práticas que possibilitem a aquisição de critérios de decisão flexíveis e ajustáveis ao curso da ação, permitindo que tais traços sejam vistos como relevantes aos praças no calor da situação (ASK; GRANHAG, 2003). Segundo Ask e Granhag (2003), tais critérios são mais comuns em pessoas experientes, que, conseqüentemente, possuem habilidade de, com maior precisão, detectar mentiras. Os mesmos pesquisadores estabeleceram uma comparação entre o tempo de resposta de policiais diante de testemunhos verdadeiros e diante de testemunhos falsos e verificaram que os agentes experientes tomaram decisões mais rápidas em relação aos testemunhos mentirosos.

Entretanto, mesmo em se tratando de profissionais experientes, foram verificadas imprecisões nesse tipo de detecção, uma vez que há personalidades mais relacionadas com a mentira, que dificultariam a análise. Tais personalidades³⁹ caracterizam o mentiroso manipulador, o mentiroso artista, o mentiroso sociável, o mentiroso adaptador e o mentiroso extrovertido (VRIJ, 2000).

A personalidade manipuladora apresenta altos níveis de deslealdade. Os indivíduos classificados com esse perfil são estáveis nas mentiras que constroem, não demonstram desconforto quando mentem, veem o outro de forma cínica e exibem pouca ou nenhuma preocupação com a verdade moral. A princípio, podem se apresentar tímidos, mas estão apenas observando o comportamento dos outros, após o que tendem a ser dominantes e a mostrar-se “relaxados” e “confiantes” (VRIJ, 2000, p. 23).

Os mentirosos de personalidade artística demonstram muitas habilidades na manipulação de seu comportamento, tanto verbal como não verbal, pois possuem um grande controle emocional e social – “habilitação para teatralizar” –, que lhes possibilita regular as suas emoções e teatralizar sua forma de agir (VRIJ, 2000, p. 24).

³⁹Segundo Correa (1991) *apud* Feraud (2000, p. 123), a avaliação da credibilidade tem por base o conhecimento das características psicológicas e da personalidade de quem o presta, contribuindo assim para a melhor apreciação do testemunho em si e dos fatores [situacionais] que o podem influenciar.

Os mentirosos caracterizados como sociáveis mentem com maior regularidade em contextos sociais. Eles apresentam confiança na construção de suas mentiras, podendo utilizar as suas histórias como artifício para aumentar a sua rede de relacionamentos (VRIJ, 2000, p. 24).

Os mentirosos de perfil adaptador exibem grande ansiedade e insegurança em suas relações sociais, estando constantemente motivados a mostrar uma imagem positiva diante dos outros. Eles se sentem melhor quando mentem, e apresentam mentiras persistentes (VRIJ, 2000, p. 24).

Finalmente, os mentirosos classificados como extrovertidos ficam mais “à vontade” enquanto mentem, ao contrário dos introvertidos, que apresentam mais erros no discurso mesmo quando não estão mentindo (VRIJ, 2000, p. 24).

6.2. DETECÇÃO DE MENTIRAS NA ATIVIDADE POLICIAL

Por muitas vezes, os policiais militares se deparam com um complexo conjunto de variáveis, especialmente ligadas ao suspeito, a serem julgadas em uma abordagem, tais como sexo, idade, local, vestimentas, características físicas, linguajar, posturas, gestos etc. Essas variáveis podem ou não contribuir para melhor justificar a identificação de mentiras e/ou seus indícios em uma abordagem, auxiliando o poder discricionário da polícia na identificação dos indivíduos que fazem parte, em situação, da categoria mentirosos (LEVINE *et al.*, 2010).

Os traços de mentira revelam que seus autores tentam esconder como eles realmente se sentem, antecipando e construindo uma autoapresentação, dissimulando sua própria imagem (EKMAN; FRIESEN, 1969). Acredita-se que há um conjunto de comportamentos que sempre ocorrem quando as pessoas estão mentindo: excitação generalizada, efeitos específicos experimentados ao contar uma mentira, aspectos cognitivos da mentira e tentativas de controle de comportamentos verbais e não verbais (ZUCKERMAN *et al.*, 1981). Esses assuntos serão abordados mais profundamente no item 6.2.2.

Segundo Goodman *et al.* (2006), alguns profissionais são particularmente hábeis na detecção de mentiras, tais como investigadores, delegados, agentes da CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência), policiais e psicólogos. Dotados da capacidade de reconhecer microexpressões de emoção e comportamento, esses profissionais seriam altamente precisos ao distinguir verdade de mentira. Goodman *et al.* propõem que uma análise mais detalhada das características de personalidade de observadores altamente

precisos e das estratégias que eles usam para detectar mentiras podem levar a uma melhor compreensão das habilidades por eles desenvolvidas no tempo. Esta dissertação acrescentou elementos nessa direção.

Em abordagens policiais, os agentes arguem suspeitos para extrair confissões. Nos últimos anos, tem havido uma crescente preocupação sobre os direitos dos suspeitos, e um desejo de minimizar os excessos cometidos em abordagens, em especial, em interrogatórios, que constituem um teste ácido do profissionalismo da polícia em situação. Frequentemente, os agentes são obrigados a interrogar um indivíduo sob circunstâncias altamente estressantes para obterem resultados rapidamente. Sob tais circunstâncias, é compreensível, embora não desculpável, que os interrogadores, ao longo dos anos, tenham recorrido a práticas e meios nefastos para obter a verdade (ROBERTS, 2012).

O cérebro humano pode escolher entre dois caminhos para compreender uma situação. O primeiro se vale de uma estratégia consciente, por meio da lógica. O segundo, chamado de inconsciência adaptada, utiliza-se de uma estratégia que opera abaixo do nível reflexivo, permitindo ao indivíduo chegar a conclusões muito mais rapidamente e, da mesma forma e com menos informações, julgar padrões em situações e comportamentos baseando-se na experiência (GLADWELL, 2005). Na seção 6.3, apresentando-se elementos que indicam que a atuação policial – a qual parece se pautar, muitas vezes, pela inconsciência adaptada – é diferente de preconceito, será discutida a diferença entre preconceito e expertise.

A seguir, serão apresentadas as principais teorias sobre detecção de mentiras e os principais fatores que podem influenciá-la. Inicialmente, serão abordados os *bias* que afetam o julgamento de policiais e da população leiga e, posteriormente, a importância do poder da situação na união das peças do quebra-cabeça da detecção de mentiras. Ao final, serão apresentadas características do comportamento do suspeito, discutindo-se a abordagem emocional, a abordagem cognitiva e a abordagem do controle comportamental.

6.2.1. *Bias* funcional

A população leiga – a população civil, por assim dizer – tende a acreditar que as pessoas dizem mais a verdade do que o inverso, confiando mais umas nas outras, apesar de diversos desapontamentos. Tal fenômeno é chamado de *truth bias* (BLAIR *et al.*, 2010). De certo modo, o *truth bias* torna as relações entre as pessoas menos tensas. Em vez de ficarem investigando informações sobre o que o outro diz, elas simplesmente acreditam nele. O efeito

desse fenômeno torna-se mais forte se o outro é um amigo, o marido, a esposa ou os filhos (ZHOU *et al.*, 2013).

Vale dizer que o *truth bias* faz mais presente em situações em que a análise visual é mais privilegiada, diferentemente do que ocorre em análise de comunicação via áudio, na qual o fenômeno exerce menos influência na decisão e julgamento, e em análise de comunicação escrita, na qual é ainda menos tendencioso. Assim, quanto maior a interação interpessoal, e quanto menor o preparo em identificar mentiras, maior é a possibilidade de haver *truth bias* (LEVINE *et al.*, 2010).

Por outro lado, alguns autores apontam que, em profissionais militares experientes e treinados na análise de indícios de mentira, existe um efeito oposto ao encontrado em pessoas leigas, pois eles tendem a encontrar mais “mentiras” do que há na realidade, gerando, por sua vez, *lie bias*. Tal tendência poderia ser explicada pelo ambiente em que eles trabalham, os quais favorecem a verbalização de mentiras (PEACE *et al.*, 2012; LEVINE *et al.*, 2010). Assim, ambos os vieses – *truth bias* e *lie bias* – apresentariam baixa precisão na detecção de mentiras, dadas as suas tendências (BOND *et al.*, 2005).

O que se percebe é que, para diminuir a influência dos vieses e, conseqüentemente, melhorar as chances de detecção de mentiras, não basta cursar disciplinas teóricas e técnicas de interrogatório cujo foco esteja somente no comportamento do outro, mas participar de treinamento e conhecer técnicas que priorizem a aquisição de *expertise* em discriminar relevâncias perceptuais sobre os sinais e indícios de suspeição e, ao mesmo tempo, considerem o contexto da interação (BLAIR *et al.*, 2010).

A citação a seguir apresenta tal argumento como um fator importante na caracterização de possíveis mentiras:

A literatura sobre detecção de mentiras é um excelente exemplo de uma área em ciência social em queo *poder da situação é subestimado* [...] a pesquisa sobre a mentira têm sido caracterizadas por um foco míope sobre os estados psicológicos internos e comportamentos não verbais correspondentes de mentirosos, não considerando adequadamente a situação e o contexto em que as verdades e as mentiras são contadas (BLAIR *et al.*, 2010, p. 423, tradução e grifo nossos).

6.2.2. O poder da situação na detecção de mentiras

O poder da situação ou do contexto em abordagem, que auxilia na determinação e no entendimento do comportamento humano, tem sido objeto de pesquisa e reflexos nas ciências sociais (BERGER; LUCKMANN, 1991). Por vezes, tendências científicas, como, Zimmerman (2008) e Endsley (1995a), subestimam a importância desse fator [situação] na

atuação policial, desenvolvendo pesquisas em ambientes controlados. Tais ambientes retiram dos agentes participantes, partes importantes do mundo que são necessárias a sua tomada de decisão, por exemplo, como a sensação de perigo e de risco, as emoções de raiva e de medo, o ineditismo, etc.

A detecção de mentira é um excelente exemplo no qual o poder da situação é subestimado. Quase sempre, seus estudos são simulados, como os de Endsley (1995a). Como mencionado anteriormente, as teorias clássicas sobre a mentira caracterizam-se por um foco míope nos estados psicológicos internos e comportamentais não verbais correspondentes dos mentirosos e não conseguem considerar adequadamente a situação e as circunstâncias nas quais as verdades e as mentiras são ditas. Como resultado, os estudos sobre a mentira em abordagem têm procurado o tema em lugares menos adequados [laboratórios], e a literatura existente apresenta uma visão distorcida da capacidade dos policiais em avaliar corretamente se o outro está ou não mentindo, uma vez, que não são analisadas situações reais e vividas (ZIMMERMAN, 2008).

Ou seja, as pesquisas na detecção de mentiras, em uso, submetem os sujeitos a julgar uma série de situações após a exposição de relatos verbais de suspeitos, gerando, por vezes, respostas incorretas. No entanto, apesar desses erros, as pesquisas continuam, praticamente, na mesma direção [testes simulados]. Com a inclusão, da situação e do contexto, na análise, espera-se que a desconfiança cresça, e o acerto na detecção de mentiras aumente, dado que atualmente a precisão média é de 54% (BLAIR *et al.*, 2010, p. 423).

A questão-chave aqui trazida é que para se melhorar a precisão na detecção dos comportamentos ditos mentirosos, necessita-se relacionar os comportamentos do suspeito com a situação encontrada e, mais especificamente, em como os policiais as percebem. Os policiais que realizam abordagens, diariamente, percebem quando se deparam com situações em que o discurso ou comportamento do outro é mentiroso (BOND *et al.*, 2005, 2006). Trata-se de uma inferência perfeitamente razoável, dada a situação. O vistoriador entrevistado, nesse sentido, conta a seguinte experiência:

Você não viu, mas eu fui atrás de uma ideia. Tem um caminhão de mercadoria enfrente a “Boate X”, tá vendo? [apontando ao vídeo]... a menina veio e parou atrás do caminhão... Ela deu seta e retornou... O que eu fiz. Fui atrás dela... Ver qual o motivo? Estou em uma operação, aí vem o carro, para e volta, uai...

Assim, os comportamentos estranhos por parte do cidadão associados às circunstâncias da operação, fazem com que os policiais infiram que um ou outro cidadão é suspeito. Para eles, as pessoas tendem a mentir quando as forças situacionais tornam dizer a

verdade um problema, eles precisam investigar se suas intuições estão corretas, a fim de aumentar as chances de acerto (PEACE *et al.*, 2012). Retomando uma das falas do vistoriador,

[...] Quando eu já ia liberar a moça[com] documento tudo certinho... Eu parei para ver e disse: “espera aí, alguma coisa de errado tem”. Quando fui ver, sem lacre de placa.

Os policiais acreditam que a situação não apenas indica quando se deve suspeitar de comportamentos, mas também fornece pistas úteis sobre quais mensagens podem ser suspeitas. Para eles, uma das maneiras mais simples de detectar mentira é comparar o conteúdo do que alguém diz com o que já é conhecido. Declarações que contradizem explicitamente outras informações circunstâncias que o policial possui são tomadas como indicadores de mentiras. Por exemplo, se um primeiro suspeito afirma ao policial em operação ter estado em casa em uma noite determinada, enquanto um segundo suspeito diz que ambos estavam em uma festa na noite em questão, é provável que as declarações – ao menos uma delas – sejam mentirosas. Recuperando-se uma fala do cabo entrevistado,

Quando você está conversando, a pessoa [com quem se fala] geralmente não consegue simular a fala. O gesto, às vezes, o cara trava um pouco, mas a fala, o cara vai começar a gaguejar, não tem segurança, geralmente ele pensa um pouco para falar, ele não fala de imediato. Uma das técnicas que fiz aí é separar os dois abordados. Eu conversei com um, vi o que ele tem para me falar, e depois conversei com outro, e comparei ali pra ver se a história batia...

Assim, o contexto fornece informações que contradizem ou reforçam diretamente o que o suspeito está dizendo, auxiliando na detecção da mentira. Portanto, o aspecto-chave que distinguiria o preconceito de ação necessária – cujas características serão tratadas a seguir –, reside na situação e, mais especificamente, como os agentes a percebem.

6.3. DO PRECONCEITO À EXPERTISE

[...] o policial olha pro cidadão, se a pessoa tiver alguma coisa errada ele vai *demonstrar* em algum momento insegurança, é o que vai motivar o policial a abordar. Então o policial tem que estar atento, quando for abordar o cidadão, tem que olhar olho no olho [...] porque o visual conta muito, porque às vezes a pessoa tá com alguma coisa errada e quando ver a polícia *ela treme no sentido figurado* e no sentido literal, às vezes também. *Então o policial tem como perceber a situação* [...] (SILVA, 2010, p. 156. Verbalização de um capitão da PM).

A formação acadêmica do policial militar não dá conta de balizar e construir completamente todas as características e as circunstâncias nas quais o indivíduo “suspeito” pode emergir. O procedimento doutrinário reconhece sua limitação frente ao mundo. Na orientação da interação dos policiais com os suspeitos, estabelece que é poder discricionário

do agente categorizar ou classificar os cidadãos na categoria suspeito. Esse poder implica uma flexibilidade na aplicação da lei.

Alguns autores, como Silva (2010) e Bandeira *et al.* (2002), acreditam que os policiais militares usam o seu poder discricionário baseados em preconceitos, embora seja uma categoria de difícil definição. Para eles, o excesso de experiência negativa vivida pelo agente, seja social ou cultural (advindas de um determinado grupo minoritário, por exemplo: negros, moradores de rua, pobres, homossexuais, jovens, etc.), conspiraria contra o próprio policial, dado que haveria o acúmulo e a introjeção de experiências consideradas ruins, fazendo com que o mesmo abuse da confiança na abordagem deixando-se levar por estereótipos, adotando uma postura ortodoxa, rígida e preconceituosa em suas ações. Nesse sentido, o policial não acha necessário “perder tempo” analisando uma situação que ele “já viveu”, descuidando-se, com isso, dos detalhes da situação, impondo seu “estilo” de abordagem, fazendo um julgamento prematuro do caso encontrado.

A partir do exposto na visão dos mesmos (SILVA, 2010; BANDEIRA *et al.*, 2002), as ações militares para a diminuição de determinados crimes ou delitos (como, porte e tráfico de drogas, roubo e furto, porte de arma ilegal, entre outros), permite aos agentes uma construção dos possíveis criminosos, dos possíveis “suspeitos”.

Contudo, será que os policiais somente percebem os homens, negros, jovens, pobres de comunidades – principais envolvidos em abordagens –, como praticantes de crimes? A abordagem seria determinada por preconceitos?

No dia a dia, no desempenho de atividades sociais, age-se, em maior ou menor grau, de forma automática, seja por preconceito ou não. Não se analisa criteriosamente cada atividade rotineira que se executa. Se assim sucedesse, estar-se-ia preso à lentidão do raciocínio e se agiria vagarosamente e, em alguns casos, com menos precisão. Sempre, em maior ou menor grau, as pessoas se deixam levar por ações preconceituosas e mesmo discriminatórias. Caso contrário, poderiam ficar paralisadas, sem ação diante de situações ou decisões simples (HELLER, 1977).

[...] Se acreditamos, por exemplo, que, numa rua deserta, à noite, um homem mal-encarado, mal vestido, com cicatriz no rosto e precisando de um banho oferece mais risco para nossos filhos que uma velha senhora, de corpo franzino, de óculos e bem-vestida, é por que existe uma razão (DE PAULA, 2007, p. 120).

Contudo, na atividade diária do policial profissional agir com base apenas em sentimentos preconceituosos não se mostrou suficiente para uma atuação eficaz e segura. A identificação é uma relação entre o suspeito e o contexto situacional de abordagem, a qual

emerge ou não em uma ameaça real e faz com que o profissional selecione o outro. Ultrapassando as barreiras de impressões discriminatórias, o tenente 2 verbalizou:

Na maioria das vezes, são as atitudes das pessoas, de ver a operação e tomar aquele baque. Esse tipo de atitude é o que me faz escolher [o abordado]... se aproveita do carro para se esconder atrás dele... Ele vê a operação, eu sei que ele viu. Então, ele deu aquela titubeada, jogando a moto mais para o lado de lá, escondendo-se da minha posição... Não sei se você reparou, mas eu não tiro o olho [de cima] dele. Eu já vi a vestimenta, a postura, mãos trêmulas, fala pastosa. Praticamente impossível de estar armado. Você já olha e já identifica. No caso, não passou de nervosismo, aí o liberei...

Se a população leiga, frente a determinada situação, age baseada em preconceitos, sem se atentar para os detalhes nela presentes, o policial *expert* se diferencia dela, na medida em que identifica certos detalhes, descartados pelo leigo, e que orientam a confiabilidade de suas ações. Nas palavras do policial, em referência a uma pessoa suspeita, “como se fosse uma ‘aura negativa’ na pessoa, você, como policial, vê, e o cidadão comum não acredita. Mas é diferente”. Nesse sentido, a intuição do policial é diferente de preconceito. Os pequenos detalhes é que fazem com que a situação por ele enfrentada seja vista como perigosa ou segura, de acordo com os diferentes sentidos que ele lhes atribui.

A cada contato com o suspeito, seja visual, verbal ou físico, o policial é capaz de coletar algumas peças do complexo quebra-cabeça que constitui a identificação de mentiras. Algumas já são bem conhecidas, e os agentes sabem encaixá-las e eliminar ambiguidades. Podem até vir, em parte, de uma intuição preconceituosa, mas não somente delas, já que outros elementos situacionais também necessitam de encaixe. A habilidade de montar o quebra-cabeça considerando-se tais variáveis não surge repentinamente, mas é desenvolvida com o passar do tempo. “Apenas a experiência e o conhecimento do contexto podem dizer quais são as variáveis importantes na hora da tomada de decisão” (DE PAULA, 2007, p. 49).

O policial não acorda pela manhã e, subitamente, intui que abordará certo tipo de suspeito. Ele constrói sua opinião em situação, baseando-se na relação e na interação com cada abordado, a cada observação, a cada verbalização, a cada contato, coletando esses ingredientes, que consistem em comportamentos associados à situação, e que o auxiliam na formação de seu tirocínio, de acordo com sua percepção situada.

Durante a interação com o suspeito, o policial se utiliza de todo o conhecimento oficial e extraoficial aprendido. Esse arcabouço de saberes – composto por fatores conjunturais

estruturais⁴⁰ – possibilita (re) orientar o seu processo de decisão para entender que aquela interação é uma exceção à “regra”, “percebendo” os indivíduos que serão os suspeitos e os indivíduos que não serão por meio da habilidade e da intuição.

Pode-se dizer que, no passado – mais precisamente, até meados do último século –, a intuição⁴¹ tenha sido negligenciada e, por vezes, recebido análises superficiais e equivocadas. Nos últimos anos, por outro lado, a intuição tem recebido atenção especial em várias pesquisas ligadas à tomada de decisão em situações de incerteza acentuada (ARAÚJO *et al.*, 2016; RIBEIRO, 2014; DE PAULA, 2007). Não é raro encontrar tal variável em artigos sobre ações militares, equipe em mesas de cirurgia, controle de tráfego aéreo e jogos de azar, atividades nas quais a intuição exerce papel central (SUSS; WARD, 2013; LEVINE *et al.*, 2010; KLEIN *et al.*, 2006 e 2007).

No campo gerencial, a intuição na tomada de decisões é reconhecida e valorizada como peça fundamental para a obtenção de vantagens gerenciais e classificada como uma ferramenta indispensável para a segurança e eficiência operacional, constituindo um diferencial competitivo (RIBEIRO, 2014). Outros, por sua vez, consideram-na apenas mais uma variável teórica pouco sólida e passageira, como tantas outras observadas na história da ciência (BAZARIAN, 1986 *apud* DE PAULA, 2007).

Segundo Dreyfus (2004, p. 180), a intuição “permite uma resposta situacional imediata” do sujeito. Ele refere-se a um tipo de habilidade profissional desenvolvida somente através da experiência adquirida. Uma das características principais do expert é justamente a capacidade de fazer uso da intuição em situação, sem apelar para pensamentos conscientes (preconceituosos), por meio de uma habilidade adquirida – a qual, por vezes, não se consegue explicar –, possibilitando o alcance dos objetivos de forma mais eficaz.

Assim, quando profissionais experientes, como policiais, buscam soluções por meio da lógica e conscientemente, restringem os modos de agir e sua *expertise*, agindo preconceituosamente. Contudo, “quanto maiores à experiência, os saberes e as habilidades

⁴⁰Os suspeitos são gerados dos conflitos entre os fatores estruturais (homem/mulher, rico/pobre, branco/negro, velho/jovem, entre outros) citados por Klahm e Tillyer (2010, pp. 216-221), juntamente com os fatores conjunturais (ação individual, aspectos geográficos, controles sociais de culturas alternativas, entre outros) citados por Forné (2016, pp. 6-7).

⁴¹A palavra pode remeter a significados diversos, dependendo quem se propõe a refletir sobre a intuição, como filósofos, psicólogos e mesmo pessoas leigas. Em seu sentido básico, a intuição refere-se ao ato ou faculdade de conhecer algo diretamente, sem o uso de processos racionais (GOLDENBERG, 1992 *apud* DE PAULA, 2007). A intuição é um processo nãoconsciente e que ocorre fora dos domínios da lógica formal, dando-se nas situações em que não há informações suficientes e quando surge uma demanda, sendo parte constituinte do ser humano. Não é um cálculo probabilístico, nem conhecimento técnico ou acadêmico, nem último recurso e palpíte (DE PAULA, 2007, p. 39-41).

específicos da pessoa, mais relaxada e despreocupada ela se mostra, permitindo a liberação da intuição”, possibilitando um agir sem preconceito (DE PAULA, 2007, p. 48).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurar analisar a extensão e a natureza do uso da força pela polícia é de grande relevância por uma série de motivos, já citados. Quase sempre, quando se fala em “uso da força policial”, a expressão vem carregada de preconceitos e implicações negativas, que conotam tratamento cruel e brutalidade, o que, de certo modo, corrói a confiança social em relação às instituições policiais. Assim, além dos efeitos negativos criados nas relações entre a comunidade e os agentes, podem ser gerados conflitos judiciais. Esta pesquisa procurou entender em parte a problemática da força desmedida de praças, estudando o processo decisório em abordagens policiais.

O trabalho empírico teve como objetivo compreender o processo de tomada de decisão e traduzir, em parte, as ações adotadas por policiais militares em situações de abordagem, por meio de articulação autoconfrontação entre os saberes – experiências e habilidades – e os aspectos inerentes ao contexto situado. Os policiais são agentes conhecedores da prática de policiamento e da identificação de suspeitos, já que são profissionais experientes. Assim, as descobertas aqui trazidas são baseadas em interpretações válidas de eventos no mundo real.

Os agentes relataram e manifestaram diversas formas de julgamento perceptivos, como palpite, sensação e intuição. O papel desempenhado pela percepção no processo de tomada de decisão foi evidenciado como um fator importante para a eficácia das respostas dos policiais aos cidadãos suspeitos, dado que a habilidade de detecção de indícios de suspeição se baseia nas condições do contexto e nos comportamentos. Procurou-se entender se os policiais participantes eram sensíveis à detecção de indícios de suspeição, ou seja, se o processo decisório de resposta à intuição policial era justificado ou injustificado, chegando-se a um resultado afirmativo.

Os seguintes fatores – cujos resultados se recomenda aplicar na prática – mostraram ser de grande importância para o bom andamento da abordagem e para o uso proporcional da força:

- 1) A unidade de comando da guarnição apresentou ser de fundamental importância para evitar o colapso dos policiais na hora da ação de abordagem, dado o poder de comando do agente. O policial no comando deve ser o mais capaz de realizar determinada abordagem, possuindo características como experiência, habilidade para lidar com a situação apresentada na abordagem, responsabilidade e iniciativa;

2) Trabalhar com a mesma equipe por muito tempo eleva o grau de entrosamento e coesividade dos policiais, o que, por sua vez, aumenta a rapidez das comunicações entre eles e das respostas às ameaças. Aconselha-se manter os mesmos policiais na mesma equipe sempre que possível. Deve-se criar uma escala de revezamento, compreendendo férias, atestados, aposentadorias etc., que diminua ao máximo a influência da troca de policiais em uma equipe. Pesquisas futuras poderão auxiliar a resolver esse problema, propondo a melhor maneira de realizar tais revezamentos;

3) Não é possível ensinar abordagem policial somente na academia, dado o distanciamento desta com a realidade prática, cotidianamente vivida, e com os contextos singulares experimentados nas operações. Segundo Ribeiro (2014), a prática tem um papel central na transferência e aquisição de habilidade. Assim, embora a academia possa proporcionar ao cadete, ao ingressar no centro de formação, socialização linguística – com a familiarização com os cadernos doutrinários, procedimentos-padrão e técnicas policiais de uma forma geral – e proximidade física – nos treinamentos e simulações de operações –, o refinamento da prática de abordagem e o reconhecimento de suas sutilezas se dão somente na rua, em operações reais, e na companhia de policiais experientes, na chamada imersão física, por meio da qual, a partir de similaridades, observações, bate-papos, erros e acertos compartilhados, tal cadete evolui na aquisição da habilidade de detecção. Nesse sentido, gestos, olhares, comportamentos e falas percebidos como suspeitos pelos policiais experientes, e os quais embasam o uso da força, podem ser introjetados nos novatos, por meio do retorno da experiência, sincronizando os sentidos e os valores socialmente construídos e compartilhados;

4) Recomenda-se a criação de um grupo de retorno de experiências (REX) em abordagens, cuja finalidade seja a criação de um ambiente de discussão, em que se compartilhariam experiências. A câmera de vídeo como aparato tecnológico em carros e coletes já é uma realidade em alguns países. Com este recurso, os agentes brasileiros poderiam, com as imagens, discutir e analisar erros e acertos, e os policiais experientes, explicar o engajamento de suas decisões.

Diante de tais fatores, esta dissertação trouxe avanços no conhecimento atual a respeito de abordagens policiais. Ela não tratou apenas sobre em que consiste o processo de tomada de decisão, mas sobre como este se faz presente nas abordagens policiais, dado que possibilitou entender, empiricamente, como a percepção é usada a partir das experiências dos policiais, em vez de se pautar somente por análises teóricas. A presente pesquisa

fornece evidências que traduzem, em parte, a atividade policial, apresentando uma explicação possível para o funcionamento dos processos e subprocessos da seleção de um suspeito e expandindo o entendimento sobre o fenômeno abordado. A investigação também analisou os “atalhos” que realmente aparecem na prática policial.

Embora a dissertação ofereça um argumento mais plausível e diferenciado para o debate sobre o processo de abordagem policial, ela não é livre de limitações. Os resultados aqui descritos carecem de ser conferidos e analisados em relação a pesquisas que se valem de outros procedimentos. Também é possível superar as limitações aqui encontradas refazendo as análises com o uso de novas tecnologias, como câmeras instaladas em cada policial e óculos com identificação da direção do olhar, possibilitando confrontações mais refinadas.

Pesquisas futuras poderão extrapolar as restrições inerentes a esta dissertação estudando outros domínios policiais. Elas poderão, por exemplo, entender o papel do negociador na leitura e interpretação do sequestrador; analisar o papel do investigador na detecção de mentiras em interrogatórios; estudar as operações de entrada em comunidades; analisar os “erros” policiais; verificar se a detecção de mentira pode ser automatizada; e avaliar se policiais experientes são mais sensíveis na detecção de traços suspeitos que os menos experientes.

Finalmente, as políticas de segurança pública, devem ser mais baseadas em pesquisas empíricas, bem como é necessário que se compreendam completamente a natureza e a extensão do uso da força policial e os fatores relacionados ao seu uso.

O pesquisador se despede com um trecho de um poema de Castro Alves, em homenagem a todos os policiais que contribuíram para a investigação ao desvelar uma parte de sua tão nobre atividade:

Das priscas eras, que bem longe vão,/ O grande nada dos heróis, que dormem [...]E foram grandes teus heróis, ó pátria, [...]Que ao trom da guerra soluçaste aos filhos:
“*Parti – soldados, mas voltai-me – bravos!*” (ALVES, 1870, p. 7, grifo nosso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, I. M.; FILHO, J. M. J. Acidentes e sua prevenção. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 7-18, jan/jun. 2007.
- ALVES, C. **Espumas flutuantes**. Belém, Pará: NEAD/Universidade da Amazônia, 1870.
- AMALBERTI *et al.* **Modeles et pratiques de l'analyse du travail. Resume des communication**. XXIV Congrès de la société d'Ergonomie de langue Française sur le thème, 1988. *Anais*. Paris, CNRS-PIRTTEM, 1988.
- ANTIPOFF, R. B. F. Competência prática, cognição e matemática na atividade de trabalhadores pouco escolarizados da construção civil. 2014. 179 p. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade De Educação. 2014.
- ARAÚJO, G. F. S. *et al.* A percepção dos trabalhadores experientes no processo de tomada de decisão. *Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, v. 11, n. 1, p. 127, 2016.
- ASK, K.; GRANHAG, P. A. Individual Determinants of Deception Detection Performance: Need for Closure, Attributional Complexity and Absorption. **Complexity**1(33), 1-13. 2003.
- AZEVEDO, A. L. V.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M. A. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 1, 2012.
- BELLI, B. DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA POLICIAL E ESPACO PÚBLICO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 40-48, 2016.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality**. A Treatise in the Sociology of Knowledge. 1991.
- BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corrigida no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1995.
- BITTNER, E. **The Functions of the Police in Modern Society**. Rockville, MD: **National Institute of Mental Health, Center for Studies of Crime and Delinquency**. 1970.
- BLAIR, J. P.; LEVINE, T. R.; SHAW, A. S. Content in Context Improves Deception Detection Accuracy. **Human Communication Research**. V.36, n.3, 423-442. 2010.
- BOND, Charles F.; DEPAULO, Bella M. Accuracy of deception judgments. **Personality and social psychology Review**, v. 10, n. 3, p. 214-234, 2006.
- BOND, G. D. *et al.* Lie-biased decision making in prison. **Communication reports**, v. 18, n. 1-2, p. 9-19, 2005.
- BRASIL, CTN. Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis L, v. 5172](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L_5172.htm), 2010.

- BRITO, T. D. Q. O efeito do treino na detecção direta da mentira. 2013. ix, 50 f., il. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Comportamento)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BULLER, D. B.; BURGOON, J. K. Interpersonal deception theory. **Communication Theory**, 3, 203–242. 1996.
- CALEFFI, P. **Educação autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão?** In: História e memórias da educação no Brasil, Vol. 1 Séculos XVI- XVIII. Maria Stephanou, Maria Helena Camara Bastos (org.). 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CAMPOS, M. **Estar aqui e estar lá: tensões e interseções com o trabalho de campo.** In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Etnomatemática. 2000.
- CARVALHO, M. Mentira, erro, ilusão, falsidade: sobre Nietzsche e Wittgenstein. **Cadernos Nietzsche**, n. 33, p. 199-214, 2013.
- CASTILLO, P. A.; MALLARD, D. Preventing Cross-Cultural Bias in Deception Judgments: The Role of Expectancies About Nonverbal Behavior. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 43 (6), 967-978. 2012.
- CHARMAZ, K. **A construção da Teoria Fundamentada.** Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- CHEVIGNY, P. **Edge of the knife: police violence in the Americas.** New York: The New Press, 1995.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Entrada em vigor em, v. 22, 1969.
- CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches.** 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012.
- CUNHA, L.; MATA, R. G.; CORREIA, F. Instrumentos de investigação. Luz, câmera, ação: orientações para a filmagem da atividade real de trabalho. **Laboreal**. V. 2, n. 1, pp. 23 -33, 2006.
- DANIELLOU, F.; SIMARD, M.; BOISSIÈRES, I. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte.** FONCSI, Toulouse, 2013.
- DE PAULA, C. H. **Intuição, linguagem não-verbal e o compartilhamento da experiência vivida:** um estudo sobre o processo de vendas de aeronaves executivas. 2007.
- DE SOUZA MATIAS, D. W. et al. Mentira: aspectos sociais e neurobiológicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 397-401, 2015.
- DREYFUS, H. **The current relevance of Merleau-Ponty's phenomenology of embodiment.** 1996. Acesso: 03 de Fevereiro de 2017. Disponível em: ejap.louisiana.edu/EJAP/1996.spring/dreyfus.1996.spring.html
- DREYFUS, Stuart E. The five-stage model of adult skill acquisition. **Bulletin of science, technology & society**, v. 24, n. 3, p. 177-181, 2004.
- DRISKELL, J. et al. Social indicators of deception. **Human Factors**, v. 54, n. 4, p. 577-588, 2012.

- EKMAN, P. Telling lies. New York: **Norton**. (Original work published 1985). 1992.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. Nonverbal leakage and clues to deception. *Psychiatry*, 32, 88–106. 1969.
- EKMAN, P. **Telling lies: Clues to deceit in the marketplace, politics, and marriage** (revised edition). WW Norton & Company, 2009.
- ENDSLEY, M. R. Toward a theory of situation awareness in dynamic systems. **Human Factors**, 37, 32–64. doi: 10.1518/001872095779049543. 1995a.
- ENGEL, R.; SOBOL, J.; WORDEN, R. **Further Exploration of the Demeanor Hypothesis: The Interaction Effects of Suspects' Characteristics and Demeanor on Police Behavior. Justice Quarterly** 17 (2), pp. 235 – 258. 2000.
- FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.
- FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2015**. 2015.
- FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2016**. 2016.
- FERNAUD, E. H. La detección de la mentira: perspectiva científica versus perspectiva lega, FERNAUD, Estefanía Hernández. La detección de la mentira: perspectiva científica versus perspectiva lega. 2000. **Tese de Doutorado**. Universidad de La Laguna.
- FORNÉ, C. S. The excessive use of force by mexico city law enforcement agencies: corruption, normal abuse and other motives. **Mexican Law Review**, v. 9, n. 1, p. 3-21, 2016.
- FREITAS-MAGALHÃES, A. **A psicologia das emoções**. O fascínio do rosto humano. Leya, 2013.
- FREUD, S. **Um Caso de Histeria**, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e Outros Trabalhos (1901~1905). Imago, 1996.
- GEERTZ, C. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85 -107.
- GEERTZ, C. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.
- GEERTZ, C. **O Saber Local – Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Ed. 7ª. Petrópolis, Vozes, 2004. 366 p.
- GLADWELL, M. **Blink: a decisão num piscar de olhos**. Sextante, 2016.
- GOLDMAN, M. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 3, 2008.
- GOODMAN, G. S. *et al.* Detecting lies in children and adults. **Law and Human Behavior**, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2006.
- GOODWIN, C. Professional Vision. **American Anthropologist**. v. 96, n. 3, p. 606-633. 1994.

GUÉRIN, *et al.* **Comprender o trabalho para transformá-lo.** São Paulo, Edgard Blücher. 2001.

GUIMARÃES, J. G.; TORRES, A. R. R.; FARIA, M. R. G. V. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 263-271, 2005.

HARRIS, K. R., TASHMAN, L., WARD, P., ERICSSON, K. A.; ECCLES, D. W. Planning, evaluation, and cognition: Exploring the structure and mechanisms of expert performance in a representative dynamic task. **Proceedings of the Annual Meeting of the Cognitive Science Society**, 28, 327–332. 2006.

HELLER, A. *et al.* **Sociología de la vida cotidiana.** Ediciones Península, 1998.

HONÓRIO, F. F. Precisão na detecção de mentiras: investigação sobre o efeito da detecção indireta. 2012. ix, 61 f., il. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Comportamento)-Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HORVATH, F. *et al.* The Accuracy of Auditors' and Layered Voice Analysis (LVA) Operators' Judgments of Truth and Deception During Police Questioning. **Journalofforensicsciences**, v. 58, n. 2, p. 385-392, 2013.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 1997.

HRW. HumanRightWatch. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285573>> Acesso: 10/2016.

JÚNIOR, J. P. S.; BARBOSA, M. L. A.; DAMASCENA, E. O. **Percebo, logo Consumo! A Fenomenologia da Percepção como Alternativa para o Estudo do Comportamento do Consumidor.** In: Encontro de Marketing da ANPAD, 6. 2014, Gramado. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

KLAHM, C. F.; TILLYER, R. Understanding police use of force: A review of the evidence. **Southwest journal of criminal justice**, v. 7, n. 2, p. 214-239, 2010.

KLEIN, G. A. **Recognition-primed decisions.** In W. B. Rouse (Ed.), *Advances in man-machine systems research* (Vol. 5, pp. 47–92). Greenwich, CT: JAI Press, Inc. 1989.

KLEIN, G. A., MOON, B.; HOFFMAN, R. R. Making sense of sensemaking 1: Alternative perspectives. **IEEE Intelligent Systems**, 21, 70–73. doi: 10.1109/ MIS.2006.75. 2006.

KLEIN, G. A., PHILLIPS, J. K.; RALL, E. L.; PELUSO, D. A. **A data-frame theory of sensemaking.** In R. R. Hoffman (Ed.), *Expertise out of context: Proceeding of the sixth international conference on naturalistic decision making* (pp. 113–155). New York: Lawrence Erlbaum Associates. 2007.

LAWTON, B. Levels of nonlethal force: an examination of individual, situational and contextual factors. **JournalofResearch in Crime andDelinquency**, Vol. 44(2), pp. 163-184. 2007.

LEPLAT, J.; MONTMOLLIN, M. **As relações de vizinhanças da ergonomia com outras disciplinas.** In: FALZON, P. (Org.). *Ergonomia.* São Paulo: Editora Blucher, 2007, p. 33 -44.

LEVINE, T. R.; KIM, R. K.; BLAIR, J. P. (In) accuracy at Detecting True and False Confessions and Denials: An Initial Test of a Projected Motive Model of Veracity Judgments. **Human Communication Research**, v.36, n.1, 82-102. 2010.

LOGUE, M. et al. Using reality monitoring to improve deception detection in the context of the cognitive interview for suspects. **Law and human behavior**, v. 39, n. 4, p. 360, 2015.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. **A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas**. 2002.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MASIP, J. *et al.* Experienced and novice officers' generalized communication suspicion and veracity judgments. **Law and human behavior**, v. 40, n. 2, p. 169, 2016.

MCCLUSKEY, J.; TERRILL, W. Departmental and Citizen Complaints as Predictors of Police Coercion. **Policing: An International Journal of Police Strategies and Management**, Vol. 28(3), pp. 513 – 529.2005.

MUNIZ, J. O. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro. **Doutorado em Ciência Política**. IUPERJ, Rio de Janeiro, 286 f, 1999.

OGAWA, T. *et al.* Systematic changes in tonic physiological activities during the Concealed Information Test. **International Journal of Psychophysiology**, v. 94, n. 3, p. 455-462, 2014.

OGAWA, T.; MATSUDA, I.; TSUNEOKA, M. The comparison question test versus the concealed information test? That was the question in Japan: a comment on Palmatier and Rovner (2015). **International Journal of Psychophysiology**, v. 95, n. 1, p. 29-30, 2015.

PEACE, K. A.; PORTER, S.; ALMON, D. F. Sidetracked by emotion: Observers' ability to discriminate genuine and fabricated sexual assault allegations. **Legal and Criminological Psychology**, 17 (2), 322-335. 2012.

PEIRANO, M. “Etnografia, ou a teoria vivida”. Ponto Urbe, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

PESSOA, A. Estudo de Psicologia Judiciária. Coimbra, França e Arménio, Livreiros Editores, 1913.

PHILLIPS, S.; HAGAN, J. M.; RODRIGUEZ, N. Brutal borders? Examining the treatment of deportees during arrest and detention. **Social Forces**, v. 85, n. 1, p. 93-109, 2006.

PINCH, S. Cities and services. **The geography of collective consumption**, Routledge, Londres. 1985.

PINHEIRO, P.S. Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia. **Revista da USP**, v.9, n.1, maio 1997.

PMMG. MINAS GERAIS. **Polícia Militar**. Caderno doutrinário 1: Intervenção Policial, Verbalização e Uso de Força. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2010. 120 p.

PMMG. MINAS GERAIS. **Polícia Militar**. Caderno doutrinário 2: Tática Policial, Abordagem a Pessoas e tratamento às Vítimas. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011. 140 p.

PMMG. MINAS GERAIS. **Polícia Militar**. Caderno doutrinário 3: blitz POLICIAL. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2010. 92 p.

PORTELA, A.; BUGHAY FILHO, A. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11, n. 106, 2007.

PORTER, S.; YUILLE, J.C. Credibility assessment of criminal suspects through statement analysis. **Psychology, Crime and Law**, v.1, 319-331. 1995.

PORTO, M. S. G.. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 132-141, 2004.

REINER, R. **A política da polícia**. Tradução de Jacy Cardia Ghiretti. São Paulo: USP, 2004. (Polícia e Sociedade, n. 11).

REIS, G. P. “Nem cora o livro de ombrear *co’o* sabre, nem cora o sabre de chamá-lo irmão”: a dualidade de “*habitus*” da cultura policial-militar. 2016. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PCU-MG). **Tese** (Doutorado). Belo Horizonte, 2016.

RIBAS, C. A. B. D. **A Credibilidade do Testemunho**. A Verdade e a Mentira nos Tribunais. 2011.

RIBEIRO, A. A. T. **A influência da personalidade na detecção da mentira. Dissertação de mestrado em Psicologia Forense e Criminal**. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. 2013. 62p.

RIBEIRO, B. J. A (in) capacidade estatal de defesa dos direitos humanos: o incidente de deslocamento de competência nº 3 e a violência policial no estado de Goiás. 2016. **Tese de Doutorado**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília.

RIBEIRO, R. Tacit Knowledge Management. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 12, Issue 2, p. 337-366, 2012a.

RIBEIRO, R. The Role of Experience in Perception. Empirical study/analysis. **Human Studies**. 4ª edição, V. 37, pp 559-581, 2014.

RIKSHEIM, E.; CHERMAK, S. Causes of Police Behavior Revisited. **Journal of Criminal Justice**. Vol. 21, pp. 353 – 382. 1993.

ROBERTS, Karl *et al.* Police interviewing of criminal suspects: a historical perspective. **Internet Journal of Criminology**, p. 1, 2012.

SADLER-SMITH, E.; AKINCI, C. **Enacting intuitions as skillful performance: the case of police officers’ first-response decisions**. 2015

SAMPIEIRI HERNANDEZ, R.; COLLADO, C. F.; BAPTISTA LUCIO, M. P. **Metodologia de Pesquisa**, 5th Edition. AMGH, 03/2013. VitalSourceBookshelf Online.

SANTANA, S. L.; SABINO, A. D. Estresse policial militar: efeitos psicossociais. **Revista Conexão Eletrônica**. Disponível em: http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ES_TRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf Acesso: 2017.

SANTOS, M. E. Um “entendimento do entendimento”: olhar sobre o saber local. **Espaço do currículo**, v.7, n.2, p.350-355, 2014.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação&Sociedade**, v. 19, n. 65, p. 101-140, 1998.

SHERMAN, Lawrence W. Hot spots of crime and criminal careers of places. *Crime and place*, v. 4, p. 35-52, 1995.

SILVA, S. L. Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento. **Ci. Inf., Brasília**, v. 33, n. 2, p. 143-151, 2004.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SILVA, G. G. A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito. 2010.

SINCLAIR, M. **Handbook of research methods on intuition**. Cheltenham: Edward Elgar. 2014.

SKOLNICK, J.H. Justice without trial. **Law enforcement in democratic society**. New York: MacMillan, 1966.

SUSS, J.; WARD, P. **Investigating Perceptual Anticipation in a Naturalistic Task using a Temporal Occlusion Paradigm A Method for Determining Optimal Occlusion Points**. In: Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting. SAGE Publications, 2013. p. 304-308.

SUSS, J.; WARD, P. **Use of an option generation paradigm to investigate situation assessment and response selection in law enforcement**. In: Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting. Sage Publications. p. 297-301. 2012.

TAROZZI, M. **O que é a Grounded Theory? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados**. Trad. Carmem Lussi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THEUREAU, J. **O curso da ação**. Método Elementar. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Ed. 18. São Paulo: Cortez Editora. 2011. 133 p.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, 2016.

VILELA, R. A. G.; IGUTI, A. M.; ALMEIDA, I. M. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, pp. 570-579, mar- abr. 2004.

VRIJ, A. **Detecting Lies and Deceit: The Psychology of Lying and Implications for Professional Practice.** Portsmouth, Reino Unido: Wiley. 2000. 276p.

VRIJ, A.; MANN, S. Telling and detecting lies in a high-stake situation: The case of a convicted murderer. **Applied Cognitive Psychology**, 15, 187–203. 2001.

WACQUANT, L. JD. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Freitas Bastos Editora, 2001.

WISNER, A. **Atividades humanas previstas, atividades humanas reais nos sistemas automatizados.** 1996. p. 1-16. In: LIMA, F. P. A.; NORMAND, J. E (Ed.). *Qualidade da produção, produção dos homens: aspectos sociais, culturais e subjetivos da qualidade e da produtividade.* Belo Horizonte: DEP - E.E. UFMG, 1996.

YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim** - Série Métodos de Pesquisa. Penso, 01/2016. VitalSource Bookshelf Online.

ZHOU, L.; ZHANG, D.; SUNG, Y. The effects of group factors on deception detection performance. **Small Group Research**, p. 1046496413484178, 2013.

ZIMMERMAN, L. A. **Making sense of human behavior: Explaining how police officers assess danger during traffic stops.** In J. M. Schraagen, L. Militello, T. Ormerod e R. Lipshitz (Eds.), *Naturalistic decision making and macrocognition* (pp. 121–140). Aldershot, U.K.: Ashgate Publishing. 2008.

ZUCKERMAN, M.; DEPAULO, B. M.; ROSENTHAL, R. Verbal and nonverbal communication of deception. In L. Berkowitz (Ed.), **Advances in experimental social psychology**. Vol. 14, pp. 1–59. New York: Academic Press. 1981.

GLOSSÁRIO SOBRE A ABORDAGEM POLICIAL

(Referência:PMMG, 2010, pp. 109-116)

Abordado cooperativo – pessoa que acata todas as determinações do policial durante a intervenção, sem apresentar resistência.

Abordado resistente – pessoa que não aceita a intervenção policial e tenta impedi-la. Verresistência passiva e resistência ativa.

Abordagem policial - conjunto ordenado de ações policiais para aproximar-se de uma pessoa, veículo ou edificação com o intuito de orientar, identificar, advertir, realizar buscas, efetuar detenções, entre outros., utilizando-se de técnicas, táticas e meios apropriados.

Abrigos – são proteções físicas utilizadas pelo policial para se proteger de disparos de arma de fogo ou de quaisquer objetos que possam atingi-lo.

Ação policial militar - é o desempenho isolado de fração elementar ou constituída, com autonomia para cumprir missões rotineiras. Podem ter caráter operacional, administrativo ou de treinamento.

Ação vigorosa – fundamento da abordagem que se caracteriza pela atitude firme e resoluta do policial por meio de uma postura imperativa, com ordens claras e precisas.

Ameaça - ato delituoso pelo qual alguém, verbalmente ou por escrito, por gesto ou por qualquer outro meio simbólico e inequívoco, faz injustamente um mal grave a determinada pessoa.

Área de risco – é a área na qual a polícia não detém o domínio da situação, consistindo na parte do “teatro de operações” de onde podem surgir ameaças durante uma intervenção.

Área de segurança – é a área na qual a polícia tem o domínio da situação, não havendo presumidamente riscos à integridade física e segurança dos policiais.

Armas de menor potencial ofensivo - são as projetadas e/ou empregadas, especificamente, para conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas, minimizando ferimentos e número de mortes.

Avaliação de riscos – análise da probabilidade de concretização de dano a pessoas e bens e de todos os aspectos de segurança que subsidiarão o processo de tomada de decisão em uma intervenção.

Conveniência - o uso de força deve considerar a oportunidade e a aceitação de uma ação policial em um determinado contexto, evitando ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos.

Deslocamento tático – movimentação do policial em determinado espaço/local (“teatro de operações”) seguindo padrões de segurança, específico.

Disciplina tática – comportamento policial ordenado e executado com base em procedimentos específicos, devidamente orientados pela doutrina institucional.

Encarregado da aplicação da lei – é o agente público, civil ou militar, integrante das instituições policiais, nacionais ou internacionais, com poderes especiais de captura, detenção, uso de força e investigação criminal, para servir a sociedade e protegê-la contra atos ilegais.

Equipamentos de menor potencial ofensivo - compreende todos os artefatos, excluindo as armas e munições, desenvolvidos e empregados com a finalidade de minimizar ferimentos e número de mortes.

Estado de alarme (vermelho) – estado de prontidão em que o policial está sob risco real e uma resposta é necessária, focalizando a ameaça e mantendo a atenção concentrada no problema.

Estado de alerta (laranja) – estado de prontidão em que o policial detecta um problema e está ciente de que um confronto é provável e, embora ainda não haja uma necessidade imediata de reação, mantém-se vigilante, identifica se há alguém que possa representar uma ameaça que exija uso de força e calcula o nível de resposta adequado.

Estado de atenção (amarelo) – estado de prontidão em que o policial está atento, precavido, mas não tenso. Apresenta calma, porém, mantém constante vigilância das pessoas, dos lugares, das coisas e ações ao seu redor por meio de uma observação multidirecional e atenção difusa.

Estado de pânico (preto) – estado de prontidão em que o policial não está preparado para reagir a uma situação de perigo, caracterizado por um descontrole que produz paralisia ou uma reação desproporcional.

Estado de prontidão – conjunto de alterações fisiológicas (batimento cardíaco, ritmo respiratório, dentre outros) e das funções mentais (concentração, atenção, pensamento, percepção, emotividade) que influenciam na capacidade de reagir às situações de perigo.

Estado relaxado (branco) – estado de “não prontidão”, caracterizado pela distração do policial em relação ao que está acontecendo ao seu redor, pelo pensamento disperso e relaxamento.

Força – ato discricionário, legal, legítimo e profissional, pelo qual a polícia controla uma situação que ameaça a ordem pública, a dignidade, a integridade ou a vida das pessoas, observados os princípios legais.

Força potencialmente letal - consiste no disparo de armas de fogo, outros meios, ou procedimentos, por parte de policiais, contra um agressor, em situações que envolvam risco iminente de morte ou lesões graves, com o objetivo de fazer cessar a agressão.

Gestão de riscos – processo utilizado para identificar, analisar e eliminar ou mitigar, a um nível aceitável, os perigos e os consequentes riscos, decorrentes das ameaças e a viabilidade de uma intervenção.

Infrator – pessoa que infringe a lei; viola as regras; não obedece a norma ou ordem legal. Instrumentos de menor potencial ofensivo - conjunto de armas, munições e equipamentos que possibilitam preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas envolvidas.

Intervenção policial – ação ética e legal realizada por profissionais capacitados para empregar técnicas e táticas policiais, em eventos de defesa social, tendo como objetivo prioritário a promoção e a defesa dos direitos fundamentais da pessoa.

Intervenção policial nível 1 - intervenções características de situações de assistência e orientação.

Intervenção policial nível 2 – intervenções características de situações que haja a necessidade de verificação preventiva.

Intervenção policial nível 3 – intervenções características de situações de fundada suspeita ou certeza de cometimento de delito, demandando ações repressivas.

Moderação - o emprego da força pelos policiais deverá ser dosado, visando não produzir, ou reduzir, os efeitos negativos decorrentes do seu uso, devendo ter intensidade e duração suficientes para conter a agressão.

Modus operandi – modo de ação geralmente associado a conduta de infratores.

Nível de força - representa uma intensidade de força que possibilita ao policial agir com menor ou maior controle sobre o abordado.

Ocorrência policial militar - é todo fato que exige intervenção policial militar, por intermédio de ações ou operações.

Operação policial militar - é a conjugação de ações, executada por fração de tropa constituída, que exige planejamento específico. Pode ter caráter estratégico, tático ou operacional, combinadas com outras forças policiais ou militares, para o cumprimento de missões específicas com a participação eventual de outros órgãos de apoio da Corporação e de órgãos integrantes do sistema de Defesa Social. Exige alto grau de coordenação e controle.

Pensamento tático – é o processo de análise do cenário da intervenção policial (leitura do ambiente), consistindo em mapear as diferentes áreas do “teatro de operações” em função dos riscos avaliados, identificar perímetros de segurança para atuação, priorizar pontos que exijam maior atenção e tentar interferir no processo mental do agressor.

Perigo - situação em que a existência ou integridade de uma pessoa ou de uma coisa está ameaçada

Poder de polícia – é a capacidade legítima que o agente da administração pública, devidamente constituída, tem para limitar direitos individuais em prol da coletividade.

Ponto de foco – é a localização exata dentro da área de risco de onde podem surgir ameaças.

Ponto quente – é uma ameaça clara e presente que deve ser imediatamente controlada pelo policial para garantir a segurança a todos os envolvidos.

Preparo mental – é o processo de pré-visualizar e ensaiar mentalmente os prováveis problemas a serem encontrados em cada tipo de intervenção policial e as possibilidades de respostas.

Processo mental da agressão – etapas percorridas por uma pessoa que intenciona agredir o policial (identificar, decidir e agir).

Proporcionalidade - o nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente da lei.

Rapidez – fundamento da abordagem que se caracteriza pela velocidade com que a ação policial é processada, garantindo a “surpresa” por parte do abordado, diminuindo-lhe suas possibilidades de reação.

Resistência ativa sem agressão física – resistência por parte do abordado que reage fisicamente com o objetivo de impedir a ação legal, contudo, não agride e nem direciona ameaças ao policial.

Resistência ativa com agressão não letal – resistência por parte do abordado agredindo os policiais ou pessoas envolvidas na intervenção, contudo, tais agressões, aparentemente, não representam risco de morte.

Resistência ativa com agressão letal – resistência por parte do abordado que utiliza de agressão que põe em perigo de morte o policial ou pessoas envolvidas na intervenção.

Resistência passiva – resistência por parte do abordado em que ele apenas retarda a intervenção, não acata, de imediato, as determinações do policial, entretanto não reage e nem agride fisicamente.

Risco – é a probabilidade de concretização de uma ameaça contra pessoa e bens; é incerto, mas previsível.

Risco nível I – reduzida possibilidade de ocorrerem ameaças que comprometem a segurança.

Risco nível II – real possibilidade de ocorrerem ameaças que comprometem a segurança.

Risco nível III – concretização do dano ou decorrente do grau de extensão da ameaça.

Segurança – fundamento da abordagem que se caracteriza por um conjunto de medidas adotadas pelo policial para controlar, reduzir ou, se possível, eliminar os riscos da intervenção.

Surpresa – fundamento da abordagem que se caracteriza pela ação do policial não prevista pelo abordado, surpreendendo-o e reduzindo seu tempo de reação.

Suspeito – aquele que se apresenta duvidoso quanto ao seu modo ou maneira de agir, inspirando no policial certa desconfiança ou opinião desfavorável.

Tática policial - arte de aplicar com eficácia os recursos técnicos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis, visando ao alcance de determinados objetivos.

Unidade de comando - fundamento da abordagem que se caracteriza pela coordenação centralizada da intervenção policial que garante o melhor planejamento, fiscalização e controle.

Uso diferenciado de força – processo dinâmico e escalonado das possibilidades do emprego de força, podendo aumentar ou diminuir, diante de uma potencial ameaça a ser controlada e de acordo com as circunstâncias em que se dão a intervenção policial.

Varredura – verificação policial em um determinado espaço físico.

Verbalização policial – é o uso da comunicação oral com entonação apropriada e o emprego de termos adequados, que sejam facilmente compreendidos.

Violência Policial – ação arbitrária, ilegal, ilegítima, amadora ou que utiliza excessivamente a Força.

Visão em túnel – é a convergência da visão do policial para um determinado ponto, proporcionando a sua vulnerabilidade quanto a outros ambientes.

Vítimas – pessoas que, individual ou coletivamente, sofreram danos, inclusive sofrimento físico, mental ou emocional, perdas econômicas ou violações substanciais de seus direitos fundamentais, mediante atos ou omissões que constituem transgressão das leis criminais e das que proíbem o abuso criminoso de poder.

APÊNDICE A

Análise do vídeo sem áudio

Número de ord. 1	Tempo (h)	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO <u>(SEM ÁUDIO)</u>	Observações Gerais
COMANDO DE ORDEM PARA SE COLOCAR ÀS MÃOS NA CABEÇA	<p>13h48min</p> <p>1.1. → Comando de voz</p> <p>1.2. → Posição de guarda baixa</p> <p>1.3. → Início da triangulação.</p>	<p>[Quatro policiais [dois homens e duas mulheres], em patrulha em zona quente de criminalidade [ZQC] avistaram um homem, descendo de um ônibus em uma avenida movimentada ao entardecer, onde os mesmos o abordam. Todos os policiais descem da viatura. Uma das policiais ali presentes coloca a mão em cima da arma, porém, não a retira do Coldre, a uma distância aproximada de 3 metros do suspeito, dando ordem de comando]</p> <p>Policia (Segurança): “<i>Coloque as mãos na cabeça!</i>”.</p> <p>Cidadão: “<i>Meu senhor eu sou inocente. Desci do ônibus apenas para ir urinar</i>”.</p> <p>Policia (Segurança): “<i>Coloque as mãos na cabeça!</i>”.</p> <p>[Os policiais começam a circular o indivíduo na forma de um triângulo]</p>	<p>TEN: <u>Local movimentado, transeunte...</u> De repente poderia ter abordado ele depois desse transeunte [apontado a um cidadão próximo ao suspeito], por que a oportunidade quem faz é nós né... Deixa ele caminhar mais um pouco e você aborda ele entendeu!? Não precisava abordar perto dele... <u>a abordagem esta errada...</u></p> <p>Pesquisador: Por que ela esta errada [abordagem] nesse caso?</p> <p>TEN: Por que eles deveriam ter feito uma aproximação por triangulação, ao invés de terem ficado na frente. <u>Deveria</u> ter policial atrás, nos vértices, entendeu? <u>Justamente por causa do princípio da surpresa...</u> Eu pessoalmente, visualmente eu já verificava que não esta carregando uma arma, na cintura... Pela roupa apertada.</p> <p>Pesquisador: E nesse caso o princípio da surpresa...</p> <p>TEN: Abordagem é coisa rápida... Olha lá... Os caras nem pegaram ele ainda... quando tem surpresa o cara fica sem reação.</p>	<p>Na verbalização, percebe-se que o agente faz uma análise mais baseada no normativo e na regra, apontando defeitos e erros mais pontuais, dado a presença da regra e da pontualidade em seu discurso carregado de “<i>deveria</i>” utilizado em suas falas: “... <i>deveriam ter feito uma aproximação por triangulação... Deveria ter policial atrás, nos vértices... a abordagem esta errada</i>”.</p> <p>As características da vestimenta do indivíduo foram percebidas em ambas as falas, como suporte para identificação de volumes suspeitos e análise de risco. Esse fato esta presente nas verbalizações, nos trechos: “... <i>não esta carregando uma arma, na cintura, a roupa dele é apertada...</i>”.</p> <p>Outro fato interessante é que ele analisa todo o contexto: movimentações, presença ou não de pedestres. Essas variáveis foram citadas como auxiliares a tomada de decisão em abordar ou não.</p> <p>Como o mesmo não tem o suporte da fala ao seu julgamento, ele praticamente não analisa o sujeito nesse primeiro momento.</p>

Número de ord. 2	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (SEM ÁUDIO)	Observações gerais
JUSTIFICATIVA DO SUSPEITO	<p>13h49min</p> <p>2.1. ⇒ Verbalização.</p> <p>2.2. ⇒ Gesticulação.</p>	<p>[O suspeito por sua vez, não obedece ao comanda da policial e, ao mesmo tempo gesticulando muito, mostra alguns documentos à agente e dialoga].</p> <p>Cidadão: <u>“Descido do ônibus apenas para ir urinar!”.</u></p>	<p>[13h49min] TEN: O cara esta tentando justificar. Mostrar seus documentos. Por que <u>youê vê que ele conversa e gesticula muito, ele deve estar querendo explicar alguma coisa [...]</u> bandido não conversa assim não. Bandido diz: <u>sim senhor, não senhor, não tem vocabulário. Agora quando o cara conversa demais é um forte indicio de ele ser cidadão honesto. Tá tenta mostrar honestidade...</u> Agora à conversa com ele ali... <u>O seu foco é o que? Não é abordar aquele cidadão...</u> Cidadão mão na cabeça, imperativo... Repete várias vezes.</p>	<p>Na verbalização, o tenente intui mais suposições, pelos gestos do abordado e dos policiais, que o cidadão tentava demonstrar honestidade, fato presente nos trechos: “... <i>Agora quando o cara conversa demais é um forte indicio de ele ser cidadão honesto. Tá tenta mostrar honestidade...</i>”.</p> <p>Além deste fato, percebe-se na fala, que primeiro ele avalia o cenário e suas características (“... <i>tentando justificar... Mostrar seus documentos...</i>”), e somente após essa análise ele organiza a abordagem, lembrando-se da função central de pará-lo, fato presente na fala “... <i>O seu foco é o que? Não é abordar aquele cidadão...</i>”.</p>

Número de ord. 3	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO <u>(Sem Áudio)</u>	Observações gerais
DIÁLOGO ENTRE PME SUSPEITO/TRIANGULAÇÃO	<p>13h50min</p> <p>3.1. → Diálogo.</p> <p>3.2. → Triangulação completa.</p>	<p>[Os agentes pedem] Policial (segurança): “Coloque as mãos na cabeça!”.</p> <p>[O mesmo se recusa dizendo]</p> <p>Cidadão: “Não vou colocar a minha mão na cabeça, rapaz!”.</p> <p>Policial (Segurança): “Levante a camisa!”.</p> <p>Cidadão: “Não há nada comigo, só quero urinar!”.</p> <p>[Nesse momento os quatro policiais se posicionam ao redor do abordado].</p>	<p>[13h50min15s] TEN: <u>Agora que eles entenderam e já vai fazendo a triangulação. Olha pra você vê o cara já passando atrás pra tentar a surpresa.</u> Esse aqui já poderia estar dominando o cara, se for necessário... Você não conversa tanto assim não, se há a presunção de arma de fogo...</p> <p>Pesquisador: Não conversa...</p> <p>TEN: <u>Eles deveriam conversar com ele, próximos a um abrigo... Beirada de um poste, de uma árvore igual tinha ali, que dava pra abrigar, caso ele fizesse um saque, quando é arma de fogo.</u> Mas quando você presume que é droga, um material furtado, ai tudo bem... Vai tudo da presunção do policial, mas nunca invadir a área de risco.</p>	<p>Na verbalização, percebe-se novamente há a presença de um maior agarramento ao normativo e a regra, uma vez, que o procedimento doutrinário de polícia, pede que se faça isso. Tal indício é perceptível em sua fala, nos trechos: “... Agora que eles entenderam e já vai fazendo a triangulação... próximos a um abrigo... Beirada de um poste... mas nunca invadir a área de risco”.</p> <p>Esses fatos indicam novamente o agarramento à norma, quando se tenta julgar, sem a fala como suporte e auxílio.</p>

Número de ord. 4	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (SEM ÁUDIO)	Observações Gerais
USO DA FORÇA E QUEBRA DA RESISTÊNCIA DO SUSPEITO	<p>13h50min</p> <p>4.1. → Aumento do tom de voz.</p> <p>4.2. → Imposição da arma em punho.</p> <p>4.3. → Justificativa da ação em sua forma legal.</p>	<p>Policial (comando): “A sua identificação me possibilita a abordagem é assim que se faz”.</p> <p>Cidadão: “A abordagem é do que... Eu desci do ônibus só pra isso, eu desci do ônibus só pra urinar, só isso”.</p> <p>[Nesse momento um policial retira a arma do Coldre, aumenta o tom de voz e verbaliza novamente]</p> <p>Policial (Segurança): “Bota a mão na cabeça!”.</p> <p>[O abordado levanta as mãos, porém não às coloca na cabeça. O policial novamente pede]</p> <p>Polícia (Segurança): “Coloque as mão na cabeça!”.</p> <p>Cidadão: “Não vou colocar a mão na cabeça!”.</p> <p>Policial (Segurança): Isso vai acabar em delegacia por desobediência.</p>	<p>[13h50min20s] <u>Não teve um planejamento mental da abordagem..</u></p> <p>Pesquisador: Como assim Planejamento mental?</p> <p>TEN: Se ela é a comandante e ela sabe que ela é fraca pra verbalizar, então que <u>ela verifique na equipe dela, quem tem o melhor poder de persuasão</u>, ele pode ser o verbalizador... Pode ser um recruta. Tem gente que tem o dom de verbalizar... Eu não vejo que foi uma voz muito imperativa não.</p> <p>Pesquisador: Como assim voz imperativa?</p> <p>TEN: Tem que demonstrar força... Repetir várias vezes. Várias vezes. Mãos na cabeça...</p> <p>Pesquisador: Como demonstrar força?</p> <p>TEN: geralmente eu já saco a arma é grito “mão na cabeça!”. E fico nessa posição aqui, que é uma posição com área diminuída... Uma posição de menor risco [o mesmo ficou em uma posição chamada de posição com silhueta baixa, típicas de atirador em filme].</p>	<p>Na verbalização, há presente indícios que apontam para a importância da supremacia de força e postura do comandante da guarnição, fato presente nos trechos: “<i>Não teve um planejamento mental da abordagem... se ela é a comandante e ela sabe que ela é fraca pra verbalizar, então que ela verifique na equipe dela, quem tem o melhor poder de persuasão</i>”.</p> <p>Todavia, em tais trechos, percebe-se apontamentos de falhas, aparentemente mais afastadas do calor da ação.</p>

Número de ord. 5	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO <u>(SEM ÁUDIO)</u>	Observações gerais
ABORDAGEM AO SUSPEITO	<p>13h50min</p> <p>5.1. → Aproximação.</p> <p>5.2. → Abordagem.</p>	<p>[Enquanto os dois dialogam, outro policial nas costas dele aproveita a situação e realiza a revista individual no suspeito].</p> <p>Policial (Segurança): “Bota a mão na cabeça!”.</p> <p>Cidadão: “Não vou botar a mão na cabeça!”.</p>	<p>TEN: <u>Olha pra você vê o cara já passando atrás pra tentar a surpresa. Esse aqui já poderia estar dominando o cara, se for necessário...</u> O camarada levanta, abaixa a mão, você vê que se ele quisesse pegar no policial fazendo a busca ele pegava...</p> <p>Pesquisador: Surpresa...</p> <p>TEN: Sim. Aproximar de uma forma que ele não tenha a concepção que a gente vai abordar... De uma vez... Geralmente o cara trava todo, em 99% das vezes.</p> <p>Pesquisador: E nesse 1% que falta?</p> <p>TEN: Ai é quando o cara tenta fugir... O povo tenta arrebatar preso...ai o caldo engrossa meu amigo...</p> <p>Pesquisador: caldo engrossa...</p> <p>TEN: O caderno doutrinário fala pra gente bater nas áreas verdes [apontando pra pernas e braços], mas não diz a quantidade de força não...</p>	<p>Na verbalização sem áudio o TEN percebe que na abordagem, a segurança é uma ação coletiva. O que possibilitaria um maior dinamismo, tranquilidade e fluidez na ação de aproximação.</p>

Número de ord. 6	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (SEM ÁUDIO)	Observações gerais
IDENTIFICAÇÃO DO SUSPEITO	<p>13h50min</p> <p>6.1. → Leitura de documentos pessoais e identificação</p>	<p>Policia (Comando): “<i>Você mora aonde?</i>”.</p> <p>Cidadão: “<i>Eu moro aqui, rapaz</i>”.</p> <p>Policia (Comando): “<i>Por que da resistência e qual o problema de se colaborar com a abordagem</i>”.</p> <p>Cidadão: “<i>Não é colaborar com a abordagem, vocês estão trabalhando errado, do jeito que o rapaz me gritou, só isso</i>”.</p> <p>Policia (Comando): “<i>Trabalhando errado!? Quem está no comando sou eu rapaz, foi eu que pedi pra você que colocasse a mão na cabeça</i>”.</p> <p>Cidadão: “<i>Eu não vou colocar a mão na cabeça, por não ser ladrão, minha senhora</i>”.</p> <p>Policia (Comando): “<i>Mas o senhor foi parado, foi abordado e o senhor deveria ter colaborado, como qualquer cidadão em uma abordagem</i>”.</p> <p>Policia (Comando): “<i>Você trabalha na 1ª vara da justiça e com essa atitude!</i>”.</p> <p>Cidadão: “<i>Você viu como ele me gritou? Eu já ia descendo</i>”.</p> <p>Policia (Vistoriador): “<i>Eu o vi descendo e achei suspeito, desceu rápido</i>”.</p>	<p>TEN: ... a gente tem um tirocínio⁴² policial, você olha um cidadão e vê umas características que embasa a fundada suspeita. Quando ela falha pedimos desculpa ao cidadão.</p> <p>Pesquisador: Tirocínio... O que é isso?</p> <p>TEN: É a experiência do cara...</p> <p>Pesquisador: Então tem horas que ela dá certo e horas que não?</p> <p>TEN: Tem uai... Eu tenho 23 anos de policia. E Mesmo assim tem horas que a gente erra... Às vezes tem um colega que vê e você não vê... e assim vai... Atividade de policia... Quando mais xereta o cara for melhor. Policial bom é policial intrometido. Vê o cara para e pergunta tudo... que que tá fazendo ali...</p>	<p>A verbalização apresentou menos elementos, a tomada de decisão, além de ser meio solta no contexto.</p> <p>Na verdade o TEN descreve uma categoria mais geral de sua análise, indicando que o que embasa a fundada suspeita é somente as características do suspeito. O que não inteiramente verdade.</p> <p>Percebeu-se na verbalização do vídeo com áudio, que a um sincronismo entre características, contexto e situação. Onde o mesmo se guia pelos abertos que surgem e desaparecem.</p>

⁴²**Tirocínio**: Capacidade de percepção que vai além dos 5 sentidos habituais; Faculdade sensorial de captar, definir e identificar o perigo; capacidade adquirida pela reiterada prática de uma profissão ou ofício. segundo o dicionário Houaiss, vem a ser o primeiro ensino, primeiroaprendizado, aonde se inicia nossa capacidade de discernimento.

Análise do vídeo com áudio.

Número de ord. 1	Tempo (h)	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações Gerais
COMANDO DE ORDEM PARA SE COLOCAR ÀS MÃOS NA CABEÇA	13h48min	[Quatro policiais (dois homens e duas mulheres), em patrulha em zona quente de criminalidade (ZQC) avistaram um homem, descendo de um ônibus em uma avenida movimentada ao entardecer, onde os mesmos o abordam. Todos os policiais descem da viatura. Uma das policiais ali presentes coloca a mão em cima da arma, porém, não a retira do Coldre, a uma distância aproximada de 3 metros do suspeito, dando ordem de comando]		Na verbalização, o mesmo apresenta, uma análise mais correlata e sequencial, presente nos trechos: <i>“Já vai aproximando e já vai tomando o dispositivo de cada um para um lado... Não pode parar não, você vai aproximando e já vai fazendo a triangulação...”</i> .
	1.1. → Comando de voz	Policial (Segurança): <i>“Coloque as mãos na cabeça!”</i> . Cidadão: <i>“Meu senhor eu sou inocente. Desci do ônibus apenas para ir urinar”</i> .	TEN: <u>Pelo meu tirocínio policial esse cidadão pelo jeito dele proceder, pelo linguajar que ele usa. Bandido não fala assim não...</u>	A fala se mostrou importante para que o policial enxergue a abordagem de forma mais organizada, possibilitando juntar as peças do quebra cabeça, que fazem parte de tal procedimento e do processo de seu tirocínio.
	1.2. → Posição de guarda baixa	Policial (Segurança): <i>“Coloque as mãos na cabeça!”</i> .	Pela vestimenta que ele usa, que é roupa apertada, que de imediato dá para eu presumir que não esteja armado... não tem volume nenhum na cintura... Na perna... Mas acontece que é de imediato. Já vai aproximando e já vai tomando o dispositivo de cada um para um lado... Ai de certa forma eles chegam a ficar parados e depois que começam a circular o cidadão. Não pode parar não, você vai aproximando e já vai fazendo a triangulação. Pesquisador: Não fala como bandido... TEN: Bandido é sim senhor, não senhor. Não fala desse jeito não... Pesquisador: jeito... qual jeito... TEN: Solicito. Você vê que ele quer se identificar. Esta te entregando a documentação... Pesquisador: Ver o quê? TEN: ... antecipou o pedido. Esta se identificando... só não quer colaborar com a revista...	Além desse fator, a fala foi utilizada pelo mesmo para descaracterizar a suspeita do cidadão, indício presente na verbalização: <i>“... Pelo meu tirocínio policial esse cidadão pelo jeito dele proceder, pelo linguajar que ele usa... Bandido não fala assim não.”</i> .
1.3. → Início da triangulação.	[Os policiais começam a circular o indivíduo na forma de um triângulo]		As características da vestimenta do indivíduo foram percebidas como suporte a análise de risco e para identificação do suspeito, o que pode indicar que o policial percebe continuamente traços do suspeito: <i>“... roupa apertada... não tem volume nenhum na cintura. Na perna que é um outro local que guarda arma ele não tem, pela roupa.”</i> .	

Número de ord. 2	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações gerais
JUSTIFICATIVA DO SUSPEITO	<p>13h49min</p> <p>2.1. → Verbalização.</p> <p>2.2. → Gesticulação.</p>	<p>[O suspeito por sua vez, não obedece ao comanda da policial e, ao mesmo tempo gesticulando muito, mostra alguns documentos à agente e dialoga].</p> <p>Cidadão: <u>“Descido do ônibus apenas para ir urinar!”.</u></p>	<p>TEN: <u>É ordem legal é... mandou colocar a mão na cabeça tem que por a mão na cabeça. Agora se o cidadão depois quiser interpelar o porquê da ordem, eu respondo pra ele depois. Mas a prioridade ali é a abordagem.</u></p> <p>Pesquisador: <u>Prioridade...</u></p> <p>TEN: o tempo todo nós ficamos tentando dialogar com o cara... mas a prioridade é abordá-lo... aproximar e realizar a revista.</p>	<p>Na verbalização, sua tática de julgamento prioriza a abordagem logo de início, pois ela [abordagem] deve ser feita prioritariamente (“... <i>É ordem legal é... se o cidadão depois quiser interpelar o porquê da ordem, eu respondo pra ele depois. Mas a prioridade ali é a abordagem.</i>”).</p> <p>Somente após a abordagem concluída, verbaliza-se com o cidadão. Portanto, a fala ajudou a deixar o cenário mais organizar, lembrando-se, de quais são as prioridades mais relevantes em uma abordagem. Contrário à análise feita sobre o vídeo sem áudio.</p>

Número de ord. 3	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações Gerais
DIÁLOGO ENTRE P M E SUSPEITO/TRIANGULAÇÃO	<p>13h50min</p> <p>3.1. → Diálogo.</p> <p>3.2. → Triangulação completa.</p>	<p>[Os agentes pedem]</p> <p>Policial (segurança): “Coloque as mãos na cabeça!”.</p> <p>[O mesmo se recusa dizendo]</p> <p>Cidadão: “Não vou colocar a minha mão na cabeça, rapaz!”.</p> <p>Policial (Segurança): “Levante a camisa!”.</p> <p>Cidadão: “Não há nada comigo, só quero urinar!”.</p> <p>[Nesse momento os quatro policiais se posicionam ao redor do abordado].</p>	<p>TEN: <u>Esse camarada recusando a por a mão na cabeça. Em 23/01 eu fiz</u> um APF (Auto de Prisão em Flagrante) de um policial. Um cidadão que mora XXX, o militar deu ordem pra colocar ás mãos na cabeça, e ele não pôs... ai o que aconteceu?! O suspeito levou a sua mão na cintura pra pegar a sua carteira. O que o policial fez? Deu um tiro na perna dele... <u>infelizmente o cidadão assumiu o risco</u> de produzir o resultado. Se o próprio cidadão falou “<i>ele me mandou colocar a mão na cabeça, mas eu fui colocar a mão na cintura pra pegar a minha carteira</i>”...</p> <p>Pesquisador: o cidadão assumiu o risco?</p> <p>TEN: ... a nossa profissão é de <i>stress</i>, igual dizia o Dr. Fulano: “<i>nós temos uma fração de segundo pra atuar, ou você vai virar herói ou bandido</i>”. Em um caso desse você não vai ficar esperando o cara pegar uma carteira... você presume agressão sempre uai... vai presumir que ele está armado.</p>	<p>Na verbalização, o mesmo traz à sua <u>memória experiências anteriores</u> em abordagem, contando uma história, onde o cidadão não respondia aos comandos da guarnição, e o policial agiu de forma a se resguardar, evidência presente na fala: “... <i>Em 23/01 eu fiz um APF (Auto de Prisão em Flagrante) de um policial...</i>”.</p> <p>Tal fato induz a crer que a fala é fator importante para se trazer à memória experiências passadas, que podem ser utilizadas para a antecipação da abordagem, baseado em situações similares vividas no passado.</p> <p>Sem a fala o policial fica mais agarrado ao presente da cena e ao normativo. Entretanto, com a fala o policial tem a possibilidade de se lembrar de experiências passadas, e que podem ajudar a antecipar ações futuras, ou no mínimo antever futuros movimentos agressivos. No exemplo citado, o movimento agressivo foi levar a mão de forma brusca a cintura.</p>

Número de ord. 4	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações gerais
USO DA FORÇA E QUEBRA DA RESISTÊNCIA DO SUSPEITO	<p>13h50min</p> <p>4.1. → Aumento do tom de voz.</p> <p>4.2. → Imposição da arma em punho.</p> <p>4.3. → Justificativa da ação em sua forma legal.</p>	<p>Policia (comando): “A sua identificação me possibilita a abordagem é assim que se faz”.</p> <p>Cidadão: “A abordagem é do que... Eu desci do ônibus só pra isso, eu desci do ônibus só pra urinar, só isso”.</p> <p>[Nesse momento um policial retira a arma do Coldre, aumenta o tom de voz e verbaliza novamente]</p> <p>Policia (Segurança): “Bota a mão na cabeça!”.</p> <p>[O abordado levanta as mãos, porém não às coloca na cabeça. O policial novamente pede]</p> <p>Polícia (Segurança): “Coloque as mão na cabeça!”.</p> <p>Cidadão: “Não vou colocar a mão na cabeça!”.</p> <p>Policia (Segurança): Isso vai acabar em delegacia por desobediência.</p>	<p>TEN: <u>Eles não usaram de força física pra quebrar a resistência, por que até então ele é um resistente passivo, uma pessoa que não te agride, mas também não acata de imediato suas ordens, ele fica ali tentando te convencer com palavras...</u></p> <p>Pesquisador: quebrar a resistência... ←</p> <p>TEN: É fazer com que a pessoa te obedeça... Acate a suas ordens... No fim de semana passada fui abordar um casal... o jovem não queria me obedecer. Chamei ele pro canto e disse: “Eu sei ser mais ignorante que você. Você escolhe, me obedece e permite a revista e daqui a 15 min esta na sua casa ou te conduzo e você vai ficar 3 horas na delegacia.”</p> <p>Eu quebrei a resistência fazendo ele pensar.</p> <p>Pesquisador: pensar...</p> <p>TEN: Pensar nas consequências... já vai falando que ele esta em desobediência e que a ordem é legal...</p>	<p>Na verbalização, um fator positivo (na <u>visão do tenente</u>) se emerge, presente no trecho: “... <u>Eles não usaram de força física pra quebrar a resistência...</u>”.</p> <p>O fato de emergir um fator positivo se apresenta como relevante, pois em todas as verbalizações sem áudio não se emergiu falas positiva, mas sim falas negativas e apontamento de falhas.</p> <p>Tal fator positivo verbalizado baseou-se na identificação do tipo de abordado ao qual a equipe estava lidando, fato presente na fala: “... <i>ele é um resistente passivo, uma pessoa que não te agride, mas também não acata de imediato suas ordens, ele fica ali tentando te convencer com palavras</i>”.</p> <p>O que nos leva a crer, que a fala é um fator importante para a caracterização do suspeito, e evidentemente auxiliando no uso da força que será adotada na abordagem, de uma forma mais proporcional e adequada.</p> <p>O uso da força (verbal, nesse caso) surgiu para solucionar o dilema por parte dos policiais (aproximar ou não aproximar).</p>

Número de ord. 5	Tempo (h)	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações gerais
ABORDAGEM AO SUSPEITO	<p>13h50min35s</p> <p>5.1. → Aproximação.</p> <p>5.2. → Abordagem.</p>	<p>[Enquanto os dois dialogam, outro policial nas costas dele aproveita a situação e realiza a revista individual no suspeito].</p> <p>Policial (Segurança): “<i>Bota a mão na cabeça!</i>”.</p> <p>Cidadão: “<i>Não vou botar a mão na cabeça!</i>”.</p>	<p>TEN: <u>Você tem que planejar mentalmente a ação pra na hora ali não entrar em colapso</u> [falando da equipe]. <u>Tem que avaliar o cenário ali pra ver aonde ele já vai...</u> de repente você nem aborda... Se você tem a certeza que o camarada tá armado, e ele vai trocar tiro com você, você olha o cenário ali tem várias pessoas próximas, não aborda deixa ele ir. Nosso foco é a sociedade.</p> <p>Pesquisador: Planejar como assim?</p> <p>TEN: Você tem que analisar se tem pessoas próximas ao suspeito... Antes mesmo de abordar ver se ele está armado... Se tiver e estiver próximo a pessoas, deixa ir embora. Vamos ter outra <u>oportunidade</u>.</p> <p>Pesquisador: oportunidade... ←</p> <p>TEN: Isso é complicado pra te falar a verdade... Teve um dia que estava no bar. Chegou um cidadão com um volume pequeno na cintura, tirei minha arma na hora “<i>mãos na cabeça!</i>”, o cara disse “<i>calma eu sou policial!</i>”... Tem horas que é de imediato, você nem pensa... é instintivo...</p> <p>Pesquisador: Volume pequeno... ←</p> <p>TEN: Não sei como te explicar cara... é tipo... [pensando] a pessoa quando tá andando com arma na virilha, o cara só vai ficar ajeitando, a pegada é diferente. Quando fui ver, duas PT (pistolas). O cara era Policial civil...</p> <p>Pesquisador: Como assim pessoa andando com arma...</p> <p>TEN: Deixa eu por minha arma na cintura. Olha... eu fico desajeitado é estranho... ainda mais andando.</p>	<p>Na verbalização, percebe-se que o Tenente avalia que o <i>timing</i> da abordagem poderia ter sido outro.</p> <p>Na verbalização, percebe-se novamente, que a fala induz a buscar em experiências passadas situações similares.</p>

Número de ord. 6	Tempo (h)	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações gerais
IDENTIFICAÇÃO DO SUSPEITO	<p>13h50min40s</p> <p>6.1. → Leitura de documentos pessoais e identificação</p>	<p>Policial (Comando): “Você mora aonde?”.</p> <p>Cidadão: “Eu moro aqui, rapaz”.</p> <p>Policial (Comando): “Por que da resistência e qual o problema de se colaborar com a abordagem”.</p> <p>Cidadão: “Não é colaborar com a abordagem, vocês estão trabalhando errado, do jeito que o rapaz me gritou, só isso”.</p> <p>Policial (Comando): “Trabalhando errado!? Quem está no comando sou eu rapaz, foi eu que pedi pra você que colocasse a mão na cabeça”.</p> <p>Cidadão: “Eu não vou colocar a mão na cabeça, por não ser ladrão, minha senhora”.</p> <p>Policial (Comando): “Mas o senhor foi parado, foi abordado e o senhor deveria ter colaborado, como qualquer cidadão em uma abordagem”.</p> <p>Policial (Comando): “Você trabalha na 1ª vara da justiça e com essa atitude!”.</p> <p>Cidadão: “Você viu como ele me gritou? Eu já ia descendo”.</p> <p>Policial (Segurança): “<u>Eu o vi descendo e achei suspeito, desceu rápido</u>”.</p>	<p>TEN: Sincronizadamente ele desceu rápido, com características que possam indicar que ele tenha sido autor de tal crime, o coloca na mesma semelhança física... vestuário... tatuagem, um defeito físico... Ai sim, entrelaçado aquilo [falando da expressão “desceu rápido”]...</p> <p>Pesquisador: Como assim “entrelaça”?</p> <p>TEN: Uma coisa liga a outra... Desceu rápido... Aparência física... Às vezes quando trabalhamos em ronda em bairro onde o crime é recorrente. Na hora que passa a viatura o cara sai rápido, o que você vai pensar? Tá devendo.</p>	<p>Um fator de grande relevância e que desencadeou a abordagem é apresentado na seguinte verbalização: “... eu o vi descendo e achei suspeito, desceu rápido...”.</p> <p>A partir de tal fato, todo o processo de abordagem policial teve início. Perguntado sobre este fato, respondeu: “Temos frações de segundo pra decidir. Enquanto juízes têm anos para analisar nossa atitude”.</p> <p>Tal diálogo corrobora com a ideia que a atividade de abordagem policial, acontece em tempo real</p> <p>← Tal percepção no processo de tomada de decisão utiliza-se de diversas informações que devem se conectar sincronizadamente, associando o contexto e o indivíduo. Essa sincronização pela verbalização seria imediata, espontânea e fluída.</p> <p>Abertos de possibilidades aparecem e somem como uma rede, sincronizando alternativas que embasassem o julgamento e a tomada de decisão, em parar ou não.</p>

Número de ord. 7	Tempo	Descrição da atividade: ações, comunicações, observações do contexto.	DIÁLOGO SOBRE O VÍDEO (COM ÁUDIO)	Observações gerais
CONDUÇÃO A VIATURA	<p>13h51min30s</p> <p>7.1. ⇒ Imobilização.</p> <p>7.2. ⇒ Deslocamento a viatura.</p>	<p>Policial (Comando): “O senhor simplesmente vai acompanhar a gente, agora, até a delegacia, por que o senhor resistiu a nossa abordagem. Educadamente, como eu lhe parei e lhe abordei, o senhor vai acompanhar a gente até a delegacia”.</p> <p>Cidadão: “Tudo bem! Eu posso ligar para meu pai? Posso?... Mãe... estou sendo preso por tentar urinar mãe!”.</p> <p>[Nesse momento outro viatura chega com reforço, e 5 policiais tentam contê-lo com algemas. O abordado verbaliza]</p> <p>Cidadão: “A Senhora vai se arrepender do que está fazendo!”. Cidadão: “Ele me conhece aqui senhora! Ele me conhece aqui senhora! Nascido aqui” [Referindo-se a outro policial]. Policial: “Senhor XXXX, facilite”.</p> <p>Cidadão: “Olha que constrangimento. A senhora vai pagar tudo!... mas rapaz eu fiz o que? Rapaz pelo amor de Deus eu fiz o que?”. ←</p> <p>Policial (Comando): “Por bem ou por mal! Entra ai faz um favor”.</p>	<p>TEN: <u>Engraçado eles não tinha algemado ele não. Na primeira vez... Esse vídeo é o mesmo daquele dia. Eu até falei da algema.</u></p>	<p>Na verbalização, como ele compreendeu melhor o contexto, pôde classificar melhor o abordado de forma mais organizada [fato discutidos nas falas anteriores].</p> <p>Por este ponto de vista mais organizado do contexto, a necessidade algemar não se tornou relevante em sua análise, uma vez, que a fala possibilitou discriminar e classificar melhor o abordado, descartando a necessidade de tal acessório e diminuindo a força na contenção do suspeito.</p> <p>Hipótese essa que justificaria a seguinte fala ao vídeo SEM ÁUDIO: “Engraçado eles não tinha algemado ele não. Na primeira vez... Esse vídeo é o mesmo daquele dia. Eu até falei da algema”.</p>

APÊNDICE B

OFÍCIO 1(PERMISSÃO PARA ENTRADA EM CAMPO)



Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção

Ofício s/nº/2015

Itabira, 10 de setembro de 2015.

Assunto: Solicitação para realização de trabalho de mestrado em Engenharia de Produção com policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar.

Anexos: Currículo Lattes, Cópia do Projeto de Dissertação de Mestrado, Comprovante de Matrícula de Mestrado na UFMG, Cópia da CNH.

Senhor Comandante,

A presente proposta de trabalho de mestrado terá por objetivo analisar a complexidade do corpo histórico de um coletivo de trabalhadores do 26º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, no que visa à sua formação, especialmente no tocante à experiência e à percepção no processo de tomada de decisão, frente a uma situação de risco eminente de morte. Desta forma, a finalidade deste estudo será de evidenciar as estratégias de regulação coletivas, por meio de verbalizações e autoconfrontações, identificando os "atalhos" operacionais e as não ações nesse processo. As principais vertentes da criação e da transmissão do conhecimento tácito e da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty serão apresentadas de uma forma que possibilite a confrontação de ideias sobre seguir ou não seguir as regras nessas situações e como as diferentes competências de um coletivo se imbricam nesses casos.

Para a realização desse trabalho, solicito a V. S.ª a gentileza de disponibilizar os militares sob vossó comando para a coleta de dados, a aplicação de um questionário semi-estruturado, além de uma entrevista coletiva (grupo focal) para autoconfrontação e coleta de verbalizações, sendo que o objeto principal da análise serão os policiais mais experientes.

Na oportunidade, agradeço a atenção e ressalto a elevada estima e distinta consideração por V. S.ª.

Guilherme Fernando S. do Araújo

GUILHERME FERNANDO SOARES DE ARAÚJO
Pesquisador - RG: 45.426.775-7 - CPF: 375.419.318-02
guilhermearaujo.unifei@gmail.com - (31)8319-3637

Ao Senhor
Jair Antônio Pontes Neto, Ten Cel PM
Comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar
Itabira/MG

*Recebemos no 26º BPM
em 10/09/15
Camille Henrique
ASPM/PS*

APÊNDICE C

Questões norteadoras as entrevistas abertas realizadas na Análise Geral da Tarefa

1. Conte-me algumas experiências em abordagem policial?
2. Conte-me sobre suas percepções sobre a abordagem?
3. Conte-me sobre suas percepções sobre os indivíduos abordados?
4. Conte-me sobre a força policial em ações policiais?
5. Como é formada a sua equipe?
6. Como a sua equipe atua em abordagem policial?
7. Quais informações são relevantes no contexto da abordagem policial?
8. Quando olha para um transeunte, o que lhe chama atenção?
9. Quando está em patrulhamento, que contexto lhe chama a atenção?
10. Em sua percepção o que é área de segurança?
11. Em sua percepção o que é área de risco?
12. Em sua percepção o que é ponto quente?
13. Em sua percepção o que é ponto de foco?
14. Fale-me sobre o processamento mental do agressor em situação de abordagem?
15. Fale-me sobre a velocidade em uma abordagem?
16. O que é um “alerta laranja” em abordagem policial?
17. Em sua percepção o que é superioridade de força?
18. Em sua percepção o que é força moderada?
19. Fale-me sobre o uso da força policial?

APÊNDICE D
OFÍCIO 2 (PERMISSÃO PARA FILMAGEM)



Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção

Ofício s/nº/2016

Itabira, 22 de Fevereiro de 2016.

Assunto: Solicitação para continuação de trabalho de mestrado em Engenharia de Produção com policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar. Execução da segunda fase com realização de filmagem de abordagem e autoconfrontação.

Senhor Comandante,

A presente proposta de trabalho de mestrado terá por objetivo analisar a complexidade do corpo histórico de um coletivo de trabalhadores do 26º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, no que visa à sua formação, especialmente no tocante à experiência e à percepção no processo de tomada de decisão, frente a uma situação de risco eminente de morte. Desta forma, a finalidade deste estudo será de evidenciar as estratégias de regulação coletivas, por meio de verbalizações e autoconfrontações, identificando os "atalhos" operacionais e as não ações nesse processo. As principais vertentes da criação e da transmissão do conhecimento tácito e da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty serão apresentadas de uma forma que possibilite a confrontação de ideias sobre seguir ou não seguir as regras nessas situações e como as diferentes competências de um coletivo se imbricam nesses casos.

Para a continuação desse trabalho, solicito a V. S.ª a gentileza de permitir a filmagem de algumas abordagens policiais dos militares sob vosso comando para a coleta de dados e autoconfrontação (autoconfrontação é uma entrevista com cada policial, para entender as suas percepções sobre o seu trabalho do ponto de vista da filmagem). Portando, colocarei a câmera em um tripé, e deixarei os policiais executarem suas funções normalmente. Após a filmagem, em um tempo oportuno, entrevistarei todos os policiais na filmagem, para entender o papel de cada ator (policial) separadamente.

Todas as identidades dos policiais e dos suspeitos abordados serão preservadas com tarjas pretas. As imagens serão utilizadas exclusivamente para a elaboração da dissertação de mestrado, portando usada somente para fins acadêmicos.

Na oportunidade, agradeço a atenção e resalto a elevada estima e distinta consideração por V. S.ª.

GUILHERME FERNANDO SOARES DE ARAÚJO
Pesquisador - RG: 45.426.775-7 - CPF: 375.419.318-02
guilhermearaujo.unifei@gmail.com - (31)8319-3637

Ao Senhor
Jaír Antônio Pontes Neto, Ten Cel PM
Comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar
Itabira/MG

PROTÓTIPO DE RECIBO	312 16
DATA: 22/02/16	
SIGNATURE: <i>Indaly ASA</i>	

APÊNDICE E

CRÔNICA

[Quatro policiais (dois homens e duas mulheres), em patrulha em zona quente de criminalidade (ZQC) avistaram um homem, descendo de um ônibus em uma avenida movimentada ao entardecer, onde os mesmos o abordam. Todos os policiais descem da viatura. Uma das policiais ali presentes coloca a mão em cima da arma, porém, não a retira do Coldre, a uma distância aproximada de 3 metros do suspeito, dando ordem de comando].

Policial (Segurança): Coloque as mãos na cabeça!

Cidadão: Meu senhor eu sou inocente. Desci do ônibus apenas para ir urinar.

Policial (Segurança): Coloque as mãos na cabeça!

[Os policiais começam a circular o indivíduo na forma de um triângulo. O suspeito por sua vez, não obedece ao comando da policial, e ao mesmo tempo gesticulando muito, mostra alguns documentos à agente e dialoga].

Cidadão: “Descido do ônibus apenas para ir urinar!”.

[Os agentes pedem]

Policial (segurança): “Coloque as mãos na cabeça!”.

[O mesmo se recusa dizendo]

Cidadão: Não vou colocar a minha mão na cabeça, rapaz!

Policial (Segurança): Levante a camisa!

Cidadão: Não há nada comigo, só quero urinar!

[Nesse momento os quatro policiais se posicionam ao redor do abordado].

Policial (comando): A sua identificação me possibilita a abordagem é assim que se faz.

Cidadão: A abordagem é do que... Eu desci do ônibus só pra isso, eu desci do ônibus só pra urinar, só isso.

[Nesse momento um policial retira a arma do Coldre, aumenta o tom de voz e verbaliza novamente]

Policial (Segurança): Bota a mão na cabeça!

[O abordado levanta as mãos, porém não as coloca na cabeça. O policial novamente pede]

Policial (Segurança): Coloque as mão na cabeça!

Cidadão: Não vou colocar a mão na cabeça!

Policial (Segurança): Isso vai acabar em delegacia por desobediência.

[Enquanto os dois dialogam, outro policial nas costas dele aproveita a situação e realiza a revista individual no suspeito].

Policial (Segurança): Bota a mão na cabeça!

Cidadão: Não vou botar a mão na cabeça!

Policial (Comando): Você mora aonde?

Cidadão: Eu moro aqui, rapaz.

Policial (Comando): Por que da resistência e qual o problema de se colaborar com a abordagem.

Cidadão: Não é colaborar com a abordagem, vocês estão trabalhando errado, do jeito que o rapaz me gritou, só isso..

Policial (Comando): Trabalhando errado! Quem está no comando sou eu rapaz, foi eu que pedi pra você que colocasse a mão na cabeça.

Cidadão: Eu não vou colocar a mão na cabeça, por não ser ladrão, minha senhora.

Policial (Comando): Mas o senhor foi parado, foi abordado e o senhor deveria ter colaborado, como qualquer cidadão em uma abordagem.

Policial (Comando): Você trabalha na 1ª vara da justiça e com essa atitude!

Cidadão: Você viu como ele me gritou? Eu já ia descendo.

Policial (Segurança): Eu o vi descendo e achei suspeito, desceu rápido.

Policial (Comando): O senhor simplesmente vai acompanhar a gente, agora, até a delegacia, por que o senhor resistiu a nossa abordagem. Educadamente, como eu lhe parei e lhe abordei, o senhor vai acompanhar a gente até a delegacia.

Cidadão: Tudo bem! Eu posso ligar para meu pai? Posso?... Mãe... estou sendo preso por tentar urinar mãe!

[Nesse momento outro viatura chega com reforço, e 5 policiais tentam contê-lo com algemas. O abordado verbaliza]

Cidadão: A Senhora vai se arrepender do que está fazendo!

Cidadão: Ele me conhece aqui senhora! Ele me conhece aqui senhora! Nascido aqui [Referindo-se a outro policial].

Policial (referido): Senhor XXXX, facilite!

Cidadão: Olha que constrangimento. A senhora vai pagar tudo!... mas rapaz eu fiz o que? Rapaz pelo amor de Deus eu fiz o que?

Policial (Comando): Por bem ou por mal! Entra aí faz um favor.

APÊNDICE F

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE N° _____

Orientador: Prof.º Dr. Francisco de Paula Antunes Lima

Pesquisador: Guilherme Fernando Soares de Araújo.

TÍTULO DO PROJETO

UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE O PODER DISCRICIONÁRIO DE POLÍCIA EM ABORDAGEM POLICIAL

Você está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa demestrado a ser desenvolvido no 26º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, com o objetivo de investigar a tomada de decisão e o julgamento em operação de abordagem policial, mais precisamente sobre o poder discricionário de polícia. O desenvolvimento dessa pesquisa respeitará as Resoluções nº 196/96 e nº 466/12, IV.5 do CNS Conselho Nacional de Saúde (que estabelecem as diretrizes e normas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos), e toda legislação vigente em nosso país.

O estudo se propõe a analisar policiais experientes visando à compreensão das regras teóricas e habilidades práticas: os modos operatórios, as requisições e as condições táticas e organizacionais de execução das operações de abordagem, visando à definição de critérios para a tomada de decisão e julgamento, em abordar ou não um suspeito.

Serão entrevistados os policiais experientes. O método utilizará de observações em entrevista em autoconfrontação, em uma dada equipe de policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais (26º BPM).

Será feita uma pesquisa de campo para analisar os procedimentos táticos e as necessidades da corporação. Com isso, será feito um recorte para escolher o procedimento tático mais crítico, para uma análise mais detalhada. Após, será feita uma entrevista com os policiais que já fizeram tais operações, separadamente, cada um no seu nível de experiência.

Todos serão entrevistados, e caso você não tenha interesse, poderá escolher não participar, ou se participar, sair a qualquer momento. A sua participação é importante para que eu possa compreender os sistemas de trabalho visando à análise dos contextos operacionais. A partir da sua fala e dos seus colegas e da minha análise do local, definirei critérios visando atuar preventivamente na transformação dos procedimentos e treinamentos táticos.

Na fase de observação geral e sistematizada será utilizado lápis e papel para anotações. Você também será convidado a participar de uma entrevista aberta, em separado comigo. Será utilizada uma gravação de abordagem policial para esta entrevista, para autoconfrontação. A sua entrevista será gravada, utilizando-se de um gravador digital, com o intuito de facilitar o trabalho de síntese. A mesma será transcrita por mim e entregue a você para que dê consentimento da veracidade da transcrição. Caso haja alguma inconsistência, serão feitas adequações até que você concorde com a versão transcrita.

A entrevista será aberta, feita em separado e num local reservado, com o objetivo de levantar dados sobre você, sobre a instituição e sobre o processo de trabalho.

Cada policial será entrevistado 3 vezes, por aproximadamente 30 minutos cada. As falas serão anotadas e gravadas e você terá o conhecimento de tudo que for anotado. Sobre as

gravações de áudio e vídeo, o tempo que estas serão guardadas obedecerá ao prazo máximo de 5 anos.

Os riscos relacionados a este estudo são decorrentes da possibilidade de identificação dos policiais e suspeitos, podendo gerar futuras represálias pela incorporação. Tais riscos associados a esse estudo serão controlados por meio da confidencialidade dos dados e das fotos desfocadas, não possibilitando a identificação. Você terá uma identificação numérica e, assim, não será exposta a sua identidade. Somente os pesquisadores terão uma associação nome/número com o fim, somente, de evitar a duplicidade da coleta dos dados. O objetivo do trabalho é avaliar o processo operacional e não pessoas individualizadas. As entrevistas ocorrerão em separado: policiais experientes de uma dada equipe. Os dados serão organizados por meio de processos de validação e fornecidos a você. Faremos todos os esclarecimentos que você achar necessários, a qualquer momento, sempre preservando sua identidade.

Você e futuros participantes poderão se beneficiar com os resultados deste estudo. As análises de trabalho realizadas têm, por consequência, a produção de conhecimentos sobre o trabalho humano. Por meio da pesquisa, práticas e saberes poderão ser reconfigurados, acarretando melhor gestão das cargas de trabalho da população trabalhadora, numa possibilidade de minimizar os riscos de adoecimentos/acidentes.

Para manter a sua confidencialidade você terá uma identificação numérica não sendo assim exposta a sua identidade. Os únicos que terão acesso à sua identificação são os investigadores.

A sua participação é voluntária e você tem o direito de se retirar por qualquer razão e a qualquer momento. Em caso de dúvida quanto a questões éticas, entre em contato com o comitê de ética (COEP/UFGM) a qualquer momento, o endereço está descrito abaixo. Após a declaração e assinatura, você receberá uma via do TCLE.

Você não receberá nenhuma forma de pagamento pecuniário e não terá nenhuma despesa com o processo.

DECLARAÇÃO E ASSINATURA

Eu, _____ li e entendi toda a informação repassada sobre o estudo, sendo os objetivos, procedimentos e linguagem técnica satisfatoriamente explicados. Tive tempo, suficiente, para considerar a informação acima e, tive a oportunidade de tirar todas as minhas dúvidas. Estou assinando este termo voluntariamente e, tenho direito, de agora ou mais tarde, discutir qualquer dúvida que venha a ter com relação à pesquisa com:

Pesquisador: Guilherme Fernando Soares de Araújo – (31) 9-8319-3637

Professor orientador: Prof. Dr.: Francisco de Paula Antunes Lima. (31) 3409-4895; (31) 3409.4898; (31) 99618-6258.

Assinatura do Participante

Data

RG:

End.:

Prof. Dr.: Francisco de Paula Antunes Lima – Professor Orientador
Tel.: (31) 3409-4895

Data

Guilherme F. Soares de Araújo – Pesquisador Mestrando
Tel.: (31) 9-8319-3637

Data

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa/COEP - UFGM
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha Unidade Administrativa II – 2º andar – sala 2005
CEP: 31270-901- Telefone: (31) 3409-4592 / Belo Horizonte - Minas Gerais
E-mail: coep@prpg.ufmg.br